UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ESTUDOS COMPARADOS, CULTURAIS E INTERDISCIPLINARES EM LITERATURA

WELLYSON GOMES DOS SANTOS

NARRADORES E NARRATIVAS DE RESISTÊNCIAS NOS ROMANCES *A CONJURA* (2009) DE JOSÉ EDUARDO AGUALUSA E *LEALDADE* (1997) DE MÁRCIO SOUZA

MARABÁ
2022

WELLYSON GOMES DOS SANTOS

NARRADORES E NARRATIVAS DE RESISTÊNCIAS NOS ROMANCES *A CONJURA* (2009) DE JOSÉ EDUARDO AGUALUSA E *LEALDADE* (1997) DE MÁRCIO SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (POSLET), Área de Concentração Linguagem e Sociedade, Linha de Pesquisa Estudos Comparados, Culturais e Interdisciplinares em Literatura, do Instituto de Linguística, Letras e Artes (ILLA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos Literários.

Linha de Pesquisa: Estudos Comparados, Culturais e interdisciplinares em Literatura.

Orientador: Prof. Dr. José Rosa dos Santos Júnior

MARABÁ
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho

S237n Santos, Wellyson Gomes dos
Narradores e narrativas de resistências nos romances A conjura (2009) de José Eduardo Agualusa e Lealdade (1997) de Márcio Souza / Wellyson Gomes dos Santos. — 2022.
117 f.

Orientador(a): José Rosa dos Santos Júnior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Linguística, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras (POSLET), Marabá, 2022.

1. Literatura comparada - Angolana e brasileira. 2. Materialismo histórico. 3. Memória. 4. Análise do discurso narrativo. 5. Agualusa, José Eduardo, 1960-. 6. Souza, Márcio, 1946-. I. Santos Júnior, José Rosa dos, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 809

Elaborado por Adriana Barbosa da Costa - CRB-2/994

WELLYSON GOMES DOS SANTOS

NARRADORES E NARRATIVAS DE RESISTÊNCIAS NOS ROMANCES *A CONJURA* (2009) DE JOSÉ EDUARDO AGUALUSA E *LEALDADE* (1997) DE MÁRCIO SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (POSLET), Área de Concentração Linguagem e Sociedade, Linha de Pesquisa Estudos Comparados, Culturais e Interdisciplinares em Literatura, do Instituto de Linguística, Letras e Artes (ILLA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras.

Aprovada em 30/03/2022

BANCA EXAMINADORA

_____
Professor. Dr. José Rosa dos Santos Júnior
Presidente da Banca- Orientador (UNIFESSPA)

_____
Professor. Dr. Gilson Penalva
Avaliador- Membro interno (UNIFESSPA)

_____
Professor. Dr. Oton Magno Santana dos Santos
Avaliador- Membro externo (UNEB)

Dedico essa dissertação a mim, que sempre
lutei pelas minhas escolhas e desde cedo
sempre soube que os estudos eram, é, e sempre será a
única forma de vencer na vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado o fôlego de vida e por ter me sustentado na produção dessa dissertação.

Ao meu irmão Amilton Gomes, por sempre me apoiar nos estudos. A minha mãe que não se encontra mais nesse plano e aos meus irmãos, Flávio Gomes, Paulo Gomes e Wanderley Gomes.

Ao professor Dr. José Rosa, pela aceitação da orientação mesmo em andamento, pela dedicação e por todas as correções minuciosas, além da dedicação em orientar-me e sempre disposto a dialogar.

À professora Dra. Liliane Batista Barros, pelo norteamento em um primeiro momento dos objetos aqui estudados.

Aos membros da banca de qualificação; professor Dr. Oton Magno Santana dos Santos e ao professor Dr. Gilson Penalva pela disposição em ler meu trabalho e pelas considerações ao apontar o que se deveria melhorar na dissertação.

Aos amigos, que sempre me apoiaram e me fortaleceram, mesmos distantes, em especial a Andreia Marqueto e sua mãe Maria Luiza Marqueto, Exayne Mourão, Alan Silva, Luis Henrique e Alberto Chequer.

Ao professor Dr. Jesuíno Avelino Pinto por sempre me incentivar a buscar um mestrado e a dedicação pela literatura ainda na graduação, quando fui bolsista do projeto Residência Pedagógica.

À Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Letras (POSLET), por ter me possibilitado esta experiência magnífica.

A todos os professores do programa que contribuíram significativamente na minha jornada de pós-graduação, na formação do processo de absorção de cognição.

Aos colegas da Pós-Graduação que adquiri ao longo dessa jornada.

A CAPES pelo apoio financeiro que foi de suma importância para concluir a pesquisa dentro do prazo e com afinco.

É preciso escovar a história a contrapelo.

(BENJAMIN, 1996)

RESUMO

A presente dissertação objetiva analisar o perfil do narrador nos romances *A conjura* (2009) de José Eduardo Agualusa e *Lealdade* (1997) de Márcio Souza, que julgamos, aqui, como narrativas de resistências. O romance *A Conjura (2009)* de Agualusa, mostra o processo de construção da tão sonhada autonomia nacional por uma grande parte da nação, visto que o povo de Angola buscava a identidade e independência durante um período conflituoso, focando nos temas, ideologias políticas, histórias/ "estórias" que povoam o contexto e que são plasmadas no romance. Já o romance *Lealdade* (1997) de Souza, tematiza, a busca da colônia portuguesa do Grão-Pará por sua independência, tanto de Portugal quanto do Reino Unido do Brasil, em meados do século XIX. A metodologia utilizada nesta dissertação é a de pesquisa bibliográfica porque compreende a identificação, localização, compilação e fichamento das informações e ideias mais importantes do referencial teórico, além de analítico-comparativo, pois se realiza pela análise de sujeitos, fenômenos ou fatos, com o propósito de destacar as semelhanças entre eles. A escolha dos textos, autores e personagens citados, visa destacar a origem do protagonista e reafirmar os aspectos culturais daquela região, na perspectiva do narrador e suas narrativas de resistências. Somado a isso, pontuamos que nos romances estudados, as análises dos nossos *corpus* são a partir dos narradores e suas narrativas de resistências, explorando algumas categorias de análise como o **narrador** em Bosi (1996) e Benjamin (1994), a **resistência** em Bosi (1996), a **memória** em Ricouer (2010), a **história** em Benjamin (1940), e a **literatura comparada** de Carvalhal (2006). Além disso, iniciaremos o trajeto revisitando os pressupostos teóricos de Lowy (2010-2011) e a importância de escovar a história a contrapelo, Benjamin (1940) sobre o materialismo histórico, Ricouer (2003) apontando o resgate da memória, Todorov (2000) no que diz respeito aos abusos de memória, Bosi (1996) sobre o romance e o tratamento de valores, e Carvalhal (2006) a respeito da literatura comparada.

Palavras-chave: Literatura Comparada; Resistência; Materialismo Histórico; Narrador; Memória.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the profile of the narratorrs in the novels *A conjura* (2009) by José Eduardo Agualusa and *Lealdade* (1997) by Márcio Souza, which we consider here as narratives of resistance. The novel *A Conjura* (2009) by Agualusa, shows the process of construction of the long-awaited national autonomy by a large part of the nation, since the people of Angola sought identity and independence during a conflictual period, focusing on themes, political ideologies, stories/"stories" that populate the context and that are shaped in the novel. The novel *Lealdade* (1997) by Souza, on the other hand, thematizes the search of the Portuguese colony of Grão-Pará for its independence, both from Portugal and the United Kingdom of Brazil, in the mid-19th century. The methodology used in this dissertation is bibliographic research because it includes the identification, location, compilation and filing of the most important information and ideas of the theoretical framework, in addition to analytical-comparative, since it is carried out through the analysis of subjects, phenomena or facts, with the purpose of highlighting the similarities between them. The choice of texts, authors and characters cited aims to highlight the origin of the protagonist and reaffirm the cultural aspects of that region, from the perspective of the narrator and his narratives of resistance. In addition, we point out that in the novels studied, the analyzes of our corpus are based on the narrators and their narratives of resistance, exploring some categories of analysis such as the narrator in Bosi (1996) and Benjamin (1994), resistance in Bosi (1996), memory in Ricouer (2010), history in Benjamin (1940), and Carvalhal's comparative literature (2006). In addition, we will start the journey by revisiting the theoretical assumptions of Lowy (2010-2011) and the importance of brushing history against the grain, Benjamin (1940) on historical materialism, Ricouer (2003) pointing to the rescue of memory, Todorov (2000) with regard to memory abuse, Bosi (1996) on the novel and the treatment of values, and Carvalhal (2006) on comparative literature.

Keywords: Comparative Literature; Resistance; Historical Materialism; Storyteller; Memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11
1. *A CONJURA* (2009) E *LEALDADE* (1997): NARRATIVAS NA CONTRAMÃO . 21
1.1 MATERIALISMO HISTÓRICO: A NARRATIVA *A CONTRAPELO* 21
1.2 HISTÓRIA E MEMÓRIA: O QUE LEMBRAR E O QUE ESQUECER? 23
1.3 O ROMANCE E O TRATAMENTO DOS VALORES 30
1.4 COMPARATIVISMO: O QUE É E COMO SE FAZ? 32
2. ENTRE 1880 E 1911: 31 ANOS DE CONJURA 38
2.1 A TRAJETÓRIA DO NARRADOR NO ROMANCE *A CONJURA* (2009) 40
2.2 OS VENTOS DA REVOLTA, AS SEMENTES DA ESPERANÇA 53
2.3 O PROGRESSO DA SOCIEDADE E A VOZ DE ANGOLA CLAMANDO NO DESERTO 60
2.4 INFAUSTO, TRISTÍSSIMO, INCRÍVEL ABRUPTO, INTERMINÁVEL 16 DE JUNHO DE 1911 66
3. *LEALDADE (*1997*):* UM PAÍS QUE MORREU PARA O BRASIL NASCER 69
3.1 A TRAJETÓRIA DO NARRADOR NO ROMANCE *LEALDADE* (1997): MEMÓRIA E HISTÓRIA 72
3.2 AS MARCAS DA VIOLÊNCIA NA GUERRA CIVIL EM *LEALDADE* (1997): GRÃO-PARÁ X CAIENA 79
3.3 CAIENA, UM LUGAR PARA O NARRADOR PERSONAGEM DE REFLEXÃO .. 82
3.4 A LUTA DE RESISTÊNCIA EM *LEALDADE* (1997): A INQUIETAÇÃO DE UM POVO 85
3.5 COLONIZADOR X COLONIZADO 91
3.6 O DESFECHO DA NARRATIVA 95
4. O DIÁLOGO ENTRE OS NARRADORES DE *A CONJURA* (2009) E *LEALDADE* (1997) 99
CONSIDERAÇÕES FINAIS 112
REFERÊNCIAS 114

INTRODUÇÃO

A literatura, como todo discurso artístico, se revela como um espaço privilegiado de contestação das realidades e, não raro, como um documento que se propõe a registrar, ainda que submetidos aos ditames da escrita criativa, os contextos conturbados e as formas de resistência. Posto isso, a presente dissertação objetiva analisar os romances *A conjura* (2009[1]) e *Lealdade* (1997), de modo a compreender como tais narrativas se apresentam como narrativas de resistência.

A escolha das obras se deu em dois momentos distintos. *A conjura* (2009) de José Eduardo Agualusa, me interpelou, quando era integrante do projeto Residência Pedagógica da Universidade Estadual de Mato Grosso. O orientador do projeto me apresentou o romance e pediu para eu ler, com o propósito de eventualmente pudéssemos discutir sobre a obra. Li a obra e fui destacando as temáticas que chamavam a minha atenção na narrativa. A resistência e a luta do povo angolano relatado pelo narrador foram os pontos que decidi estudar no romance.

A obra *Lealdade* (1997), de Márcio Souza, foi apresentada a mim pela professora Liliane Barros, logo após eu ler o edital do programa POSLET, e ficar interessado em tentar o processo seletivo do mestrado. Li a obra e também destaquei os pontos que chamaram a minha atenção. Logo pude observar que a narrativa de Souza dialogava com a de Agualusa, e notei que a temática de resistência, luta e esperança eram temas presentes nas duas obras. Como são autores ainda pouco estudados pela academia, optei por um projeto de pesquisa para ser desenvolvido por mim no mestrado. A minha perspectiva foi analisar, de forma comparativa, ambas narrativas a partir dos narradores, pois, percebi serem narradores com um lugar de fala, que dão voz a outros, como se dá o comportamento desses narradores, essas seriam as *nuances* a serem estudadas.

Além disso, são duas obras riquíssimas com temáticas muito relevantes. A primeira ideia foi dialogar com Amazônia, Grão-Pará e África, Angola, e depois analisar a trajetória dos narradores nos romances. Observar as dores que ambos os lugares passaram, nos faz observar a importância da literatura e a relação com a apresentação de uma memória, a partir da perspectiva do colonizado, de “um planeta historicamente sem boca”.

---

[1] A primeira publicação da obra data de 1989, porém, usaremos a edição de 2009.

É assim que, nesse trabalho, tomaremos como objeto de estudo os romances *A Conjura* (2009) do angolano José Eduardo Agualusa e *Lealdade* (1997) do autor manauara Márcio de Souza. A partir das obras desses romancistas decidimos por estabelecer um estudo analítico-comparativo entre os romances, visto que as obras dialogam no que se refere a questão de literatura e história no período da luta de libertação da colonização portuguesa. A nossa escolha se deve à leitura da história dos conflitos ocorridos na construção da luta pela independência e a busca de um processo de identificação cultural, tanto no Grão-Pará quanto em São Paulo da Assunção de Luanda-Angola.

Em nossas leituras, verificamos que o eixo comum entre os estudiosos Agualusa e Souza nas obras *A conjura* (2009) e *Lealdade* (1997), são os questionamentos no que diz respeito à busca pela autonomia e independência do império português. No âmbito da narrativa literária, apresentaremos essa análise a partir do narrador. Doravante a análise dos romances, pretendemos analisar o período da História em que ocorrem a guerra de libertação em ambos os países, em Grão-Pará, a Cabanagem e São Paulo da Assunção de Luanda, a Guerra Civil. Assim, acreditamos que as obras dialogam ao situarmos a escrita das Histórias no contexto de uma literatura.

Os romances, relacionam literatura e história, e evocam vozes capazes de desvelar alguns dos sentidos criados para além da história oficial na formação nacional angolana e grão-paraense. Agualusa e Souza impossibilitam o esquecimento dos conflitos vividos por grão-paraenses e luandenses, visto que a História Oficial tende a não registrar esse assunto ou, quando o faz, ocorre de maneira superficial, ocultando fatos que ocorreram, ou simplesmente não registrando, caindo no esquecimento.

A narrativa de José Eduardo Agualusa, revela, ao modo do literário, o processo de construção da tão sonhada autonomia nacional por uma grande parte da nação, dado que o povo de Angola buscava a identidade e independência durante um período conflituoso que focava em ideologias políticas, histórias/ “estórias[2]” no romance. A narrativa de Márcio Souza, tematiza a busca da colônia portuguesa do Grão-Pará por sua independência, tanto de Portugal quanto do Reino Unido do Brasil, em meados

[2] Um texto popular, narrativa tradicional, estória infantil. Palavra geralmente usada para designar uma narrativa de ficção (DICIONÁRIO ON-LINE DE PORTUGUÊS, 2021).

do século XIX. Diante disso, esse fato histórico é ficcionalizado apresentando uma região histórica, rica econômica e politicamente com ideais bem estabelecidos. O caráter relevante dessa dissertação destaca-se por comparar e analisar as obras a partir das relações entre a literatura, a história e a política.

No que diz respeito à narrativa de Agualusa, é possível observar o desejo de liberdade de um povo que clamava por libertação da exploração da colonização portuguesa. Na obra, é perceptível que a confiança na luta pela independência e a fraternidade do povo crescem com o passar da narrativa, apesar de um desfecho que frustra a expectativa do sujeito leitor. O romance angolano é narrado em terceira pessoa pelo personagem Caninguili, e se ambienta na velha cidade de São Paulo da Assunção de Luanda no período entre 1880 e 1911 (31 anos de conjura), tempo histórico em que alguns intelectuais da literatura e do jornalismo se revoltaram com a situação em que São Paulo da Assunção de Luanda se encontrava, largada e esquecida, só lembrada para retirar as riquezas da região e levar para o império português.

No relato de Souza, vemos a resistência de um povo que teve uma experiência de um período conflituoso interno, o qual mais tarde resultou numa revolta popular. Esse romance de Márcio de Souza aponta sobre o processo de Fernando Simões, narrador personagem, que desvela os sonhos e projetos de um grupo de intelectuais no Grão-Pará que sonhavam com a Independência dessa região do Brasil, pensando em um país de igualdade, Fernando, o narrador personagem, buscava os ideais da Revolução Francesa[3]. A escolha dos textos, autores e personagens portugueses citados, visa destacar a origem do protagonista e reafirmar os aspectos culturais daquela região e os modos de resistências.

Aqui, usaremos a metodologia de pesquisa bibliográfica e análise literária das obras pretendidas. Dessa forma, realizar-se-á um estudo analítico de maneira mais detalhada da narrativa que constitui o *corpus* da pesquisa, por meio da pesquisa bibliográfica, composta de conteúdo previamente elaborado e publicado em fontes secundárias na forma de livros, artigos, dissertações como fortuna crítica e outros impressos, além de documentos eletrônicos, os quais passarão pelo crivo do método interpretativo, dos objetivos e do plano de trabalho proposto.

---

[3] A Revolução Francesa foi um processo revolucionário que, na interpretação clássica, entende-se de 1789 a 1799, e foi caracterizado por suas várias reviravoltas, golpes de Estado e períodos distintos (CARVALHO, 2019).

No que se refere ao método, utilizaremos o comparativo proposto por Schmitt e Schneider (1998) no texto *O uso do método comparativo nas ciências sociais.* Comte, Durkheim e Weber utilizaram-se da comparação como instrumento de explicação e generalização, observam Schneider e Schmitt (1998). Os estudiosos pontuam que a comparação se baseia em uma estratégia centrada na busca, não do paralelismo existente entre variáveis ou séries de variáveis, mas, sim, na comparação entre casos históricos, tomados em sua diversidade e singularidade.

Schneider e Schmitt (1998) asseveram que o método comparativo tem sido empregado das mais diversas maneiras no campo das ciências sociais. Os distintos usos da comparação refletem diferentes posições acerca das relações existentes entre as teorias gerais e as explicações locais, os quadros conceituais e as técnicas de pesquisa, a formulação de hipóteses e sua validação.

Tais autores (1998), ao evocarem Marc Bloch, observam que aplicar o método comparativo no quadro das ciências humanas consiste em buscar, para explicar, as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos. Em nosso estudo, aqui analisado, pontuaremos as semelhanças entre as narrativas: grão-paraense e um angolano, sobretudo, na perspectiva do narrador e as narrativas de resistências.

Em consonância com Carvalhal (2006), o recurso comparativista faz parte do pensamento humano e da organização da cultura, portanto, não é um procedimento exclusivo dos estudos literários, mas de diferentes áreas do conhecimento humano. Para a estudiosa, a comparação é um procedimento metodológico que favorece a generalização ou a diferenciação, e, não sendo um recurso exclusivo dos estudos literários, é seu emprego sistemático que irá caracterizar sua atuação. Pode-se dizer que a literatura usa a comparação como recurso analítico e interpretativo, possibilitando a essa categoria de estudo literário uma exploração adequada de seus campos de trabalho e o alcance dos objetivos a que se propõe, sendo a comparação apenas um meio, um recurso, não um fim em si mesmo.

Carvalhal (2006) assevera que a expressão “comparada” já era utilizada no século XIX em estudos de filosofia e de fisiologia, expandindo-se no mesmo período para a literatura comparada entre países, estilos e épocas, com a finalidade de extrair leis gerais. O termo foi utilizado por Goethe em 1827 em oposição à expressão “literaturas nacionais” para designar a concepção de uma “literatura de fundo comum,

composta pela totalidade das grandes obras" (CARVALHAL, 2006, p. 12), como, também, para designar "a possibilidade de interação das literaturas entre si, corrigindo-se umas às outras" (CARVALHAL, 2006, p. 12)

Somado a isso, pontuamos que nos romances, as análises dos nossos *corpus* se darão a partir dos narradores de cada narrativa, sendo as narrativas de resistências. As categorias de análise são o narrador, a resistência, a memória, a história e a literatura comparada.

Sobre o narrador, é preciso dizer que o mesmo tem sempre suas raízes no povo, principalmente nas camadas artesanais. O narrador cria, segundo o seu desejo, representações do bem, representações do mal ou representações ambivalentes. Graças à exploração das técnicas do foco narrativo, o romancista poderá levar ao primeiro plano do texto ficcional toda uma fenomenologia de resistência do eu aos valores ou antivalores do seu meio. Dá-se assim uma subjetivação intensa do fenômeno ético da resistência, o que é a figura moderna do herói antigo. Esse tratamento livre e diferenciado permite que o leitor acompanhe os movimentos não raros contraditórios da consciência, quer das personagens, quer do narrador em primeira pessoa, segundo Bosi (1996).

De acordo com Bosi (1996), resistência é um conceito originariamente ético, e não estético. Sendo assim, o seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste à outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia. Segundo ele "o cognato próximo é in/sistir; o antônimo familiar é de/sistir" (BOSI, 1996, p.11). Para o autor, a experiência dos artistas e o seu testemunho dizem, em geral, que a arte não é uma atividade que nasça da força de vontade. Esta vem depois. A arte teria a ver primariamente com as potências do conhecimento: a intuição, a imaginação, a percepção e a memória.

Ainda, a memória não foi apenas instruída, mas igualmente ferida pela história. É pertinente pontuar sobre o dever de fazer memória. Para Ricouer (2010), o dever de não esquecer. O dever de memória é, muitas vezes, uma reivindicação de uma história criminosa feita pelas vítimas; a sua derradeira justificação é esse apelo à justiça que devemos às vítimas.

Benjamin (1994) discorre que o historicismo se contenta em estabelecer um nexo causal entre vários momentos da história. Mas nenhum fato, meramente por ser causa, é só por isso um fato histórico. Ele se transforma em fato histórico

postumamente, graças a acontecimentos que podem estar dele separado por milênios. O historiador consciente renuncia a desfiar, entre os dedos, os acontecimentos, como as contas de um rosário. Ele capta a configuração, em que sua própria época entrou em contato com uma época anterior. Diante disso, ele funda um conceito do presente como um "agora" em que se infiltraram estilhaços do messiânico.

No que se refere à problemática dessa dissertação, partimos do ponto em que podemos observar que os romances de Agualusa e Souza surgem de suas inquietações históricas e do desejo de retratar uma região deixada à margem da história, fazendo, em suma, um necessário resgate de sua memória. Sendo assim, qual a trajetória dos narradores e suas narrativas de resistências? É a pergunta que responderemos ao longo da análise.

É interessante destacar que os autores dos romances em análise utilizam-se da memória, para construir um jogo entre a realidade e ficção. As narrativas se aproximam por tematizar os discursos da resistência, em ambos os romances, podemos observar que os narradores nos mostram as lutas e suas indignações, principalmente na luta de libertação e independência da coroa portuguesa, e destacam a forte oposição entre colonizado e colonizador. A narrativa de Agualusa nos apresenta um narrador que se propõe a observar a trajetória dos personagens. A narrativa de Souza nos revela um narrador que não só expõe os fatos, mas que participa, se questiona e reflete.

No que se refere ao estado da arte, julgamos pertinente abordar alguns trabalhos acadêmicos que estudaram os autores e as obras aqui analisadas. A dissertação da estudiosa Ana Cristina Pinto Bezerra (2013), intitulada *A tessitura da memória em o vendedor de passados de José Eduardo Agualusa* (UFRN), que traz uma temática importante, um estudo que aborda a memória. Neste estudo, ela refletiu como a memória, enquanto elemento social, torna-se um agente de composição da estrutura literária em *O vendedor de passados* (2004), de José Eduardo Agualusa.

Outra estudiosa que corrobora com este estudo é Gabriela da Paz Araújo (2016), que tem a sua dissertação intitulada em *Identidades e territorialidades em romances de José Eduardo Agualusa.* O objetivo de sua pesquisa foi investigar as narrativas: *As mulheres do meu pai* e *Nação crioula*, do escritor angolano José Eduardo Agualusa, a fusão de culturas diversas, advinda das relações sociais

existentes entre os países de Língua Portuguesa, que estão em constante processo de construção identitária.

No tocante a Márcio de Souza, a estudiosa Maria Cláudia de Mesquita (2009) defendeu a dissertação intitulada *Literatura e história: uma leitura de Lealdade* (1997)*, de Márcio Souza,* que apresentou uma leitura do romance histórico *Lealdade* (1997), de Márcio Souza, que mostra a trajetória do protagonista Fernando Simões Correia em busca de sua identidade. O enredo relembra episódios do século XIX, na província do Grão-Pará e Rio Negro, quando a região combatia por sua independência.

Mesquita (2009) pontuou que a luta pela identidade cultural que se estabeleceu na província, dá-se paralelamente àquela do protagonista: ao lado do embate entre a identidade e a alteridade que vimos registrado na narrativa histórica da região, observou o protagonista pender ora à identificação com o “outro”, ora ao afastamento dele, encarando-o como inimigo. A chegada da Corte portuguesa ao Brasil (1808) e a invasão de Caiena pelo exército português (1809) são fatos históricos que alteraram a identificação que o protagonista, nascido em Belém, tinha com os portugueses ou com os paraenses.

Outro estudioso que corrobora com esse estudo é Francisco Everton Almeida dos Santos (2011), com a dissertação intitulada *Colagem, antropofagia e subversão em Galvez imperador do Acre, de Márcio Souza*. A dissertação de Santos (2011) abordou o romance *Galvez Imperador do Acre*, publicado em 1976, pelo escritor amazonense Márcio Souza, estabelecendo as relações entre o texto literário e as propostas estéticas das vanguardas modernistas, tanto europeias quanto brasileiras, propondo, assim, a investigação das relações entre modernismo e pós-modernismo, bem como as relações entre literatura, sociedade, história e cultura.

Santos (2011) abordou questões como a ressignificação de textos literários ou não em *Galvez imperador do Acre* por meio do processo de colagem e intertextualidade, as relações entre o romance e o momento histórico que retoma e com aquele em que foi produzido, a operação de retomada do passado de forma crítica, transformadora e as possibilidades de leitura do texto literário com vista a algumas teorias pós-modernistas e pós-colonialistas.

Somado a isso, pontuamos que nossos objetos de estudo *A conjura* (2009) de Agualusa e *Lealdade* (1997) de Souza, tem poucas dissertações e teses estudadas ainda, por isso o nosso trabalho se torna de suma importância, dando início ao focar

no narrador e na narrativa de resistência. Além de contribuir para a construção da fortuna crítica do autor/obra, visto que, esboçamos uma análise minuciosa e reflexiva da trajetória do narrador e das formas de resistências abordadas na narrativa. Em suma, podemos observar com esse estudo e as obras destacadas que trouxemos aqui, que o projeto literário de Agualusa e Souza é relevante.

Ademais, a presente dissertação está dividida em quatro capítulos, sendo que o primeiro capítulo *A conjura* (2009) *e Lealdade* (1997)*: narrativas na contramão* aborda o referencial teórico, sendo apresentado alguns aspectos históricos relacionados ao período em que se situa os romances, além de pensarmos acerca da resistência ocorrida em São Paulo da Assunção de Luanda e no Grão-Pará, lugares onde se desenvolvem as narrativas. O referencial teórico é constituído por Lowy (2010-2011) mostrando sobre a importância de escovar a história a contrapelo, Benjamin (1940) sobre o materialismo histórico, Ricouer (2003) apontando o resgate da memória, Todorov (2000) no que diz respeito aos abusos de memória, Bosi (1996) sobre o romance e o tratamento de valores, e Carvalhal (2006) a respeito da literatura comparada.

O capítulo *Entre 1880 e 1911: 31 anos de conjura* analisa a obra *A conjura* (2009). Iremos apontar sobre os 31 anos de conjura, período entre 1880 e 1911, período esse que o narrador em terceira pessoa, mostra o personagem principal Caninguili, como ele difunde os ideais políticos e abre para discussões com alguns personagens, dando voz a outros, narram-se as estórias e histórias, o lugar de fala das personagens, assim como a trajetória do narrador.

Para mais, abordará sobre o período colonial em Angola, que se encontrava no meio de duas supremacias: a coroa portuguesa e a coroa inglesa. Além dos conflitos internos, visto que uma parte dos angolanos defendiam a colonização dos portugueses, outra parte defendia os interesses dos ingleses e havia aqueles que defendiam a tão sonhada independência. A questão sobre *os ventos da revolta, as sementes da esperança,* o progresso da sociedade e a voz de Angola clamando no deserto e por último, o infausto, tristíssimo, incrível abrupto, interminável 16 de junho de 1911. Os teóricos que fundamentarão essa parte é Hohlfeldt e Carvalho (2012), Freudenthal (2001), Ricouer (2003), Lorenz (2012), Benjamin (1940), Bosi (2011), Candido (2009) e Silva (2018).

No que se refere ao capítulo *Lealdade (1997): um país que morreu para o Brasil nascer*, nos debruçaremos no romance *Lealdade* (1997), e nos leva para a narrativa do narrador personagem Fernando Simões. Ele é um jovem rico e imaturo que passou a infância sob os cuidados exclusivos de sua mãe em Belém, pois seu pai durante anos trabalhou com pesquisas botânicas no exterior. Fernando muda-se para Lisboa para estudar e formar-se como militar e inicialmente pensava em servir à pátria portuguesa, mas seus amigos o fazem refletir se aquela era mesmo a sua pátria, o que percebemos ao longo da narrativa são os efeitos em que o personagem entrara em conflitos em seus processos de identificação: seria ele paraense, português ou brasileiro? Começam então os conflitos internos de Fernando.

A apresentação do terceiro capítulo começa em *Lealdade* (1997)*: um país que morreu para o Brasil nascer,* que mostra a trajetória do narrador personagem. Discutiremos ainda, a trajetória desse narrador personagem no romance, o lugar de fala desse narrador personagem, a relação de literatura, história e memória. *As marcas da violência na guerra civil em Lealdade (1997): Grão-Pará versus Caiena,* onde observaremos os pensamentos ideológicos desse narrador personagem, além da importante reflexão que ele fez, *a luta de resistência e a inquietação (1997) o de um povo* e a relação do *colonizador verso colonizado*. Os estudiosos que corroboram nessa análise são Hall (2006), Achugar (2006), Bosi (2002), Ricouer (2003), Todorov (2002), Lorenz (2012), Candido (1972), Candido (2006) e Mesquita (2009).

O quarto capítulo aproxima comparativamente as duas obras analisadas. As semelhanças entre os narradores dos romances *A conjura* (2009) e *Lealdade* (1997), categoria de narrador de ambas as obras, narradores que dão voz a outros, que mostram como ambos os países sofreram com a colonização portuguesa em nome do progresso, e, finalmente as decepções vividas por ambos os romances no desfecho das narrativas.

Cabe pontuar que ambos os romances nos mostram que os países e cidades onde se passaram as narrativas tiveram governos de regimes fortemente autoritários, e nesse capítulo podemos acompanham um pouco sobre. Ademais, os estudiosos que nos auxiliaram aqui são Benjamin (1994), Lorenz (2012), Todorov (2000), Teixeira (2004), Mesquita (2009), Bakhitin (1973) e Bosi (2002).

Os objetivos dos capítulos são; revisar os pressupostos teóricos que fundamentarão o nosso estudo, analisar a trajetória do narrador de cada romance e

como se dá a narrativa de resistência em cada obra e, por fim, mostrar o diálogo que há entre as duas obras, apontando as semelhanças.

Em suma, é importante destacar que a literatura produziu textos de denúncia, em que reproduz nos países uma forma cultural que se assemelha pelo objetivo comum de trazer ao lume os marginalizados através de narrativas ficcionais. É uma literatura que articula ficção e ensaio, partindo da análise do contexto histórico imediato do autor.

1. *A CONJURA* (2009) E *LEALDADE* (1997): NARRATIVAS NA CONTRAMÃO

O presente capítulo se propõe a construir um arcabouço teórico-crítico que nos permitiu pensar acerca do materialismo histórico, da memória, do narrador e da literatura comparada. Debruçar-nos-emos sobre os aspectos históricos que atravessam as narrativas em questão, em contraponto com os discursos e as atuações de resistência que se dá, de formas distintas, em São Paulo da Assunção de Luanda e Grão-Pará, ambientes que emolduram os romances analisados. Como se tratam de textos ficcionais que ressignificam e plasmam eventos históricos, nossas análises estão fundamentadas na perspectiva do narrador, seus modos de representação e construção de estratégias narrativas.

1.1 MATERIALISMO HISTÓRICO: A NARRATIVA *A CONTRAPELO*

Partimos do ponto em que podemos observar que os romances *A conjura* (2009) de Agualusa e *Lealdade* (1997) de Márcio Souza surgem de suas inquietações históricas e do desejo de representar uma região deixada à margem da história, fazendo, em suma, um necessário resgate de sua memória.

Somado a isso, ao se estudar as ideias de Benjamin (1994) sobre a cultura de ideias bastante heterodoxas e subversivas, não se pode esquecer, jamais, que elas são inseparáveis da sua concepção geral da história, e de seu engajamento político em favor das classes oprimidas. Seu objetivo é menos o de promover uma nova teoria estética que o de despertar a consciência revolucionária, assim observa Lowy (2010-2011). Ademais, “A história deve ser escovada a contrapelo. A história da cultura como tal é abandonada: ela deve ser integrada à história da luta de classes” (Benjamin, 1994, p. 21).

Segundo Lowy (2010-2011), evidentemente, o termo “vencedor” empregado por Walter Benjamin (1994) não se refere, aqui, às batalhas ou às guerras comuns, mas à guerra de classes, em que um dos campos, a classe dominante, não cessou de levar vantagem sobre os oprimidos.

Além do que foi dito acima, para Lowy (2010-2011) as diferenças não são menos importantes: enquanto a crítica nietzschiana do historicismo e da história da cultura é feita em nome da “vida”, da “juventude” ou do “indivíduo heroico”, Benjamin a realiza em nome dos vencidos. Como marxista, ele é um adversário decidido do nietzschianismo, colocando-se ao lado dos “condenados da terra”, dos que caíram

sob as rodas das carruagens majestosas e magníficas denominadas Civilização, Progresso e “tesouros culturais”.

O conceito de materialismo histórico, não é o filosófico abstrato, mas a luta de classes. É ela que permite compreender passado, futuro e presente. Benjamin (1994) discorda da visão evolucionista da história como progresso que pressupõe certa liberdade. Ele percebe a conquista dos vencidos como a vitória da classe dominante. Assim, deve-se lutar para que o sol do futuro se torne o sol do presente.

Lowy (2010-2011) evocando Walter Benjamin (1994), nos diz que a tarefa do teórico do materialismo histórico é a de “quebrar”, de fazer explodir, de destruir o fio conformista da continuidade histórica e cultural. O materialista histórico deve, portanto, desconfiar dos pretensos “tesouros culturais”, estes não são mais que restos mortais provocados pelos vencedores na procissão triunfal, despojos cuja função é confirmar, ilustrar e validar a superioridade dos poderosos.

Conforme Lowy (2010-2011), tais desfiles triunfais são frequentemente representados nas alegorias barrocas, nas quais podemos ver os reis e imperadores em plena glória, às vezes seguidos por prisioneiros acorrentados e arcas transbordando de ouro e joias. São estas as ilustrações surpreendentes da definição benjaminiana da alegoria como a *facies hippocratica* da história, vejamos:

> Mas a ideia de Benjamin tem uma significação mais ampla: na medida em que a alta cultura é produzida pelos privilégios advindos da labuta viva das massas, em que ela não poderia existir sob a forma histórica sem o trabalho anônimo (escravos, camponeses ou operários), em que os bens culturais são “produtos de luxo” fora do alcance dos pobres, este tesouros da alta cultura são, inevitavelmente, em todos os modos de produção, fundados sobre a exploração – quer dizer, sobre a apropriação do trabalho excedente por uma classe dominante. Estes são, então, “documentos de barbárie”, nascidos da injustiça de classe, da opressão social e política, da desigualdade, da repressão, dos massacres e das guerras civis (LOWY, 2010-2011, p. 24).

Lowy (2010-2011), refletindo acerca das ponderações de Benjamin (1994), afirma que a atitude revolucionária dirige-se a algo mais radical: a uma intervenção dialética cujos objetivos constituem-se na destruição do fetichismo burguês dos “tesouros culturais” e no desvendamento do lado bárbaro escondido nas produções culturais; e a uma ruptura materialista da continuidade histórico-cultural, de modo a procurar “no passado a chama da esperança”, de encontrar momentos da cultura passada, portadores de uma afinidade secreta com os perigos de hoje.

Em consonância com Lowy (2010-2011), escovar a história a contrapelo é recusar toda identificação com os heróis oficiais do V centenário, os conquistadores espanhóis, os poderosos europeus que levaram a religião, a cultura e a civilização aos índios “selvagens”. Em consequência, é preciso considerar cada monumento da cultura colonial, a catedral do México, o palácio de Cortez em Cuernavaca, como um documento da barbárie, um produto da guerra, do extermínio, de uma opressão impiedosa. Ao examinar a história do ponto de vista dos vencidos, das diversas culturas indígenas das Américas eliminadas pelos vencedores, é preciso considerar os acontecimentos culturais do passado tendo em conta os perigos que ameaçam os descendentes dos escravos índios e negros da época colonial, particularmente o risco representado pelos dirigentes imperialistas atuais que substituíram o império espanhol no cortejo triunfal, vejamos:

> Nenhuma pintura alegórica celebra os desfiles vitoriosos do Fundo Monetário Internacional na América Latina, mas nem por isso deixa de existir uma filiação secreta entre os antepassados reduzidos à escravidão trabalhando nas minas para enviar cada vez mais ouro à coroa espanhola e os pobres do continente de hoje, esmagados pelo peso de uma dívida externa impossível de ser paga (LOWY, 2010-2011, p. 26).

O passado permanece presente na memória coletiva das classes e das comunidades étnicas: a tradição dos vencedores e a tradição dos oprimidos se opõem inevitavelmente. Durante séculos, a história “oficial” da descoberta, da conquista e da evangelização não só foi dominante, como também praticamente a única a ocupar o cenário político e cultural. É somente com a revolução mexicana de 1911 que está dominação começou a ser contestada, observa Lowy (2010-2011).

1.2 HISTÓRIA E MEMÓRIA: O QUE LEMBRAR E O QUE ESQUECER?

A história mostra a experiência temporal individual e coletiva. A memória é uma reconstrução do passado sem o trabalho crítico do historiador. Benjamin (1994) observa que o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, considera a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado.

Somado a isso, no que se refere a luta de classes, podemos afirmar ser a expressão dos conflitos entre diferentes classes sociais, assim, pontuamos que tais lutas acontecem não só no campo econômico, como também político e ideológico. Observemos o que nos diz Benjamin (1994) sobre a luta de classes:

> (...) que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores. Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história (BENJAMIN. 1994, p. 222).

Diante do exposto acima, o materialismo histórico deve ficar atento a essa transformação, a mais imperceptível de todas. Benjamin (1994) discorre que a verdadeira imagem do passado perpassa veloz, o passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido. “A verdade nunca nos escapará” (GOTTFRIED KELLER *apud* BENJAMIN 1994, p. 223) caracteriza o ponto exato em que o historicismo se separa do materialismo histórico. Pois, irrecuperável é cada imagem do passado que se dirige ao presente, sem que esse presente se sinta visado por ela.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”, significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem ele ter consciência disso. Em cada época, pondera Benjamin (1994) sendo preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Ele recomenda ao historiador interessado em ressuscitar uma época, que esqueça tudo o que sabe sobre fases posteriores da história. Observemos:

> Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que Benjamin chama de bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento (BENJAMIN, 1994, p. 223).

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. Quando Benjamin (1994) aborda sobre a barbárie ele dialoga com o seu ensaio *Experiência e pobreza (1994)*. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela, conforme Benjamin.

Segundo os sociais-democratas (1987), o progresso era, em primeiro lugar, um progresso da humanidade em si, e não das suas capacidades e conhecimentos. Em segundo lugar, era um processo sem limites, ideia correspondente à da perfectibilidade infinita do gênero humano. Em terceiro lugar, era um processo essencialmente automático, percorrendo, irresistível, uma trajetória em flecha ou em espiral. A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”.

O historicista apresenta a imagem “eterna” do passado, o materialista histórico faz uma experiência única desse passado. Ele deixa a outros a tarefa de se esgotar no bordel do historicismo, com a meretriz “era uma vez”. O historicismo culmina legitimamente na história universal, em seu método, a historiografia materialista se distancia dela talvez mais radicalmente que de qualquer outra. A história universal não tem nenhuma armação teórica, seu procedimento é aditivo. Ela utiliza a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio. Ao contrário, a historiografia marxista tem em sua base um princípio construtivo. Pensar não inclui apenas o movimento das ideias, mas também sua imobilização. Quando o pensamento para, bruscamente, numa configuração saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto mônada. Vejamos:

> O materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronta enquanto mônada. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido. Ele aproveita essa oportunidade para extrair uma época determinada do curso homogêneo da história; do mesmo modo, ele extrai da época uma vida determinada e, da obra composta durante essa vida, uma obra determinada (BENJAMIN, 1994, p. 227).

Em síntese, o historicismo se contenta em estabelecer um nexo causal entre vários momentos da história. Mas nenhum fato, meramente por ser causa, é só por isso um fato histórico. Ele se transforma em fato histórico postumamente, graças a

acontecimentos que podem estar dele separado por milênios. O historiador consciente disso renuncia a desfiar entre os dedos, os acontecimentos, como as contas de um rosário. Ele capta a configuração, em que sua própria época entrou em contato com uma época anterior, perfeitamente determinada. Com isso, ele funda um conceito do presente como um “agora” em que se infiltraram estilhaços do messiânico.

O texto *Memória, história e esquecimento* de Paul Ricouer (2003) elabora conceitos de suma importância para o cabedal teórico dessa dissertação. A memória enquanto tal, depois, a história enquanto ciência humana, e o esquecimento como dimensão da condição histórica de humanos que somos, são conceitos trabalhados em seu texto.

Ricouer (2003) assevera que desde Platão e Aristóteles, falava-se da memória não só como presença/ausência, mas também em termos de lembrança, de rememoração, aquilo que chamavam *anamnesis*. E quando essa busca termina, fala-se de reconhecimento. Em relação ao difícil conceito da sobrevivência das imagens do passado, seja qual for a conjunção feita entre as noções de reconhecimento e de sobrevivência do passado, o reconhecimento, tomado como um dado fenomenológico, permanece, como gosto de dizer, uma espécie de “pequeno milagre”.

Somado a isso, nenhuma outra experiência dá a este ponto a certeza da presença real da ausência do passado. Ainda que não estando mais lá, o passado é reconhecido como “tendo estado”. É claro que se pode colocar em dúvida uma tal pretensão de verdade. Mas não tem nada melhor do que a memória para nos assegurar de algo para lembrar-nos dela. Isto é simultaneamente o enigma e a sua frágil resolução, que a memória transmite à história, mas que ela transmite também à reapropriação do passado histórico pela memória visto que o reconhecimento continua um privilégio da memória, do qual a história está desprovida. Mas dele está igualmente desprovida a reapropriação do passado histórico pela memória.

É pertinente destacar que Ricouer (2003) observa o lugar e o papel do testemunho na fase da investigação documental como importantes. O testemunho é, num sentido, uma extensão da memória, tomada na sua fase narrativa. Mas só há testemunho quando a narrativa de um acontecimento é publicitada: o indivíduo afirma a alguém que foi testemunha de algo que teve lugar; a testemunha diz: “creiam ou não, em mim, eu estava lá” (RICOUER, 2003, p. 03). O outro recebe o seu testemunho, escreve-o e conserva-o. O testemunho é reforçado pela promessa de

testemunhar de novo, se necessário; o que implica a fiabilidade da testemunha e dá ao testemunho a gravidade de um sermão. A dimensão fiduciária de todas as categorias de relações humanas é assim trazida à luz: tratados, pactos, contratos e outras interações que repousam na nossa confiança na palavra do outro. Mas o testemunho é, em simultâneo, o ponto fraco do estabelecer da prova documental.

Além disso, Ricouer (2003) pontua que uma segunda série de características relativas à fase explicativa da operação histórica terá consequências no estágio da leitura e da recessão, isso prende-se com o cruzamento de explicações causais e intencionais. A esse respeito não há nos historiadores imposições estabelecidas quanto aos diversos empregos do termo “porque”, em resposta à questão “porquê?”. Para ele, certos usos da conexão causal estão muito próximos daqueles que são utilizados nas ciências da natureza: é o caso na história econômica, na demografia, na linguística e mesmo no tratamento de configurações culturais. São, ao mesmo tempo, explicações em razões, e razões de agir de tal ou tal forma:

> Sem sobrestimar os preconceitos, as paixões, a parcialidade do comprometimento do historiador, é suficiente sublinhar o papel que estes elementos têm na escolha do seu tema de predileção, do seu campo de pesquisa, a escolha dos arquivos que frequentam, e até a escolha de explicações causais ou finais. A interpretação não é uma fase à margem do conjunto da operação histórica; pelo contrário, ela trabalha a todos os níveis, desde o estabelecimento do testemunho e dos arquivos até à explicação em termos de finalidade ou de causalidade, desde a esfera da economia à da cultura (RICOUER, 2003, p. 04).

Ademais, é com a história cultural que a pretensão da história de anexar a memória à esfera da cultura atinge o seu auge. Da memória como matriz da história passamos à memória como objeto da história. Com o desenvolvimento do que chamamos a história das mentalidades, embora este termo esteja aproximadamente desacreditado, essa inserção da história entre outros fenômenos culturais, que podemos chamar representações, está, em princípio, legitimada. Ela pode até revelar-se útil no interesse da autocrítica da memória, sobretudo ao nível da memória coletiva. O caráter seletivo da memória, auxiliado nesse aspecto pelas narrativas, implica que os mesmos acontecimentos não sejam memorizados da mesma forma em períodos diferentes, assim pontua Ricouer (2003).

Em relação à memória instruída pela história, Ricouer (2003) observa ser no ponto de interseção entre a história como trabalho literário e a leitura como meio de

recessão privilegiado, no sentido de uma hermenêutica da recessão, que a memória é instruída, ela é instruída por esses dois processos, de escrita e de leitura.

Ricouer (2003) pontua que a tarefa histórica repousa inteiramente sobre a escrita, como indica o papel desempenhado pelos testemunhos escritos dos nossos arquivos: ousamos inclusive ligar a origem da história à da escrita. Mas a história gera novas espécies de escrita: livros e artigos, conjunto de cartas, de imagens, de fotos e de outras inscrições. É justamente nesta fase que a historiografia, no sentido lato do termo, pode instruir a memória. Essa conjunção da escrita e da leitura encontra-se na experiência partilhada da narrativa, até a história econômica ou demográfica descreve mudanças, ciclos, desenvolvimentos narrados, implicando imposições narrativas de maneira a permitir ao historiador fornecer uma legibilidade ao texto e uma visibilidade aos eventos que narra, por vezes, em detrimento da complexidade e da opacidade do passado histórico.

Ricouer (2003) assevera que sem essa ambição de verdade do saber histórico, a história não teria o seu papel no confronto com a memória. Certamente que a história está privada dessa “graça” do reconhecimento que dá à memória uma espécie de iluminação, essa ausência cria o seu mal-estar, mas não a condena; podemos apenas esperar das suas construções que elas sejam conduzidas como reconstruções segundo uma lógica de probabilidade.

Por outro lado, Todorov (2000) discorre ser fácil entender porque a memória foi dotada de tanto prestígio aos olhos de todos os inimigos do totalitarismo, porque qualquer ato de reminiscência, por mais humilde que seja, tem sido associada à resistência antitotalitária.

Todorov (2000) reflete que talvez sob a influência de alguns escritores talentosos que viveram em países totalitários, o apreço pela memória e a recriminação do esquecimento eles se estenderam nos últimos anos além de seu contexto original: “Democracias liberais da Europa Ocidental ou América do Norte, vem reprovando sua contribuição à deterioração da memória, ao reino do esquecimento” (TODOROV, 2000, p. 13). Já que estamos em um consumo cada vez mais rápido de informações, separado de nossas tradições, brutalizadas pelas exigências de uma sociedade de lazer, bem como familiaridade com as grandes obras do passado, estaríamos condenados a celebrar alegremente o esquecimento e a nos contentarmos com os vãos prazeres do momento. Nesse caso, a memória seria ameaçada, não mais pela

supressão de informações, mas por sua superabundância. Portanto, com menos brutalidade, mas mais eficácia, em vez de fortalecer nossa resistência, seríamos meros agentes que contribuem para aumentar o esquecimento, os Estados, os democratas levariam a população ao mesmo destino que os regimes totalitários, isto é, o reino da barbárie.

Todorov (2000) observa que antes de tudo, deve-se lembrar de algo óbvio, que a memória não se opõe ao esquecimento. Os dois termos são supressões (esquecimento) e preservação, memória é, sempre e necessariamente, uma interação de ambos. A restauração abrangente do passado é obviamente impossível, e, por outro lado, aterrorizante, a memória como tal, é necessariamente uma seleção, alguns recursos do evento serão conservados, outros marginalizados imediata ou progressivamente e então esquecidos. Sendo assim, é profundamente intrigante quando observamos a capacidade de computadores para manter as informações, mas para esta última operação falta uma característica constitutiva da memória, isto é, a seleção.

Conforme Todorov (2000), como a memória é uma seleção, foi necessário escolher entre todas as informações recebidas, em nome de determinados critérios, critérios conscientes ou não, também servirão, com todas as probabilidades, para orientar o uso do que se fará com o passado. Nada deve impedir recuperação de memória, este é o princípio que se aplica ao primeiro processo. Quando os eventos vivenciados pelo indivíduo ou pelo grupo são de natureza excepcional ou, trágica, tal direito torna-se um dever: lembrar, testemunhar. A recuperação do passado é essencial, o que não significa que o passado deve governar o presente, mas, pelo contrário, ele usará o passado como preferir.

No entanto, todas as memórias podem ser avaliadas utilizando critérios universais e racionais que sustenta o diálogo entre as pessoas, o que não é o caso das memórias literais e intransitivas, incomparáveis entre si. O uso literal, que torna o evento antigo intransponível, leva a fim de contas na submissão do presente ao passado. O uso exemplar, pelo contrário, permite usar o passado visando o presente, aproveitar as lições das injustiças sofridas para lutar contra a opressão que ocorre hoje, e se separar do eu para ir para o outro:

> O grupo que não pode fugir da comemoração obsessiva do passado, ainda mais difícil que seja, quanto mais doloroso, ou aqueles que, dentro do seu

> grupo, incentivam os últimos a viver assim, merecem menos consideração. Nesse caso, o passado serve para reprimir o presente, e essa repressão não é menos perigoso que o anterior. Certamente todo mundo tem direito de recuperar seu passado, mas não há razão para erguer um culto da memória pela memória; memória sacralizante é outra maneira de torná-lo estéril. Depois que o passado é restaurado, a pergunta deve ser: para que pode ser usado e com que finalidade? (TODOROV, 2000, p. 23).

Todorov (2000) assevera que o culto à memória nem sempre serve à justiça, nem é necessariamente favorável à memória. Houve na França, nos últimos anos, julgamentos criminais contra a humanidade, que, aparentemente e como nos disseram, eles reviveriam a memória nacional. No entanto, algumas vozes, como o de Simone Veil ou Georges Kiejman, subiram pensando, se eles (os crimes) eram absolutamente processos judiciais necessários para manter a memória viva.

Por fim, atualmente não há mais incursões judaicas, no entanto, deve-se manter viva a memória do passado, não para pedir reparação pelos danos sofridos, mas para estarmos atentos a situações novas e ainda assim análogas. O racismo, xenofobia, exclusão sofrida por outros hoje não são iguais a cinquenta, cem ou duzentos anos atrás, antes era visível, hoje, velado e estrutural.

De acordo com Todorov (2000), hoje, a memória da Segunda Guerra Mundial[4] continua viva na Europa, preservada por inúmeras comemorações, publicações e emissões de rádio ou televisão; mas a repetição ritual de “não há o que esquecer”, não tem consequências visíveis nos processos de limpeza étnica, tortura e execução em massa que ocorrem ao mesmo tempo, na própria Europa.

1.3 O ROMANCE E O TRATAMENTO DOS VALORES

Conforme Bosi (1996), a translação de sentido da esfera ética para a estética é possível, e já deu resultados notáveis quando o narrador se põe a explorar uma força catalisadora da vida em sociedade: os seus valores. A força desse ímã não pode

[4] A Segunda Guerra Mundial estendeu-se de 1939 até 1945, resultando na morte de 60 milhões a 70 milhões de pessoas, embora existam estatísticas que sugiram que a guerra provocou mais que 70 milhões de mortos. O conflito teve como estopim a invasão da Polônia pelos alemães em 1º de setembro de 1939.A guerra iniciou-se na Europa, mas espalhou-se pela África, Ásia e Oceania e contou com o envolvimento de nações de todos os continentes, inclusive o Brasil. Pode ser organizada em três fases distintas: a fase da supremacia alemã, a fase em que as forças estavam equilibradas e a fase que marcou a derrota do Eixo (NEVES, 2020).

subtrair os escritores dado que fazem parte do tecido vivo de qualquer cultura. Consideremos:

> O homem de ação, o educador ou o político que interfere diretamente na trama social, julgando-a e, não raro, pelejando para alterá-la, só o faz enquanto é movido por valores. Estes, por seu turno, repelem e combatem os antivalores respectivos. O valor é objeto da intencionalidade da vontade, é a força propulsora das suas ações. O valor está no fim da ação, como seu objetivo; e está no começo dela enquanto é sua motivação. Exemplos de valores e antivalores são: liberdade e despotismo; igualdade e iniquidade; sinceridade e hipocrisia; coragem e covardia; fidelidade traição, etc. Valores e antivalores não existem em abstrato, isto é, absolutamente. Têm todos, para cada um de nós, e de modo intenso para o artista, uma fisionomia. Os poetas os captam e os exprimem mediante imagens, figuras, timbres de vozes, gestos, formas portadoras de sentimentos que experimentamos em nós ou pressentimos no outro (BOSI, 1996, p. 14).

Bosi (1996) pondera sobre o valor, que nessa esfera da *práxis*, se provará pela coerência com que o homem justo se comporta a partir da sua decisão, os obstáculos à sua vontade virão de fora, pertencerão à lei da necessidade natural ou à surpresa das contingências, mas, dentro dele, no seu chamado foro íntimo, romantização. De todo modo, é o princípio da realidade com toda a sua dureza que rege a realização dos valores no campo ético. A situação do romancista é outra, ele dispõe de um espaço amplo de liberdade inventiva. A escrita trabalha não só com a memória das coisas realmente acontecidas, mas, com todo o reino do possível e do imaginável.

O autor assevera que o narrador cria, segundo o seu desejo, representações do bem, representações do mal ou representações ambivalentes. Graças à exploração das técnicas do foco narrativo, o romancista poderá levar ao primeiro plano do texto ficcional toda uma fenomenologia de resistência do eu aos valores ou antivalores do seu meio. Dá-se assim uma subjetivação intensa do fenômeno ético da resistência, o que é a figura moderna do herói antigo. Esse tratamento livre e diferenciado permite que o leitor acompanhe os movimentos não, raro contraditórios da consciência, quer das personagens, quer do narrador em primeira pessoa.

Conforme Bosi (1996), a partir do momento em que o romancista molda a personagem, dando-lhe aquele tanto de caráter que lhe confere alguma identidade no interior da trama, todo o esforço da escrita se voltará para conquistar a verdade. A exigência estética assume, no caso, uma genuína face ética. Escrever bem passa a ser um imperativo moral enquanto o sentido requer uma rede de signos que o tragam à luz da comunicação. Observemos:

> Ao contrário da literatura de propaganda, que tem uma única escolha, a de apresentar a mercadoria ou a política oficial sob as espécies da alegoria do bem -, a arte pode escolher tudo quanto a ideologia dominante esquece, evita ou repele. Embora possa partilhar os mesmos valores de outros homens, também engajados na resistência a antivalores, o narrador trabalha a sua matéria de modo peculiar; o que lhe é garantido pelo exercício da fantasia, da memória, das potências expressivas e estilizadores. Não são os valores em si que distinguem um narrador resistente e um militante da mesma ideologia. São os modos próprios de realizar esses valores (BOSI, 1996, p. 16).

Em suma, Bosi (1996) pontua que esclarecer a diferença entre tempos de aceleração da luta social e tempos lentos e difusos de aparente estagnação política ajuda-nos a compreender a distinção, entre resistência como tema da narrativa e resistência como processo constitutivo de uma certa escrita. E os romances *A conjura* (2009) *e Lealdade* (1997) nos ajudarão a entender essa perspectiva trabalhada em Bosi (1996), por meio dos narradores, seja em primeira pessoa ou em terceira pessoa.

1.4 COMPARATIVISMO: O QUE É E COMO SE FAZ?

No que se refere ao comparativismo, Tania Carvalhal (2006) nos diz que à primeira vista, a expressão "literatura comparada" não causa problemas de interpretação. Usada no singular, mas geralmente compreendida no plural, ela designa uma forma de investigação literária que confronta duas ou mais literaturas. Contudo, quando se começa a tomar contato com trabalhos classificados como "estudos literários comparados", percebe-se que essa denominação acaba por rotular investigações bem variadas, que adotam diferentes metodologias e que, pela diversificação dos objetos de análise, concedem a literatura comparada um vasto campo de atuação.

Carvalhal (2006) nos diz que o sentido da expressão "literatura comparada" se complica ainda mais ao constatar-se que não existe apenas uma orientação a ser seguida, que, por vezes, é adotado um certo ecletismo metodológico. Vejamos:

> Em estudos mais recentes, vemos que o método (ou métodos) não antecede à análise, como algo previamente fabricado, mas dela decorre. Aos poucos torna-se mais claro que literatura comparada não pode ser entendida apenas como sinônimo de "comparação" (CARVALHAL, 2006, p. 07).

Diante do excerto acima, Carvalhal (2006) aponta que os estudos comparados não são apenas comparar, porque esse não é um recurso exclusivo do comparativista. Por outro lado, a comparação não é um método específico, mas um procedimento mental que favorece a generalização ou a diferenciação. É um ato lógico-formal do pensar diferencial (processualmente indutivo) paralelo a uma atitude totalizadora (dedutiva). Para ela:

> Comparar é um procedimento que faz parte da estrutura de pensamento do homem e da organização da cultura. Por isso, valer-se da comparação é hábito generalizado em diferentes áreas do saber humano e mesmo na linguagem corrente, onde o exemplo dos provérbios ilustra a frequência de emprego do recurso (CARVALHAL, 2006, p. 07).

Carvalhal (2006) pondera que a crítica literária, por exemplo, quando analisa uma obra, muitas vezes é levada a estabelecer confrontos com outras obras de outros autores, para elucidar e para fundamentar juízos de valor. Compara, então, não apenas visando concluir sobre os elementos confrontados, mas principalmente, para saber se são iguais ou diferentes. É bem verdade que na crítica literária, usa-se a comparação de forma ocasional, pois nela comparar não é substantivo. Contudo, Carvalhal (2006) assevera que quando a comparação é empregada como recurso preferencial no estudo crítico, convertendo-se na operação fundamental da análise, ela passa a tomar ares de método e começa-se a pensar que tal investigação é um "estudo comparado", consideremos:

> Pode-se dizer, então, que a literatura comparada compara não pelo procedimento em si, mas porque, como recurso analítico e interpretativo, a comparação possibilita a esse tipo de estudo literário uma exploração adequada de seus campos de trabalho e o alcance dos objetivos a que se propõe. Em síntese, a comparação, mesmo nos estudos comparados, é um meio, não um fim. Mas, embora ela não seja exclusiva da literatura comparada, não podendo, então, por si só defini-la, será seu emprego sistemático que irá caracterizar sua atuação. No entanto, ainda que já se esteja tentando abrir clareiras no emaranhado das definições, não convém adiantá-las. Espera-se que elas surjam naturalmente das considerações posteriores (CARVALHAL, 2006, p. 08).

Diante das colocações de Carvalhal (2006) sobre o comparativismo, cabe destacar que em nossos objetos aqui analisados, os autores das obras buscam mostrar a dura realidade da população pobre que estava à mercê do Governo, que no que lhe concerne, nada fazia para alterar aquela feição de pobreza que pairava no Brasil e em Angola daquele período. Os autores então comprometidos em mostrar o

que acontecia mostravam em suas diversas produções literárias, especificamente os dois romances em análise, as mazelas e os problemas socioeconômicos de uma Angola e de um Grão-Pará “abandonados” pelos governantes. Em suas produções os autores trazem o povo como parte importante da história, e se até então eles não eram vistos e/ou eram vistos sem muita importância, agora eles passam a ter um destaque, pois também fazem parte da feição de uma nação e têm a sua importância.

Outro estudioso do método comparativo, Hutcheson Posnett (1994) em seu texto *O método comparativo e a literatura*, nos traz algumas considerações que corroboram com Carvalhal (2006). Segundo Posnett (1994), o método comparativo de adquirir ou comunicar conhecimento é, num certo sentido, tão antigo quanto o pensamento, e em outro, a glória peculiar do século XIX. Ele afirma que toda a razão, toda a imaginação, operam subjetivamente, e passam de indivíduo para indivíduo objetivamente, com a ajuda de comparações e diferenças, observemos:

> Quando escreveu *Devulgari eloquio.* Dante marcou o início de nossa ciência comparativa, colocando o problema da natureza da linguagem, um problema que não deve ser tratado com leviandade pelos povos da Europa moderna que herdaram, diferentemente do grego ou do hebraico, uma literatura escrita numa língua cuja decomposição simplesmente foi levada a constituir os elementos de sua própria fala viva. Foi o Renascimento latino, seguido pouco depois do Renascimento grego, que estabeleceu as fundações para o método comparativo no espírito da Europa. Enquanto isso, o crescimento das nacionalidades europeias criava novos pontos de apoio, novos materiais, para comparação nas instituições e nos modos de pensar ou sentir modernos. A descoberta do Novo Mundo colocou esta nova civilização europeia face a face com a vida primitiva, e despertou os homens para contrastes com suas próprias organizações, contrastes estes mais marcantes do que os bizantinos ou sarracenos poderiam oferecer. O comercio, também, colocava agora as nações europeias ascendentes em conflito e as trazia ao conhecimento mútuo; mais do que isso, dava mais liberdade pessoal aos habitantes das cidades ocidentais do que eles jamais haviam possuído. Junto com o crescimento da riqueza e da liberdade veio um despertar da opinião pessoal entre os homens, e mesmo um kvanle da opinião pessoal contra a autoridade que ganhou o nome de Reforma, mas um levante que na época dos conflitos feudais, monárquicos e "populares", em que a educação era um privilégio de poucos, e até a transmissão de ideias corriqueiras era tão lenta e irregular quanto as péssimas estradas e o pior banditismo conseguiam torná-la, poderia ser facilmente questionado mesmo em países onde se acreditava que tivesse realizado grandes feitos (POSNETT, 1994, p. 16-17).

Posnett (1994) pontua acima, que a indagação individual, e com ela o pensamento comparativo, questionada nos âmbitos da vida social por “choques” frequentes com o dogma teológico, voltou-se para o mundo material, e começou a acumular grandes reservas de conhecimento material moderno, e somente nos dias

mais recentes de liberdade, começou a construir, a partir deste lado físico, perspectivas seculares da origem e do destino do homem, que do ponto de vista social havia sido previamente reprimido pelo dogma.

O autor assevera que desde aquela época o método de comparação tem sido aplicado a vários assuntos além da linguagem e muitas influências novas foram combinadas para tornar o pensamento da Europa mais pronto do que nunca para comparar e contrastar. Ele coloca que a máquina a vapor, o telégrafo, a imprensa diária agora coloca a vida local e central, popular e culta de cada país europeu e as ações do mundo inteiro face à face, e os hábitos de comparação surgiram e predominaram de uma maneira ampla e vigorosa como nunca. Porém, ao chamarmos conscientemente o pensamento comparativo de a grande glória do século XIX, não se pode esquecer de que tal pensamento se deve principalmente ao progresso mecânico e de que, muito antes de nossos filólogos comparados, juristas, economistas e outros, estudiosos como Reuchlin usaram o mesmo método de uma forma menos consciente, menos precisa, mas desde o primeiro momento prenunciando uma visão geral ao invés da perspectiva exclusivista da crítica grega.

Para Posnett (1994), à diferença do homem de ciências, o homem de literatura não pode cunhar palavras para novas ideias, seus versos ou prosa, ao contrário das descobertas do sujeito de ciências, devem atingir a inteligência média, não a especializada. As palavras devem passar do uso especial para o geral antes de serem usadas por ele, e na mesma proporção em que se desenvolvem tipos especiais de conhecimento (legal, comercial, mecânico, e outros afins), mais acentuada se torna a diferença entre a linguagem da literatura e a da ciência, a linguagem e as ideias da comunidade em contraste com aquelas pertencentes às suas partes especializadas. Se seguirmos a ascensão de qualquer comunidade civilizada a partir dos clãs e tribos isoladas, poderemos observar um desenvolvimento duplo que está ligado à linguagem e às ideias da literatura a expansão do grupo para fora, um processo acompanhado por expansões de pensamento, sentimento e uma especialização das atividades no grupo, um processo do qual depende a ascensão de uma classe literária, religiosa ou secular, que desfrute o lazer, como podemos observar:

> Este último é um processo conhecido pelos economistas como divisão de trabalho; o primeiro, conhecido pelos arqueólogos como a fusão de grupos sociais menores em grupos sociais maiores. Enquanto que a gama de comparações aumenta de relações e afinidades de clã para relações e

> afinidades nacionais e até mesmo mundiais, o processo de especialização separa ideias, palavras e formas de escrever do domínio apropriado da literatura. É devido a esses dois processos de expansão e especialização que a linguagem e as ideias da literatura se transformam gradualmente a partir da linguagem especial e ideias especiais de certas classes em qualquer comunidade altamente desenvolvida, e a literatura passa a diferir da ciência, não só por seu caráter imaginativo, mas também pelo fato de que sua linguagem e ideias não pertencem a nenhuma classe especial. Na verdade, sempre que a linguagem e as ideias literárias deixam de ser propriedade comum, a literatura tende para a imitação ou para a especialização, para se tornar ciência com vestes literárias como muita da poesia metafísica inglesa tem se apresentado ultimamente. Tais fatos destacam a relação do pensamento e do método comparativos com a literatura (POSNETT, 1994, p. 18-19).

Portanto, Posnett (1994) nos diz ser preciso lembrar que estas evoluções externas e internas da vida social acontecem frequentemente de forma inconsciente, ao formularem comparações e diferenças sem refletir na sua natureza ou limites. É oportuno lembrar que cabe à comparação reflexiva, ao método comparativo, resgatar este desenvolvimento de uma forma consciente, e procurar as causas que o produziram. Ele coloca que cada literatura nacional é um centro em direção ao qual forças (inter) nacionais gravitam. Este vislumbre é de um crescimento tão amplo, tão variado, tão cheio de complexa interação, pois se trata de um aspecto da literatura estudada comparativamente, mas apesar de toda sua aparente amplitude, é apenas um aspecto. A literatura nacional tanto se desenvolveu de dentro como foi influenciada de fora, e o estudo comparativo deste desenvolvimento interno é de muito maior interesse do que o do externo, porque aquele é menos uma questão de imitação do que de uma evolução diretamente dependente de causas sociais e físicas.

Ademais, Benedetto Croce (1994) corrobora sobre a literatura comparada para fecharmos aqui, essa reflexão. Em seu texto *A literatura comparada*, pontua que a literatura comparada é a forma de pesquisa que se serve do método comparativo, pois segundo ele, não há dúvida de que este método é aplicável também à história literária:

> Dele nos servimos para reconhecer o desenvolvimento do *epos* ou do drama sacro de um determinado povo, ou para interpretar o significado de um vocábulo utilizado ou de um costume aludido em um poema. Ora, o uso deste método que é bastante comum (às vezes, de modo amplo, e mais frequentemente, de forma menor), não tem nada de exclusivo e de característico, nem para a literatura, em geral, nem para quaisquer pesquisas em torno da literatura (CROCE, 1994, p. 61).

Como pode-se observar:

> Há uma outra definição que pareceria a verdadeira, porque traz em si também a tradição histórica, deixando claro que o nome de literatura comparada baseou-se no da linguística comparada. Esta outra definição é: a literatura comparada busca as ideias ou temas literários e acompanha os acontecimentos, as alterações, as agregações, os desenvolvimentos e as influências recíprocas entre as diferentes literaturas. Que a literatura comparada deve seguir o desenvolvimento das ideias e das formas e a sempre nova transformação de matérias idênticas ou similares nas diversas literaturas da antiguidade e dos tempos modernos e deve descobrir as influências de uma literatura sobre a outra nos seus recíprocos relacionamentos explica-se no próprio nome. (CROCE, 1994, p. 61)

Evocando Koch, Croce (1994) nos diz que a história comparada deve dar atenção especial ao íntimo vínculo entre história política e história literária, o qual talvez, em geral, não é posto em relevo em toda sua importância, e ao vínculo entre história da literatura e história da arte, desenvolvimento literário e desenvolvimento filosófico. Em síntese, a história literária comparada é aquela que considera todos os antecedentes da obra literária, próximos e longínquos, práticos e ideais, filosóficos e literários, deixados sob a forma de palavras ou de formas plásticas e figurativas. A história comparada da literatura é a história entendida como explicação completa da obra literária, investigada em todas as suas relações, posta no campo da história universal, vista em todas aquelas conexões e preparações que a esclarecem.

2. ENTRE 1880 E 1911: 31 ANOS DE CONJURA

José Eduardo Agualusa nasceu na cidade de Huambo, em Angola, em 13 de dezembro de 1960. Estudou agronomia e silvicultura em Lisboa. Vive entre Lisboa e Luanda. Iniciou sua carreira literária em 1988, com a publicação do romance histórico *A conjura* (2009), que a *Gryphus* Editora lança agora (2009) no Brasil. Agualusa é autor de oito romances, uma novela, sete coletâneas de contos e crônicas, três livros para crianças, três peças de teatro, um livro de reportagens e um relato de viagens. As suas obras estão publicadas em mais de 20 países. Ao seu romance *O vendedor de Passados* (2004) foi atribuído o prêmio *Independent*- ficção estrangeira.

Em relação *A conjura* (2009), é possível destacar que o romance se divide em 6 capítulos. O primeiro capítulo narra a chegada do personagem Jerónimo Caninguili, um rapaz benguelense, à velha cidade de São Paulo da Assunção de Luanda, e de como Caniguili dava os últimos retoques a sua Loja de Barbeiro e Pomadas. Narram-se os conflitos pelos finais de 1881, o pretexto era as eleições da câmara municipal, além do meio a primeira revolta dos Humbres[5] e o início da Conferência de Berlim[6].

Em seguida é a apresentação de alguns personagens secundários que contribuem com a narrativa, discorrem-se as conversas dos povos antigos daquela cidade, de ódios e paixões, casos de romances, confusões no Humbre, no Cubango. Por fim, o capítulo termina em 11 de janeiro de 1890, segundo o narrador, uma tarde vergonhosa que pôs fim a um impossível sonho “cor-de-rosa”, pois aqui os ideais que vão surgindo chamam a atenção, a indignação dos soldados colonizadores, que não reagem muito bem a isso.

Logo após, o narrador apresenta um capítulo turbulento com os belicosos versos d’a portuguesa (versos portugueses) “Contra os betrões marchar, marchar” (AGUALUSA, 2009, p. 75) e os suicídios (algo que parecia ser constantes). Depois, chega à cidade de Luanda, o senhor Dantas Barata, personagem importante na narrativa, é pertinente ressaltar que o narrador nos conta que esse nome está até hoje embalsamado em duas apologéticas páginas da Enciclopédia Luso-Brasileira. Mostra também como os soldados portugueses castigavam os rebeldes de forma muito bruta.

---

[5] Humbe é uma vila e comuna angolana no município de Ombadija na província de Cunene (GOOGLE ACADÊMICO, 2020).

[6] A Conferência de Berlim, também conhecida como conferência da África Ocidental[1] ou Conferência do Congo, realizou-se em Berlim, de 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885, marcando a colaboração europeia na partição e divisão territorial da África (GOOGLE ACADÊMICO, 2021).

No quarto capítulo ocorre alguns presságios destacado pela personagem “vovó Uála das *Ingombotas*”, além disso, semeiam-se os ventos da revolta de alguns personagens, deixando claro a marca da resistência, as sementes da esperança, narram-se algumas festas que eram tradição em Luanda, mas mostra o lado do povo nascido da cidade e o povo da nobreza que veio da coroa portuguesa.

O quinto capítulo é de muitos e desvairados acontecimentos. Porém, de grandes alegrias e esperançados projetos e planejamentos. Vale destacar que aqui surge os ideais da luta anticolonial em Angola, a partir da publicação de *Voz de Angola Clamando no Deserto*[7], tido como documento precursor da luta de libertação colonial. Acontece um desastre triste pelos militares, pois os militares que chegam para vigiar o povo angolense, some em meio as revoltas do povo luandense, e, em contrapartida ocorre uma resposta portuguesa a esse desastre militar. Discorre-se sobre a revolução republicana e, logo depois, a esse infausto dia 16 de junho de 1911:

> No dia 25 de setembro de 190, um décimo de todas as forças militares estacionadas em Angola deixou de existir. Nesse dia, e no espaço de apenas duas horas, desapareceram em combate 16 oficiais, 12 sargentos, 109 soldados europeus e 168 praças africanos. Quando os ecos de tal massacre chegaram a Luanda soube-se que o inferno ficava ao sul e que tinha um nome: Vau do Pembe! E o império empalideceu de medo, de fúria e de vergonha. (AGUALUSA, 2009, p. 153).

No capítulo posterior, o último, narra-se o desfecho, as revoltas do povo, os militares portugueses avançam e matam muitos cidadãos, além da traição interna. A narrativa acaba com os luandenses sendo dominados os que sobreviveram e muitos mortos. Esse capitulo é de um único dia: esse infausto, triste, incrível abrupto,

---

[7] Grupo de fronteira, produto dos encontros entre os Mbundu e os portugueses, os filhos do país atuaram como traficantes de escravos desde o século XVII, de quando datam os primeiros registros de sua presença na colônia. Após a proibição do tráfico, conseguiram colocações em postos intermediários e baixos da administração colonial por serem letrados, mas principalmente porque o governo português carecia de funcionários. A partir da década de 1880, pressionado pelas disputas territoriais na África com outros países europeus, Portugal passou a incentivar a ida de imigrantes portugueses para Angola, tendo como uma das consequências o gradual alijamento dos filhos do país dos cargos no governo. Nesta mesma época, surgiram os primeiros órgãos de imprensa dirigidos por filhos do país em Luanda, cujas páginas traziam protestos contra a sua situação, críticas ao governo e embates com os colonos portugueses. Em meio a este cenário de confronto, é publicada Voz d´Angola clamando no deserto, tida como expressão máxima dessa geração de filhos do país. Amparado em diversas fontes documentais e através da interpretação dos artigos que compõe a obra, este trabalho procura demonstrar como é feita uma dura crítica às situações de opressão a que os africanos eram submetidos devido à presença colonial portuguesa, trazendo avanços quando comparada a outras publicações dos filhos do país, mas também limitações de sua época. (MORENO, 2014).

interminável 16 de junho de 1911, fecha-se os 31 anos de conjura do povo de Luanda. Os portugueses combatiam no Leste, em Luanda e nos Ganguelas.

Diante do que foi exposto sobre os capítulos do romance *A conjura* (2009), vale pontuar que esse romance nos traz grandes reflexões sobre um povo com um lugar e vozes de resistência, vozes que serão narradas pela perspectiva do narrador, nosso foco central de análise. Para mais, o próximo subtópico versará sobre o comportamento desse narrador.

2.1 A TRAJETÓRIA DO NARRADOR NO ROMANCE *A CONJURA* (2009)

O romance angolano *A conjura* (2009) é narrado em terceira pessoa, e nos apresenta a velha cidade de São Paulo da Assunção de Luanda no período entre 1880 e 1911 (31 anos de conjura), tempo histórico em que alguns intelectuais da literatura e do jornalismo se revoltaram com a situação em que São Paulo da Assunção de Luanda se encontrava, esquecida, só lembrada para retirar as riquezas da região e levar para o império português. No romance em questão há, contudo, uma forte conexão com uma fase literária africana e europeia, de caráter inspiratório, cujo objetivo era fazer da Literatura e da História um meio de senso crítico para que os cidadãos pudessem formar suas identidades nacionais.

Conforme Hohlfeldt e Carvalho (2012), o continente africano é considerado o berço da humanidade, pois foi o berço dos primeiros ancestrais. O atual território de Angola foi habitado, segundo historiadores, desde o período do Paleolítico Superior. Tratava-se de povos coletores, os chamados Bosquímanos, pigmeus, que deixaram seus traços por meio de pinturas rupestres. Seus descendentes, contudo, tiveram seus territórios invadidos sendo empurrados para o sul, pelos *bantus*, provindos do Norte, no século VI d.C. Esses eram caçadores e já dominavam algumas técnicas de metalurgia, cerâmica e agricultura. Ao longo da história angolana, houve sucessivos movimentos de migração semelhante, inclusive durante o século XX, sem que esses novos movimentos modificassem, essencialmente, aquilo que se configurara nos séculos anteriores, pelo menos até o século XIII.

A chegada dos europeus colonizadores ocorreu por meio da expedição de Diogo Cão, em 1482, a mando do rei Dom João II, de quem ele era escudeiro. Diogo

Cão desembarcou na foz do rio Congo, atual Zaire. Por volta de 1400, organizara-se o Reino do Congo, ao mesmo tempo, em que ao sul, estruturava-se o Reino do Ndongo. O rei do Congo era chamado de Mani, enquanto o rei de Ndongo denominava-se Ngola. Embora os portugueses tenham se estabelecido originalmente na região do Congo, de etnia kumbundi, foi do reino de Ngola que a região herdou sua denominação geográfica de Angola, de acordo com Hohlfeldt e Carvalho (2012).

No que diz respeito ao período colonial em Angola, podemos afirmar que o país se encontrava no meio de duas supremacias, a coroa portuguesa e a coroa inglesa. Além dos conflitos internos, dado que uma parte dos angolanos defendiam a colonização dos portugueses, outra parte defendia os interesses dos ingleses e havia aqueles que defendiam a tão sonhada independência e a construção de uma identidade própria. Vejamos:

> Nos finais da década de 1880, a maioria da população africana, integrada em entidades políticas de dimensões muito variáveis, manifestou outro tipo de resposta ao domínio português em Angola. As relações que mantinham com os núcleos coloniais estavam compreendidas entre dois extremos: a independência ou a sujeição total, sendo, contudo, as situações intermédias não só frequentes, como suscetíveis de acentuada instabilidade (FREUDENTHAL, 2001, p.152).

As pressões exercidas pelas autoridades de Luanda refletiam no interior das formações sociais periféricas, atuando no sentido inverso da distância que as separava do núcleo colonial. Deve, assim, considerar-se que em função dos interesses prioritários da política colonial, houve regiões que foram profundamente perturbadas pela intervenção europeia, nomeadamente pela procura de mão-de-obra, de mercados e de matérias-primas, assim nos diz Freudenthal (2001).

Conforme Ricouer (2003), a história engloba um horizonte de acontecimentos passados mais amplo do que a memória, cujo alcance é inferior e pode parecer devorado pelo vasto campo do tempo histórico. Além disso, a história pode introduzir comparações que tendem a relativizar a unicidade e o caráter incomparável de memórias dolorosas. O autor sugere que se acrescente a isso a pluralidade de perspectivas que a história abre sobre os eventos: econômica, social, política, cultural. Portanto, o estudioso afirma que esse esforço de compreensão pode dar a impressão de que se é impedido de julgar, de condenar, contrariamente ao juiz ou ao cidadão comum, não é inclusive permitido ao historiador concluir, a sua preocupação reside em compreender, explicar, discutir e debater. Ele afirma que estas razões fazem com

que possa existir um mal-entendido persistente entre o conhecimento histórico e a memória.

O narrador de *A conjura* (2009) começa a narrativa pontuando sobre o personagem principal, Caninguili, um barbeiro, que acabara de chegar à cidade de São Paulo da Assunção de Luanda. O personagem se instala na cidade e chama a atenção por abrir uma loja chamada “Fraternidade”, o nome do recinto desagradou muitos cidadãos, mas todos ficaram curiosos:

> Muitos houve que estranharam aquele nome de Fraternidade posto por Caninguili à sua loja de barbeiro. Alguns reprovaram-no abertamente, e entre estes não só os realistas, mas mesmo certos republicanos a quem assustava o atrevimento desse moço, negro e pequenino, ainda agora chegado à capital e já afrontando as regras, atraindo os desamores da autoridade (AGUALUSA, 2009, p. 11-12).

O narrador discorre que muitas pessoas da cidade acharam graça de Caninguili, mas que aprovaram a ousadia do personagem, e, logo atraiu muitos clientes e muitos deles viraram amigos. O narrador descreve o personagem Caninguili como um homem simples, alegre e cativador. O mais interessante é que quatro meses após a chegada de Caninguili, sua loja era bem frequentada pelas pessoas daquela sociedade e se tornou um clube de ideias. Aqui nos atentemos ao vocábulo “Fraternidade”, presente em toda a narrativa. Segundo o dicionário Michaellis (2001), fraternidade significa irmandade, isto é, solidariedade entre irmãos.

Somado a isso, o narrador pontua algo que nos chama a atenção, sobre o cenário político e ideológico o qual passava o romance, análise que aparece frequentemente ao longo da narrativa. Diante disso, o narrador observa que dos primeiros clientes de Caninguili, uns, frequentaram o ambiente atraídos pelo nome da loja e outros pelos bons modos do moço. É oportuno e interessante destacar que entre eles, havia discordâncias em relação à política de colonização. Uns eram inclinados para as cores republicanas, quatro ou cinco defendiam vagamente a coroa portuguesa e pelo menos dois assumiam-se como monárquicos furiosos. “No grupo republicano distinguiam-se as figuras indefectíveis de Carmo Ferreira e do jovem dândi Adolfo Vieira Dias; por vez, aparecia também o Dr. Alfredo Trony ou o próspero Marimont; ainda mais escassamente Arantes Braga” (AGUALUSA, 2009, p. 20).

Diante do exposto supracitado, o narrador nos diz que a loja de Caninguili em poucos meses transformou-se num pequeno clube de ideias que, principalmente pelo

entardecer, à hora em que todos deixavam seus trabalhos, encerravam as repartições públicas e os escritórios comerciais, assim se animavam com calorosos debates, vivíssimas discussões. Os temas iam desde as costumeiras questões políticas e comerciais até às artes e literaturas.

Cabe destacar que é na loja de barbearia “fraternidade” que iniciam as discussões políticas e a mudança pela busca do início da independência e resistência, sendo cada ideologia pontuada por um personagem diferente, os quais citaremos logo a seguir.

> Foi Vieira Dias quem numa tarde poeirenta de agosto trouxe a notícia da candidatura de Inocêncio Mattoso da Câmara à presidência do Município de Luanda. Em si mesma não era tal notícia inusitada. Primeiro porque Mattoso da Câmara nunca fizera segredo das suas ambições; depois a ocasião apresentava-se propícia, com os realistas enfraquecidos por divisões internas, e muita gente levando até Ambaca abraços generosos, generosas promessas de apoio (AGUALUSA, 2009, p. 20).

Segundo o narrador, a candidatura de Mattoso da Câmara (personagem secundário) trouxe um “fogo” novo às tardes de Luanda e foi proveitosa para o feliz personagem principal Caninguili que, graças a isso, teve durante os meses seguintes a loja sempre cheia, fregueses novos entrando com o pretexto dos calos ou da barba, os habituais sem pretexto nenhum, apenas para ouvirem as opiniões e indagações sobre a política de colonização, dado que os personagens estavam divididos ideologicamente.

Se faz necessário destacar que a instalação de residentes portugueses (civis ou militares) encarregados de fazer imposições às autoridades africanas, quer via negociação, quer via militar, o traçado de fronteiras ao abrigo de tratados assinados entre as potências europeias, a cobrança de impostos em nome da Coroa Portuguesa, praticada por processos venais, a imposição de prestações de trabalho em jornadas, cerca de longas e duras, e a ingerência nos processos eletivos das autoridades tradicionais, foram entre outros, fatores decisivos que precipitaram algumas revoltas ocorridas de norte a sul da colônia nesse final de século. Afinal, a instabilidade que se vivia era produto da contestação evidente da legitimidade da presença portuguesa em Angola, por uma parte significativa dos africanos, nos mostra Freudenthal (2001). Diante desse contexto, podemos observar os caminhos que se sucederam para a resistência do povo luandense.

Para Federico Lorenz (2012), em seu artigo *Resistências,* traz reflexões e questionamentos pertinentes no que diz respeito à literatura e resistência. Segundo o estudioso, o vocábulo “resistir”, desde a etimologia, remete às virtudes militares (sendo perseverantes). Uma de suas acepções é “manter-se firme”.

O termo Resistência e suas aproximações com os termos "cultura", "arte", "narrativa" foram pensados e formulados no período que compreendido, aproximadamente, entre 1930 e 1950, quando numerosos intelectuais se engajaram no combate ao fascismo, ao nazismo e às suas formas aparentadas, o franquismo e o salazarismo, assim assevera Lorenz (2012).

Nessa perspectiva, Lorenz (2012) afirma que a noção de resistência dos seus caminhos, histórias e identidades, deve ser repensada, não por uma linearidade automatizada, mas por meio de uma teleologia (tão cara às forças que terminaram derrotadas por adaptar aos seus projetos à realidade) pelo menos o abandono da circularidade, esse labirinto sem saída, às vezes tão embriagador a partir de uma perspectiva estética, imposto de algum modo pelo atual clima de ideias.

Por outro lado, pensando na intersecção de poesia e resistência, Bosi (2011) assevera que buscou explorar a fenomenologia das relações entre os dois campos de significado. Ganharam relevo as seguintes modalidades: a resistência da sátira e da paródia, sem dúvida as suas formas mais ostensivas; a resistência profunda, às vezes difíceis de sondar, da poesia mítica; a resistência interiorizada da lírica, que entrança os fios da memória com os da imaginação, enfim, a resistência que se faz projeto ou utopia no poema voltado para a dimensão do futuro.

Essa gama de possibilidades poderá também ser testada nas relações que aproximam narrativa e resistência, mesmo quando a intersecção se dê fora de um contexto de militância política. Portanto, para Bosi (2011), cabe à memória descer mais fundo e perseguir, para além das teorias estéticas laboriosamente edificadas, as motivações primeiras que levaram (e ainda o levam) a tomar sempre um grande texto narrativo como uma formação simbólica grávida de sentimentos e valores de resistência.

Ainda, de acordo com o narrador, o primeiro número da reunião (os homens se reuniam na barbearia para discutir as políticas do governo) fez um grande sucesso. Os rapazes vinham cheio de grandes ideias, falando muito em liberdade, na voz do povo, no luminoso futuro das gentes da colônia. Os cidadãos de Luanda criticando

muito o governo da câmara: insurgindo-se contra a ineficácia da câmara, o criminoso abandono a que a metrópole Angola vinha sofrendo e eles não estavam felizes.

Além disso, à medida que se começou a aproximar novembro, e depois o final de novembro, as conversas foram se tornando cada vez mais quentes e os ânimos mais exaltados, obrigando, por vezes, o barbeiro a intervir, sempre respeitoso e conciliador, nunca tomando partido nos casos, conforme o narrador.

É interessante abordar um fato literário e histórico, que um dos personagens sem muita visibilidade na narrativa, nos diz sobre a abolição da escravatura que fora recente ali:

> Mattoso chega à câmara, pede o apoio do governador geral e Kuáta, os pretos para lhe trabalharem a fazenda. Toda a gente sabe que com a abolição da escravatura esse ambaquista quase faliu, não houve monangamba que lhe aguentasse os maus tratos, fugiram todos! (AGUALUSA, 2009, p. 22).

Ademais, voltando para as discussões políticas na loja de Caninguili: “Ezequiel abespinhou-se: – Lá me vêm os senhores com essa conversa. Somos todos portugueses, ouviu? Portugueses de Angola ou portugueses do reino é tudo a mesma coisa. E, de resto, o senhor também veio de fora...” (AGUALUSA, 2009, p. 23). Nesse trecho, podemos observar a questão da colonização, como o regime português colonizou o território luandense de maneira imperialista dominando suas riquezas minerais, vegetais, econômicas e, sobretudo, políticas, isso nos mostra como alguns personagens passam a corroborar com as ideias ideológicas. Por outro lado, podemos observar a questão da descolonização, o processo pelo qual alguns personagens queriam a independência do regime português. Podemos notar uma discussão sobre os processos de construção da identidade, como é possível observar que inicialmente alguns personagens vão mudando no decorrer da narrativa. Porque apesar de não serem coniventes com o governo da coroa portuguesa, muitos luandenses baseavam suas vestimentas, comidas, costumes e até a fala, passam a inserir em suas rotinas, estilos iguais aos dos portugueses.

De acordo com o narrador, em uma tarde, a loja “Fraternidade” estava lotada por causa das eleições em que se encontrava a disputa pela câmara de São Paulo da Assunção de Luanda, vários partidos opostos se encontravam na disputa, cada pessoa com um pensamento diferente. O narrador destaca que havia quem duvidasse de que as eleições pudessem prosseguir. Outro dizia que se preparava a prisão do

Mattoso da Câmara, um terceiro afirmava que havia um navio da armada (sob as ordenas da coroa portuguesa) pronto para intervir, caso se verificasse a vitória da oposição.

Conforme o narrador, a disputa pela câmara estava deixando os partidos inquietos, e causando brigas entre os candidatos, pois ninguém queria perder. É pertinente pontuar que o autoritarismo e o militarismo reinavam no ambiente da sociedade angolana, como meio de repressão e dominação do povo, e se perdura até o desfecho da narrativa. Diante disso, iniciou a pacificação do povo, a ideia de pacificação vem de pacificar povos ou grupos considerados selvagens, perigosos ou conflituosos.

Em consonância com Jacinto (2016), o termo “guerra de pacificação” foi utilizado pelo governo colonial para designar a guerra feita pelos portugueses na ocupação dos territórios africanos e a contraofensiva dos povos africanos na defesa da sua integridade, ou seja, a resistência africana. Observemos:

> Essa “guerra de pacificação” ocorreu no período entre a segunda metade do século XIX e o primeiro quartel do século XX, devido à necessidade e obrigatoriedade da ocupação efetiva dos territórios africanos, fase a concorrência imperialista das outras potências europeias, que desvalorizavam a versão defendida por Portugal sobre os direitos históricos que tinha dessas regiões. Assim, Portugal lança-se numa campanha de conquista, e de ocupação administrativa, baseada na aplicação de uma acirrada ideologia e política colonialista. No entanto, esse processo não foi pacífico, pois os povos africanos, conforme as suas circunstâncias e situações, organizaram uma série de resistências (JACINTO, 2016, p. 15).

Somado a isso, o narrador assevera sobre Angola ser uma terra “meio que obscura”, pois havia muita fome, muita desgraça, crianças sem os pais, sem lares, sem perspectiva de via, vejamos:

> Não tivera, portanto, uma infância pacífica. Passara muita fome, passara muita merda. Mas sobrevivera a tudo: enrijara, porra! Ganhara marcas, ganhara calos! Aprendera que Angola era terra de muitas e variadas mortes; chão ruim para tímidos e para fracos. E por isso lhe preocupava esse seu filho, assim fechado dentro de si próprio, assustado e arredio, já os outros miúdos lhe chamavam Magombala, a hiena, já a criança se parecia cada vez mais com o dito bicho, bem diziam os antigos jagas que os nomes dão o ser (SOUZA, 2009, p. 35-36).

Vale evidenciar que um meio de informação que veiculava por Angola era o *Diário da Manhã*, que todas as semanas recebiam de Lisboa, trazendo na segunda página um folhetim intitulado “Nga Muturi” *Cenas de Luanda*”. O narrador destaca

Alfredo Trony, um personagem escritor e advogado que descrevia os relatos do povo colhido na loja do barbeiro e conseguiu postar no jornal *Diário da Manhã*. É certo que ninguém desconhecia as inclinações literárias do advogado, mais do que isso, todos sabiam das suas intenções de escrever uma novela tendo como “pano de fundo” os costumes da terra, dessa terra que Trony adotara como sua.

O narrador observa que a escravidão por ali não acabara, “Antunes se chamava o homem. Dono de terras e mais terras, senhor de escravos e mais escravos. À sua conta um exército de 500 pretos, por causa dos *songos*, praguejava, esses selvagens são capazes de tudo!” (AGUALUSA, 2009, p. 38). Podemos observar nesse trecho que mesmo com a abolição da escravatura em 1840, nota-se que 40 anos depois, pois em 1880 quando é o período quando é narrado o romance *A conjura* (2009), a escravidão e consequentemente o tráfico de escravos não acabara.

De acordo com Jacinto (2016), em 1902, os angolanos entraram em confronto com os portugueses. As principais causas dessa revolta foram a cobrança de impostos, a falta de respeito dos comerciantes e autoridades portuguesas, o sistema de trabalho forçado e o envio de serviçais para São Tomé e Príncipe. Mutu ya Kuevela não só expulsou como também matou muitos comerciantes brancos e mestiços. Os carregadores e serviçais dos portugueses que ele não conseguiu matar, transformou-os em escravos. Os confrontos com as tropas portuguesas duraram aproximadamente um ano. Apesar de se registrarem alguns focos de resistências em certos reinos do Planalto Central, durante a primeira metade do século XX, porém, a partir de 1905, a administração colonial foi paulatinamente estabelecida. Atentamos:

> Quanto ao Sul de Angola foi a região onde as resistências tiveram outra amplitude, porque os portugueses tiveram de enfrentar ao mesmo tempo a forte concorrência alemã e sublevação dos vários grupos étnicos. As resistências foram constantes em um período longo de tempo, entre 1850 e 1920, e estenderam-se em toda aquela região, algumas culminaram em confrontos militares (JACINTO, 2016, p.17).

Enquanto o imperialismo praticado pelas potências europeias em África ia se intensificando, a resistência ao domínio do colonizador também cresceu significativamente. Esta resistência se deu das mais diversas formas, assumindo várias facetas ao longo da trajetória marcada por tensões e conflitos entre os europeus e os africanos. Estas iniciativas de resistência evidenciam o caráter de recusa à submissão imposta pelos colonizadores europeus, contribuindo para a desconstrução

do imaginário de passividade e subserviência dos povos africanos frente aos desmandos cometidos pelo opressor europeu, nos diz Siqueira (2012).

Segundo o narrador, a posição do militarismo na sociedade angolana trazia insatisfação e medo para grande parte dos cidadãos, sobretudo para quem tinha grandes posses, pois sempre os militares armavam uma cilada para prender alguém que falasse mal da coroa portuguesa. Além disso, todo dia chegava pessoas vindo de outros lugares, sejam fugidas, ou buscando uma nova perspectiva de vida em São Paulo da Assunção de Luanda:

> Por essa mesma altura chegava a Luanda mais um vapor a abarrotar de condenados: eram umas centenas de homens e mulheres tristes e amarelos, iguais uns aos outros como as pedras sujas de uma mesma calçada. Entre os primeiros a desembarcar estava um sujeito baixo e seco, uma barba pardacenta a trepar-lhe pelo rosto estreito, olhos desconfiados e duros, os lábios fechados numa linha só, o rosto crispado como um punho. Vestia como os outros uma ganga de indefinível cor, como os outros, transportava ao ombro uma trouxa com os poucos haveres. Parou um instante ao pisar terra e ergueu o nariz afilado para cheirar o vento. O ar, quente e úmido, trazia-lhe odores que ele não conhecia. À sua volta levantava-se uma confusão de gritos e de vozes. O homem sorriu. José Manuel da Silva, condenado a 22 anos de degredo por triplo assassínio, sabia que começava ali uma vida nova! (AGUALUSA, 2009, p. 39).

O narrador dá voz ao personagem Arantes Braga para mostrar a indignação do povo e a busca por independência e liberdade da coroa portuguesa. O narrador destaca que entre aplausos e apupos Arantes Braga defendeu as teses de sempre, indignou-se contra o sistemático massacre dos povos do interior: “agora mesmo eram os do *Humbe*, e amanhã seriam outros e outros e assim enquanto fosse Angola feudo de antigos condenados, gente sem escrúpulos, lobos vestidos de homens” (AGUALUSA, 2009, p. 41).

Já para o personagem Vieira Dias, havia uma impossibilidade de acontecer uma revolta do povo angolano, pois os portugueses é que tinham as armas, e todo armamento possível, por outro lado, os angolanos estavam divididos e sem armas.

O narrador observa que as *Ingombotas* eram um dos locais mais temidos pelas senhoras da cidade alta. Constituíam-no centenas de cubatas, simples casas de adobe e um ou outro sobradinho de madeira, num traçado confuso e ruidoso. No Cacimbo “a umidade do alvorecer devorava-lhes as entranhas e libertava dele um espesso odor a coisa apodrecida”. Em setembro, e as primeiras chuvas, “cobria-se de uma lama vermelha e grossa, que logo depois o sol cristalizava em placas de

caprichadas formas”. Conforme o narrador, habitava o bairro toda a casta de gente miserável: serviçais, escravos fugidos aos seus amos, pequenos comerciantes, condenados que nunca fizeram fortuna, mulheres desgraçadas, aventureiros caídos em desgraça.

Para o narrador, estas opiniões de ideologias diferentes ou sem ideologias e chacotas políticas, que a forma impressa (folhetins) tornava respeitáveis, propagaram-se e cresceram de tal modo que em breve Camuquembi (personagem que observava a sociedade de Luanda e escrevia e publicava) se via transformado em herói popular, republicano dos quatro costados (ele, a quem sempre havia fascinado a monarquia: pela pompa, pelos rituais, pelo sabor a coisa antiga e poderosa), autonomista e amigo de escravos.

Ademais, o narrador pontua que quando Urbano de Castro pediu ao administrador do conselho a sua prisão, contaram mais para o juízo do digno magistrado as acusações de propagandismo antinacional do que propriamente as de proxeneta e desordeiro, aqui o narrador discorre sobre a censura imposta a quem fosse contra as decisões e ideologias da coroa portuguesa:

> Os quatro anos de prisão maior a que foi condenado (para além de uma pesada multa e de um número excessivo de varadas) fizeram de Camuquembi não já apenas o herói destemido, mas, na alta expressão de Fontes Pereira, “o mártir da causa angolense, o Cristo redentor da esperança da colônia, o Viriato que violência alguma conseguirá jamais fazer jurar submissão (AGUALUSA, 2009, p.54).

Cabe destacar que, naquele ano de 1888, as palavras *comboio* e progresso eram o santo e a senha de todas as conversas. Ainda mal a definir, passou além da *Muxima* e já se fazia depender dela o futuro da colônia, era ela o comprido braço da civilização que finalmente chegava também a Angola. O narrador pontua que quando a linha de ferro alcançasse *Malange* é que este país Angola iria dar o grande salto. Ademais, os comerciantes esfregavam as mãos de prazer e de ganância. Já viam em sonhos os vagões cheios da preciosa borracha, e também de algodão e de café, culturas que começavam então a dar os primeiros passos.

A linha férrea facilitaria, ainda, o transporte de soldados, portanto, a pacificação do interior. Ou seja, daria um impulso decisivo ao avanço da colonização. Nem todos, porém, viam com regozijo o progresso dos trabalhos, assim observa o narrador:

> Pedro Saturnino de Souza, por exemplo, sofria com esse progresso. Fizera fortuna transportando mercadorias entre Luanda e Muxima – Massangano – Dondo – Cambambe – Pungo Andongo, sempre Quanza acima, Quanza abaixo, por canoa ou por palhabote, fora uma vida naquilo. E agora que se firmava no negócio (só palhabotes tinha oito) vinha aquela máquina ululante e espumante – aquele engenho do diabo! – concorrer com ele, roubar-lhe o pão de cada dia (AGUALUSA, 2009, p. 62).

É interessante que o autor destaca o personagem Severino que reclamava contra o abandono da colônia (o *comboio* não lhe bastava) e a exigir a abertura de escolas para os filhos do país. E, gravemente, propunha a formação de um movimento para a independência de Angola, o que para o narrador era um tema controverso, e para isso, dá voz para outro personagem questionar:

> Como quereis vós a independência se vós que usais fraque, que fumais charuto, que calçais luvas, tendes vergonha de estenderdes a mão ao vosso patrício que tem o casaco roto nos cotovelos, os sapatos gastos com o tempo, não vos importando mesmo que esse que hoje assim veste já outrora se tenha apresentado na sociedade com os mesmos trajes com que hoje vos apresentais? Como quereis vós a independência se na maior parte não somos bons? (AGUALUSA, 2009, p. 62-63).

Segundo o narrador, para alguns que estavam ali presentes, o personagem Carlos da Silva, que expôs o pensamento acima, estava errado, porém, Caninguili concordava em partes com o Carlos da Silva:

> Como entendeis vós a independência? Como eu talvez, isto é, a desunião de Portugal, da nossa mãe pátria. Para quê, para nos acolhermos em seguida a qualquer bandeira estrangeira? Não ficaremos, pois, independentes. A cerimônia que se fizer não será mais do que a mudança de papéis porque continuaremos a estar dependentes, se não de Portugal, da nação a cuja bandeira nós formos acolher. E não será melhor que continuemos a ser portugueses, e com bastante orgulho porque os nossos avós o foram, os nossos pais o são? (AGUALUSA, 2009, p.63-64).

Observamos que o narrador dá voz ao personagem Severino para ele falar sobre o abandono e descaso da coroa portuguesa por Angola. E o questionamento era:

> Orgulho de Portugal? Como teriam eles, orgulho de Portugal? Uma colonização que não havia trazido nada de bom, na perspectiva deles, que nada fez para o desenvolvimento de Angola! Que apenas os asseguraram a miséria, o embrutecimento, a fome, a morte enfim? É o orgulho do boi pela canga que o traz cativo! (AGUALUSA, 2009, p. 64).

Ressaltamos que pelas palavras do personagem Severino, eles queriam a independência de Portugal, estavam cansados de serem escravizados e esquecidos, que para Severino, ainda que viesse a república, Portugal não teria capacidade para desenvolver Angola. Melhor seria que os vendessem à França, à Alemanha ou à Inglaterra, como de resto o pretendem alguns senhores deputados.

Destacamos ainda, que na perspectiva do personagem Severino, a busca pela independência traria grandes consequências, consequências tristes, pois o massacre seria grande, e Angola não tinha força para conter a oposição:

> Massacres, eu diria tragédias necessárias. E esse é outro dos motivos por que se torna vã a ideia de independência. Com que força nos oporíamos nós aos pretos do mato? Em pouco tempo eles desceriam sobre as nossas cidades. Bárbaros ferozes destruiriam um a um os triunfos da civilização que tão duramente temos vindo também a erguer aqui. Para contrariar a sua força – para os civilizar! – é necessário o apoio de alguém mais poderoso do que nós (AGUALUSA, 2009, p. 65-66).

O narrador dá voz ao personagem Caninguili, no que lhe concerne, destaca um discurso importante: os povos do interior seriam, raras exceções, gente de paz. Suas lutas são no fundo, também a luta de todos: “Combatem para se libertarem da injustiça, da opressão, dos estrangeiros que lhes invadem as terras, lhes roubam os bens, lhes desrespeitam os costumes e lhes escravizam os irmãos. O falecido Arantes Braga muitas vezes me repetiu isso mesmo ” (AGUALUSA, 2009, p. 66).

Os largos salões do palácio do governo estavam ricamente iluminados, iluminados também os belos jardins, um excesso de luz a derramar-se lentamente até às *Ingombotas*, até ao mercantil coração da cidade baixa, pontua o narrador, chamando a atenção para a descrição do ambiente do alto escalão, sempre com luxo e com amplo espaço, enquanto o povo sofre.

Além disso, o armamento era algo que chamava a atenção, pois estava crescendo pouco a pouco, isso deixaria o povo de Luanda preocupado, sobretudo os que queriam a independência:

> É preciso controlar este comércio! O que só será, contudo, possível com a estreita colaboração de homens como o senhor. De que maneira? Você é rico e tem bons amigos, pode publicitar nos jornais opiniões contra essa gentalha que vagueia impune pela colônia; e contra as missões estrangeiras, esses padres imbecis que pretendem catequizar os negros com o único objetivo de os levantar contra nós; também eles vendem armas! (AGUALUSA, 2009, p. 85).

Somado a isso, o narrador nos diz sobre a aldeia de escravos fugidos: a Sanga, uma espécie de quilombo e segundo ele, esse simples nome magoava o orgulho do império porque se tratava de um lugar de fugitivos, negros e revoltados, pois, era como agudo espinho cravado no seu dorso. Durante anos e anos para ali convergir antigos escravos, fugitivos, desertores, mercenários e aventureiros, toda a casta de homens sem lei, sem pátria e sem-abrigo. Unia-os um mesmo ódio amargurado aos comerciantes e plantadores de Benguela Velha e Novo Redondo, ao chicote e à palmatória, ao cheiro do incenso e à bandeira lusitana, vale destacar que Sanga era conhecida como pequena República.

É pertinente observar sobre Sanga, que fazia parte de Angola, era um perigo à coroa portuguesa, pois o governo queria evitar possíveis pontos de resistências. O narrador discorre que em 4 de abril de 1893 embarcava com destino a Novo Redondo na expedição que sob o comando de Padrel tinha por missão reduzir a cinzas os verdejantes ilhéus da Sanga.

Segundo o narrador, esta primeira expedição à Sanga foi para o moço Magombala um infeliz batismo de fogo. De fato, a despeito das consideráveis forças militares de que dispunha e do apoio tribal recebido, o invencível Padrel foi derrotado à primeira investida. Saldo do ataque: um morto, três desaparecidos e diversos materiais bélicos perdidos para as mãos dos rebeldes. O narrador pontua que, três meses depois, a 14 de agosto, Padrel retornava a Novo Redondo. E mais uma vez por mar, que as terras da Quissama eram perigosas e nada se sabia das colinas do Amboim, observemos:

> Desta feita conseguiram reunir seis oficiais, 250 caçadores, 16 artilheiros e 196 soldados de segunda linha, mais dois canhões e uma metralhadora. Vieram juntar-se-lhes 300 homens do soba D. José Ganda e ainda 200 de outros régulos de menor importância. Sem contar com os carregadores seriam, pois, perto de um milhar de homens (AGUALUSA, 2009, p. 95-96).

Para muitos que queriam a independência, e eram a resistência, observavam que Sanga era uma inspiração, podendo ser considerada levemente por alguns, como a primeira batalha de uma guerra pela independência política da colônia:

> Inútil dizê-lo, esta inesperada revelação provocou enorme alvoroço entre o pequeno grupo dos radicais autonomistas, os quais reencontravam assim os seus heróis diretamente envolvidos numa aventura que, à boca pequena, muitos se atreviam a considerar a primeira batalha de uma guerra ela independência política da colônia (AGUALUSA, 2009, p. 96)

Essa guerra pela independência revela um movimento de resistência do povo angolano. Resistência, aqui entendida, como um movimento interno, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico. Momento negativo de um processo dialético onde o sujeito, em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância e, deste ângulo, vê a si mesmo e reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia das instituições. Vejamos:

> A escrita resistente do pós-naturalismo emprestou voz aos múltiplos fantasmas do sujeito que estavam recobertos pela forma de gesso da máscara social. A escrita resistente não resgata apenas o que foi dito uma só vez no passado distante e que, não raro, foi ouvido por uma única testemunha, como se dá, por exemplo, no primeiro capítulo das *Memórias do cárcere*. Também o que é calado no curso da conversação banal, por medo, angústia ou pudor, soará no monólogo narrativo, no diálogo dramático. E aqui são os valores mais autênticos e mais sofridos que abrem caminho e conseguem aflorar à superfície do texto ficcional (BOSI, 2011, p. 27).

Em síntese, Bosi (2011) mostra que é nesse sentido que se pode dizer que a narrativa descobre a vida verdadeira, e que esta abraça e transcende a realidade. A literatura, por ser ficção, resiste à mentira. É nesse horizonte que o espaço da literatura, considerado, em geral, como o lugar da fantasia, pode ser o lugar da verdade mais exigente.

O narrador discorre que para o personagem Caninguili, Sanga não era mais que um velhacou, um esconderijo de bandidos: “respondia Pedro da Paixão Franco recusando-se a adjetivar desse modo escravos fugidos à violência do chicote, *amboins* escapados à fúria de sobas despóticos, idealistas evadidos das prisões de Luanda” (AGUALUSA, 2009, p,96). Contudo, Pedro da Paixão aponta que Sanga se transformou na pátria de todos os perseguidos, de todos os ofendidos, de todos os humilhados. Viviam nela gentes de diferentes tribos, serviçais e homens da cidade. E o que tinham em comum entre eles era o mesmo combate contra o *muene puto* (coroa portuguesa/império português), a mesma funda ânsia de liberdade.

2.2 OS VENTOS DA REVOLTA, AS SEMENTES DA ESPERANÇA

Adentrando a quarta parte da obra, o narrador nos diz que o *comboio*, um conjunto de veículos que seguem juntos para um mesmo destino, mostrava as tropas

portuguesas avançando nos territórios de Angola, já haviam passado por N'Dalatando, e Ambaca, e com eles os *quimbos*[8], novos a nascerem atrás de si, fazendas brotarem de onde antes só havia mato ou escuros muxitos: era o progresso a penetrar o interior de Angola. Além disso, ele pontua que para Pedro Saturnino de Souza esse progresso tinha o sabor amargo da derrota, nele se cumpriam os desgraçados presságios de vavó Uála. Ezequiel desfizera a sociedade que mantinha com ele e dedicava-se agora, em exclusivo, ao comércio de águas, abastecendo Luanda a partir do Bengo. Desafortunadamente também o mesmo progresso iria arruinar este negócio. E Ezequiel:

> Entretanto era Pedro Saturnino que via fugirem-lhe os clientes: ficava mais em conta transportar a borracha, o café ou o algodão através da serpente de ferro; e era mais rápido e mais seguro. O comerciante achara se na necessidade de vender três dos seus palhabotes ao cada vez mais gordo, próspero e distante Marimont. Pensou então em mudar de vida, em investir o capital que lhe restava na compra de terras ou na construção de uma pequena indústria; talvez numa loja de permuta com os indígenas. Sentia-se porém falho de forças, o peso dos anos a dobrar-lhe as costas. Acresce que as novas leis, ao mesmo tempo que beneficiavam os colonos portugueses, dificultavam a ascensão dos naturais do país (AGUALUSA, 2009, p. 103).

A cidade crescera muito, sobretudo para o interior, e era cada vez mais frequente encontrarem-se pelas ruas caras desconhecidas. Conforme o narrador, todos os meses chegavam do reino novos colonos, na sua maioria gente simples, com sonhos de fortuna a fermentar na alma. E continuavam também a chegar, ao ritmo de sempre, ladrões, prostitutas e assassinos.

O Narrador dá voz a Pedro Saturnino, que traz em seu discurso, a esperança de ver uma Angola próspera; para ele, se anulassem as taxas sobre os produtos de importação, se aplicassem o dinheiro gasto nas guerras contra o gentio para o fomento do comércio ou a construção de escolas, se fosse possível acabar com a praga dos degredados, se, enfim, os filhos do país viessem algum dia a tomar nas suas mãos os destinos de Angola talvez as coisas, mudando em favor dos angolenses, mudassem também em seu favor, prosperidade e esperança na busca pela independência da coroa portuguesa que só extraia o que tinha de valor na capital Luanda e levava para o império em Portugal.

---

[8] Mesmo que mambar, que significa: preto meio civilizado, que volta das colônias portuguesas, para o sertão (DICIONÁRIO ON-LINE PORTUGUÊS, 2021).

O narrador pontua que apesar do clima tenso em que vivia os personagens em Luanda, eles eram muito felizes com o que tinham, diante disso, o narrador aborda um pouco sobre a cultura do povo angolense. Segundo o narrador, durante anos de fim do século, em Luanda, havia duas festas verdadeiramente importantes: o Carnaval e o Quinze de Agosto. O Carnaval enchia as ruas de música e de gente, os dançarinos desciam dos musseques, das *Ingombotas*[9], vinham de *comboio* desde *Cassoalala*[10], em longas caravanas desde *Catete*[11], de vapor desde a *Barra do Quanza*[12], andavam vestidos de muitas cores e derramavam-se pelas ruas num batuque frenético, a agitar bandeiras e a soltar flores. Andavam pelas ruas, os quadris soltos a marcar o ritmo, as mãos no ar, assoprando apitos, agitando pandeiros, vibrando puitas. Segundo ele, o carnaval era sobretudo a grande festa dos pobres, e os ricos limitavam-se a assistir do alto das suas varandas.

Para mais, o narrador observa algo importante e podemos destacar, isto é, o diálogo de união e esquematização de grupos tanto em *A conjura* (2009) quanto em *Lealdade* (1997). Em *A conjura* (2009), observemos:

> Depois ambos se dirigiram para a estátua de Pedro Alexandrino, onde já se encontravam Carmo Ferreira, Saturnino de Souza, o Zeca Alves e o hercúleo Narciso Galeano. Os seis trocaram cumprimentos e, furando entre a multidão que enchia o jardim público, tomaram pela Rua da Misericórdia, na procura de um local onde pudessem conversar sem o risco de serem escutados. Acabaram optando por uma tasca não muito limpa, mas, pelo menos, sossegada. E diante de um jarro de bom tinto português Severino dispôs-se a explicar os motivos por que marcara aquele encontro... (AGUALUSA, 2009, p. 108).

Somado ao excerto acima, o narrador novamente dá voz ao personagem Severino, que explica o motivo de reunir os simpatizantes da resistência e independência do império português. Severino conhecia bem cada um dos cavalheiros que estava presente na festa e todos da mesma forma o conheciam. Severino sabia que todos eles movidos por idênticos sentimentos de amor à justiça e à mãe terra que nos viu nascer (Angola/Luanda). Ele afirmara que os tempos estavam

---

[9] Ingombota é um dos sete distritos urbanos que compõem o município de Luanda. Anteriormente foi um dos nove municípios que constituiam a área urbana cidade de Luanda, na província do mesmo nome, em Angola (WIKIPÉDIA, 2021).
[10] Cassoalala é uma interface ferroviária do Ramal do Dondo, em Angola (WIKIPÉDIA, 2021).
[11] Catete é um bairro da cidade de Ícolo e Bengo, na província de Luanda, em Angola (WIKIPÉDIA, 2021).
[12] Barra do Cuanza é um distrito urbano e comuna angolana que se localiza na província de Luanda (WIKIPÉDIA, 2021).

difíceis para os filhos de Angola. Eram tratados como estrangeiros na própria terra. Os portugueses desprezavam os cidadãos luandenses, humilhava-os, cuspiam no rosto. Precisavam resistir e rebelar:

> Sem rodeios: todos nós pretendemos a independência. É preciso quebrar as cadeias! Mas como? Tenho conversado muito com um amigo meu e ambos chegamos à conclusão de que não é possível sacudir os portugueses de um só golpe. De momento não estamos preparados para isso (AGUALUSA, 2009, p. 108).

Para o personagem Severino, eles não estariam preparados e não tinham forças para vencer o império português, mas precisavam aprender a lição do trabalhar no silêncio, no interior da sombra. Teriam de criar uma sociedade de homens corajosos e infiltrar com ela, a sociedade, na máquina governativa, o aparelho militar e a igreja. Teriam de ganhar forças tranquilos, isto é, invisivelmente. Teriam de fingir que conta que estavam quietos e calados e eram estúpidos e mansos como bois:

> Os outros ouviam-no agora em perfeito silêncio, o rosto inclinado na direção da voz quente do mulato. Daremos o bote quando eles menos esperarem – e noutro tom: – Adolfo mandou boas notícias; há muita gente no Brasil disposta a apoiar a nossa causa. A Liga Republicana da Bahia quer enviar dinheiro. Os companheiros anarquistas asseguram o fornecimento de armas e explosivos (AGUALUSA, 2009, p. 109).

Acima, podemos observar a articulação de ideias para derrubar as tropas portuguesas e as ideologias, pois, para o personagem secundário Pedro da Paixão Franco, havia muitos republicanos a fazer aqui a apologia do ódio racial. Alguns defendiam o extermínio do preto e do mulato. Outros desejavam a venda de Angola à Inglaterra porque, diziam eles:

> Daqui só lhes chegam trabalhos e despesas. Não ouvia um único que defendesse a autonomia das colônias. E não dizia isto para diminuir o ideal republicano, mas ele próprio, toda a gente o sabia, desejava ardentemente a república: a liberdade, a igualdade e a fraternidade (AGUALUSA, 2009, p. 109).

Ademais, é interessante destacar que o narrador discorre sobre uma personagem que nos mostra uma perspectiva de grande relevância, Ana dos Santos, mais conhecida por nga Andembo-ya-Tata, havia sido, no seu tempo, a mulher mais rica de Luanda. Era filha de português e mulata ambaquense, nga Andembo herdara do pai a enorme ambição e o gênio arrebatado e da mãe a beleza e a paixão. Quando

morreu possuía interesses comerciais espalhados por toda a colônia, enormes propriedades em redor de Luanda e uma frota de muitos navios, no trecho abaixo podemos observar que os navios não só serviam para trazer da Baía aguardente, açúcar ou farinha de trigo. Na verdade, serviam-lhe sobretudo para levar os negros escravos, observa o personagem Severino:

> Foi assim que se fizeram todas as fortunas deste desgraçado país! Adiante porém: como eu dizia, o Sebastião foi moleque de dona Ana dos Santos e, enquanto tal, assistiu ao embarque de muitos escravos para o Brasil. Esses escravos eram primeiro concentrados no palácio de nga Andembo, no Bungo, onde aguardavam noite propícia para serem depois trazidos até aqui. Vinham através de enorme subterrâneo, do qual ainda hoje subsistem as ruínas. E era isso que hoje eu vos queria mostrar (AGUALUSA, 2009, p. 115-116).

Perante o exposto, salientamos que o personagem Lima fica furioso, pois, conta que muitos portugueses que vieram invadir Angola, ficaram ricos porque tinham muitos navios, navios esses que não serviam só para trazer da Baía aguardente, açúcar ou farinha de trigo, mas sobretudo para a dominar e exportar os negros escravos. Assim, pontuamos sobre uma carta que os personagens Severiano e Galeno recebem para analisar e publicar no jornal *O Angolense,* pois a carta relata o que estava acontecendo de abusivo em Malange, cidade do interior de Angola, colonizada pelos portugueses:

> Amigo Galeano, era assim que começava a carta, “as notícias de Malange são tristíssimas. Por toda a parte só temos perseguição e impiedade. As nossas próprias vidas não estão seguras e o povo tem fugido para o mato e terras gentias, a fim de escaparem das guerras do chefe José Antunes. E se sua excelência o governador geral não dá providências sobre este estado de coisas teremos algum conflito. E pobres dos comerciantes que como nós tudo têm aqui. As décimas e as multas são cobradas com violência e os pacientes palmatoados os quais São depois recolhidos na prisão até pagarem.Os soldados de segunda linha, que também são castigados com palmatórias, como escravos do chefe, são empregados no serviço dele, particular, nas lavras dos comandantes das companhias e na do escrivão Luís José de Oliveira Feio. No dia 10 do corrente mês foi preso por uma força de caçadores armados de espingardas o morador Pedro Domingos da Gama, filho do capitão Ambrósio Pereira da Gama, amarrado com cordas nas mãos e na cintura, e depois castigado pelo próprio chefe com bofetadas e palmatórias, pelo crime de não ter pago as décimas. Foram também presos os 12 cabindas empregados no serviço de limpeza do rio Lombe e palmatoados rigorosamente às cinco da tarde, com três dúzias a cada um pelo condutor encarregado daqueles trabalhos, José Manuel da Silva, por motivo de aqueles terem pedido nesse dia para que se lhes dispensasse o domingo, a fim de darem descanso aos corpos em vista do muito que têm tido durante a semana (AGUALUSA, 2009, p. 117-118).

À vista disso, observemos ser relatado que muitos ali se encontravam com medo, pois sabiam que suas vidas não estavam seguras, o povo começava a fugir para os matos, a fim escaparem da guerra dos grandes chefes colonizadores.

Além disso, o personagem Severino, decide escrever um romance, o que nos chama atenção é como ele o descreve, “um grande romance que fosse capaz de retratar com fidelidade e interesse o estreito, mas complicado mundo de Luanda” (AGUALUSA, 2009, p.119). Pois, o doutor Alfredo Trony tentara, é certo, coisa parecida. Todavia, na opinião exagerada de Severino, não conseguiu o principal, ou seja, “ele ficou à porta do que somos não entrou em nós (AGUALUSA, 2009, p.119).

O narrador observa que segundo o personagem Severino, o que era preciso era fotografar a realidade. Mas não esquecendo nunca que a realidade angolana era composta de uma grande dose de surrealidade. Não bastava descrever com maior ou menor rigor os usos e costumes, os ambientes, os tipos, os vícios ou as crenças, era preciso antes de tudo captar a alma do povo. Assim, Candido (2009) nos diz que o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste. Como podemos observar ao longo da narrativa de *A conjura* (2009) a alternância entre ficção e realidade.

De acordo com Candido (2009), essas considerações visam mostrar que o romance, ao abordar as personagens de modo fragmentário, nada mais faz do que retomar, no plano da técnica de caracterização, a maneira fragmentária, insatisfatória, incompleta, com que elaboramos o conhecimento dos nossos semelhantes. Todavia, há uma diferença básica entre uma posição e outra, ou seja, na vida, a visão fragmentária é imanente à nossa própria experiência, é uma condição que não estabelecemos, mas a que nos submetemos.

No romance, ela é criada, é estabelecida e racionalmente dirigida pelo escritor, que delimita e encerra, numa estrutura elaborada, a aventura sem fim que é, na vida, o conhecimento do outro. Daí a necessária simplificação, que pode consistir numa escolha de gestos, de frases, de objetos significativos, marcando a personagem para a identificação do leitor, sem isso diminuir a impressão de complexidade e riqueza.

Para o personagem Severino, os angolenses, viviam mergulhados num universo mágico. Muitos, como o Cordeiro da Matta, achavam nisto uma grande desgraça. Outros desdenhavam das crenças e superstições do povo, mas todos,

mesmo quando afirmavam o contrário, temiam o poder dos calundus: “Eu penso que a força e a originalidade de um genuíno romance angolense só se poderão conseguir através da sábia mistura entre o imaginário e a realidade”. (AGUALUSA, 2009, p.120)

O narrador pontua que do *Humbe* chegavam notícias de mais um massacre perpetrado em nome da paz e da civilização: eram os últimos dias do mês de junho de 1898. O que nos deixa claro que a dominação da coroa portuguesa era intensa, em todos os interiores de Angola. Em Luanda, um grupo se preparava para uma revolta, observemos abaixo:

> Foi por esta altura que o Lima da Alfândega mandou chamar Severino para lhe dizer que tinha no porto um grande caixote em seu nome. E que o dito caixote estava cheio de armas e de munições. Viera da Baía e, a acreditar no Lima, por pouco não fora aberto ao passar a Alfândega. Durante três noites de sobressalto, e com a conivência de diversos trabalhadores, Severino, Zeca Alves e Narciso Galeano transferiram todo o conteúdo do caixote para o semidestruído subterrâneo da Ponta da Mãe Isabel (AGUALUSA, 2009, p. 123).

O grupo que estava na busca para iniciar a revolta, tinha esconderijo fora de Luanda, o narrador pontua ser fácil descobrir a entrada do subterrâneo. Havia primeiro um bosque desgrenhado de espinheiras e depois à terra alteava-se num salto brusco, com dentes de rocha a romperem do barro vermelho, para lentamente voltar a descair em direção à praia. A entrada se escondia na base deste pequeno declive, quase completamente coberta por capim alto e uma incalculável confusão de pedras soltas.

O que nos chama atenção aqui, é o que o narrador observa sobre os costumes da colônia, nos trazendo a manifestação da realidade, em forma de ficção, como já pontuado acima. Em relação aos usos da terra autorizavam que os homens dispusessem de quantas amantes lhes desse, na realíssima gana, e a capacidade econômica destes, bem como a sua virilidade, mediam-se mesmo pelo número de mulheres a que conseguissem assegurar sustento. O narrador menciona com tal intensidade que Barbosa do Lubango, personagem secundário, grande comerciante de borracha e velho muito respeitado, se dizia possuir o dito mais de 30 concubinas.

O narrador observa uma questão preconceituosa e medíocre: “O que chocou as pessoas, o que desvairou a cidade, foi essa pretensão inédita num comerciante abastado de se unir pelos laços graves e definitivos do matrimônio religioso a uma negra sem família, uma mucama! Uma antiga escrava!” (AGUALUSA, 2009, p. 133)

Além disso, cabe pontuar que, ao final do século XIX e início do século XX, muitas revoltas aconteceram em Angola, é importante situarmo-nos, porque é nesse período em que Agualusa narra *A conjura* (2009). Perante isso, vale ressaltar que ocorrem muitos movimentos sociais a favor da independência, assim como contra a independência, resultando mais tarde em guerra civil.

Assim, salientamos que Angola passou por um longo período de conflito, que teve início com a luta armada contra o colonialismo português após a sua independência em 1975, quando movimentos nacionalistas pró-independência passaram a lutar entre si pelo controle político do país, o que perdurou até o ano de 2002, assevera Silva (2018). Segundo Silva (2018):

> Durante os treze anos de luta colonial travada por Portugal (1961 – 1974), apenas três movimentos foram destacados, a FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola; o MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola; e, mais tarde, a UNITA – União Nacional para independência Total de Angola. Foram esses movimentos que lutaram contra o colonialismo português; porém, ainda que todos os movimentos tivessem por objetivo a libertação de Angola, existiam divergências entre eles, as quais, depois da proclamação da independência, levariam à em guerra civil que durou vinte e seis anos (SILVA, 2018, p. 2).

Silva (2018) nos relata que Portugal utilizava suas colônias desde o início do século XIX como fontes de mão-de-obra barata para as companhias de mineração inglesas e assim foi com Angola. Para ele, o racismo institucionalizado foi mais “uma marca” deixada pelo colonialismo português em Angola. O racismo foi imposto no país como lei administrativa e política. Assim, podemos apontar que muitas revoltas e movimentos aconteceram em Angola em oposição ao regime ditatorial português, como nos mostra a estudiosa.

2.3 O PROGRESSO DA SOCIEDADE E A VOZ DE ANGOLA CLAMANDO NO DESERTO

Convém destacar e trazer alguns trechos do panfleto manuscrito apreendido em Luanda em 1874, o qual o narrador materializa no romance *A conjura* (2009). Trechos que abordam a busca da independência, resistência, liberdade, guerra, questão dos negros, etc. Pontuemos:

> Angolenses! pegae em armas para libertardes a pátria, a pátria das nossas mães; porque a emancipação dos escravos franquea-nos um boa ocasião. Portugal está pobre; e ainda que rico fosse seria uma estupidez pensar em semilhante couza quando se trata da liberdade dos direitos d'um povo. Por isso quebrae o jugo e os grilhões que vos prendem a 4 séculos. Não vedes que os pretos dos Dembos estam emancipados? Tem eles alguma instrução? [...] Temos os elementos necessários para sustentarmos a sagrada guerra da independência, e os estrangeiros nos darão socorro infalivelmente, porque temos o que eles precizão. Fiquem certos que como guerreiros ficaremos puros do crime de sangue; e como revolucionários puros ficaremos também da infamia da traição, pois é agressão quem nos chama para fazermos a nossa independência e para a peleja e o país é quem nos convida para pegarmos em armas (AGUALUSA, 2009, p. 137).

Vale frisar que esses trechos trazem as relações que alguns grupos de Angola têm com grupos do Brasil, mostrando o apoio entre si, embora países distantes, sobretudo na busca pela autonomia, independência e com perspectivas ideológicas similares:

> Angolenses, emitae a grande América e o Brasil, por que o homem deve ser útil à pátria que o viu nascer. Um tiro dado em defesa da pátria é um título de glória. Os Dembos esperam a nossa voz, eles se oferecem para a causa comum e uma junta provisória dirige o nosso destino (AGUALUSA, 2009, p. 137).

Dessa maneira, o personagem Adolfo Vieira Dias regressa a Luanda após passar um tempo, longos anos fora, inclusive estivera no Brasil, e, traz outra visão para a luta de resistência. Conforme o narrador, o personagem Adolfo pretendia estudar com Severino as possibilidades de um maior apoio brasileiro à causa independentista. No entanto, nem todos eram a favor a causa de independência política:

> Nos últimos anos a Sociedade tinha crescido muito e infiltrara-se profundamente entre os comerciantes e proprietários e mesmo no interior dos quartéis, onde dispunha da simpatia de grande número de oficiais de baixa patente. Tentara-se aliciar personagens importantes como os coronéis Padrel e Cravid, o general Geraldo Victor ou o major Joaquim de Brito Teixeira, mas todos haviam reagido mal à ideia da independência política da colônia (AGUALUSA, 2009, p. 141).

Diante do trecho supracitado, para o personagem Severino, os africanos com papel importante na estrutura colonial haveriam sempre de se opor às posições independentistas, pois viam nelas uma ameaça aos seus próprios interesses. Para mais, Severino discorre que é entre os descontentes que deviam procurar os músculos e o cérebro do movimento. E nesse sentido preconizava o recrutamento

mesmo da soldadaria rude e dos indivíduos da mais baixa estirpe, proposta que muitos contrariavam e quase ninguém compreendia, com a notável exceção de Pedro da Paixão Franco, cada vez mais inflamado pelos ideais socialistas, e em quem muitos viam um novo Arantes Braga (personagem).

Por meio do personagem Adolfo, o narrador assevera que ele trazia notícias frescas. Boas notícias: a república firmava-se no Brasil de forma irreversível. No entanto, ele observa que embora a vida (no Brasil) não fosse um paraíso (sobretudo para os negros e mulatos) a liberdade, a igualdade e a fraternidade eram princípios que empolgavam a nação. Claro sinal disso estava na solidariedade para com os companheiros de Angola. O carregamento de armas que chegara em junho de 1898 fora conseguido graças à quotização dos operários de uma mina de cobre que estavam, se necessário, dispostos a repetir o gesto, pontua o narrador.

Cabe pontuar ainda que eles estavam preparados para uma revolta e uma possível guerra civil, mas muitos estavam com medo não só do império português, mas de outros impérios aproveitarem do momento, como os ingleses, os alemães, etc. Vejamos:

> Com as armas pretendia-se tomar o Palácio do Governo, os quartéis e a fortaleza. Feito isto tinha-se Luanda na mão; e quem diz Luanda diz todo o vasto território de Angola, do Ambriz até aos confins do Cuamato. Mas – objetava Zeca Alves – e os ingleses, os bôeres, os belgas, os franceses? Os alemães, sobretudo? Não irão eles tentar aproveitar-se da nossa fraqueza para trair o Tratado de Berlim?. Severino reconhecia o perigo. E, exatamente por isso é que lhe parecia imprescindível congregar primeiro o apoio e a simpatia de todos os chefes tribais: E não só deles mas também, por exemplo, desse estranho Johanes Oorlog, do qual se afirma não perder nunca uma batalha, seja ela contra bundos, portugueses, alemães ou bôeres, dependendo de quem pague melhor (AGUALUSA, 2009, p. 142).

Para o personagem Severino, era preciso unir todos os povos do interior, e as gentes das cidades, de todas as raças, classes e sentimentos políticos, sobretudo aqueles que queriam a libertação do povo, dar fim ao povo escravizado, ser mais libertos tanto, individual quanto coletivo. E os olhos brilhavam enquanto falava destes seus sonhos enormes, complementa o narrador.

O narrador expõe sobre um artigo chamado *d'A Gazeta de Loanda*, único periódico que, ao tempo, se publicava na capital da colônia. Cabe relatar que esse artigo nos traz trechos de suma importância. Segundo o narrador, o artigo multiplicava-se em insultos extremos contra a raça negra, não sendo daí, porém, que

vinha a maior novidade, tomavam por base tais “dantas-baratismos”, ideais de Dantas Baratas, o audaz croniqueiro se atrevia a construir teorias e a avançar com propostas que até então ninguém havia ousado publicamente apadrinhar:

> Por exemplo, propunha que se substituíssem as penas de prisão por castigos corporais, pois “meter em ferros d’El Rei um preto que delinquiu assassinando, roubando, ferindo, ofendendo a moral por ações ou palavras, não é aplicar um castigo, é antes incitá-lo ao crime, é lisonjear-lhe o instinto, é dar-lhe o prêmio. Pois qual é o ideal do preto senão comer sem trabalhar? Qual é a sua lei, a sua norma de vida, o seu superior anseio? Não somos apologistas dos castigos corporais. Achamo-los uma barbaridade, pelo mesmo motivo que achamos a pena de morte um crime oficial. Mas umas palmatoadas não matam ninguém (AGUALUSA, 2009, p.149).

Dessa forma, o artigo prosseguia nos mesmos termos, protestando ainda contra a condenação de europeus que ofendessem indígenas, e negros, pois os brancos viviam humilhando, desqualificando e privando essas raças, assim, essa situação era e ainda hoje é deprimente. Secundariamente é atentatório da autonomia pátria. Assim se assegurará um futuro de muitas acerbas provações à colônia portuguesa. E terminava propondo duas justiças, uma para os europeus e outra para os filhos do país. O narrador pontua que tais propostas levantaram uma grande vaga de protestos e incendiaram as conversas da barbearia, dividindo as opiniões no seio da Sociedade, os mais impetuosos, inclusive a clamarem a destruição dos escritórios *d’A Gazeta de Loanda*, vejamos:

> Quando Eusébio Velasco Galeano e Apolinário Van Dunem surgiram com a ideia de uma resposta literária, da impressão de um opúsculo onde asperamente se denunciasse o venenoso artigo e solidamente se contestassem as afirmações nele produzidas, Severino viu nisso uma forma de acalmar as iras sem comprometer – por infantil precipitação – o projeto da Sociedade, e deu-lhes sem hesitar o seu inteiro apoio. Porém, logo na primeira reunião havida em casa de Adolfo para debater a ideia se tornou manifesta a existência de duas correntes e, pior do que isso, a dificuldade de ambas coexistirem. Severino teve de recorrer a toda a sua argúcia e energia para mediar os contendores e mesmo assim não conseguiu impedir uma violenta troca de insultos entre Eusébio Galeano e Paixão Franco, arvorados em líderes das duas diferentes posições. Pretendia o primeiro que os artigos inseridos no opúsculo não fossem assinados, ou que o fossem com pseudônimos, o que o outro entendia ser falta de coragem, de seriedade e de convicção política (AGUALUSA, 2009, p. 149).

O narrador nos diz que com o progredir da discussão foi ficando claro que mais do que discordantes na estratégia, os dois grupos divergiam, isso sim, nas metas pretendidas. O personagem Eusébio Galeano queria a desafronta, porém não ousava

afrontar. Queria uma Angola para os angolanos, mas desde que os angolanos continuassem portugueses. Queria, enfim, a mudança, mas não queria a revolução.

Outrossim, o narrador observa que o jornal *A Voz de Angola Clamando no Deserto,* começou a ser partilhado em Luanda pelos finais do mês de maio daquele ano de 1901, tendo colaborado na redação do opúsculo, alguns dos mais respeitados nomes da sociedade angolense. Todavia, teve um alcance limitado sendo recebida mais com troça[13] do que com escândalo, mais com amável condescendência do que com calorosa adesão.

Além do exposto acima, o narrador nos diz que existia um exemplar do dito opúsculo, e o mesmo havia chegado às mãos do personagem Dantas Barata, enriquecido com uma dedicatória infamante e irrepetível, e que o ilustre deputado reagiu muito mal à sua leitura. Diz-se que pretendeu forçar o então governador-geral da província a tomar medidas repressivas, e que por pouco não embarcou com destino a Luanda para vingar a ofensa.

> Por outro lado, depressa se tornou evidente que o anonimato da obra era frágil cobertura numa cidade pequena e mexeriqueira como o velho burgo luandense. Ao fim do primeiro mês já toda a gente conhecia os 11 nomes que haviam estado por detrás da iniciativa, e muito em particular o de Eusébio Velasco Galeano. E isto veio gerar novos conflitos, com os autores do opúsculo a acusarem Severino e Paixão Franco de quebra de sigilo, pondo em risco a sua segurança e a dos seus. Não fosse a intervenção de Caninguili, correndo de um para o outro lado com os seus argumentos de pacificador, e talvez o problema se houvesse agravado para além dos limites da sensatez e da civilidade. Assim apagou-se ali, ou melhor, pareceu apagar-se. Na verdade, a sombra que se criou então não desapareceu nunca mais (AGUALUSA, 2009, p. 151).

Salientamos ainda que no dia 25 de setembro de 1904, um décimo de todas as forças militares estacionadas em Angola deixou de existir. Nesse dia, e no espaço de apenas duas horas, desapareceram em combate 16 oficiais, 12 sargentos, 109 soldados europeus e 168 praças africanos. Quando os ecos de tal massacre chegaram a Luanda soube-se que o inferno ficava a sul e que tinha um nome: Vau do Pembe! E o império empalideceu de medo, de fúria e de vergonha, que um bando de selvagens tivesse sido o autor de uma tão eficaz operação militar, ferida e intolerável no orgulho português. Por todo o lado só se falava de vingança: urgia ensinar aos

[13] Ação ou comportamento muito engraçado; que está repleto de graça; divertimento ou brincadeira. (DICIONÁRIO ON-LINE DE PORTUGÊS, 2021)

cuamatos[14] que se não desrespeitava impunemente a bandeira lusíada. Urgia mostrar ao mundo que Portugal estava à altura dos seus compromissos internacionais e da sagrada missão civilizadora a que se propusera, nos diz o narrador.

Ainda, no dia 27 de agosto de 1907 o tenente César Augusto Ferreira, da 14ª companhia indígena de Angola, acordou às três e meia da manhã com a desconfortável sensação de não saber onde estava. Olhou em volta sem mover a cabeça e, ao invés de encontrar o universo familiar do seu pequeno quarto, deu com um rosto adormecido ao lado de umas pesadas botas militares, e com as paredes ondulantes de uma tenda de campanha (colonizar, dominar e explorar). É oportuno destacar que o personagem aqui apontado pelo narrador, nascera em Luanda, torna-se um militar português, obedecendo todas as ordens do império português, esquecendo do seu país, do seu povo e principalmente, sua cor, que por muito tempo se esquecera que era negro.

O narrador nos diz que esse personagem, César Augusto Ferreira, que era negro, e por ter se tornado militar, convivia no meio dos militares do império português, e desprezava seu povo tanto quanto os portugueses. Aqui podemos observar a negação da identidade por haver uma dominação de cultura, que se dizia ser superior as outras:

> Toda a vida transportara consigo o estigma da cor; por isso fora sempre mais papista que o papa: quando diante de si alguém lançava uma afirmação de desprezo pelos negros, ele sentia-se forçado a lançar outra maior. Mas de cada vez que o fazia sangrava-lhe a alma. Mais do que em uma ocasião sentira pelas costas o riso trocista dos seus colegas brancos. Nessas alturas cerrava os punhos até os sentir sem sangue e fingia para si próprio que nada se passara. Quantos anos manteve a ilusão de que um dia o olhariam sem lhe ver a cor? E era cada vez pior! Os oficiais vindos do reino já nem disfarçavam o seu desdém pelos naturais do país. Desembarcavam com a sobranceria de príncipes em terra conquistada e punham-se a maldizer o clima e a teorizar sobre a melhor maneira de tornar habitável o inóspito continente negro, e de lhe arrancar as riquezas sem dor nem suor (AGUALUSA, 2009, p. 158).

Podemos observar que no romance, o plano, preparado para aquele 16 de junho de 1911, é malsucedido devido a uma traição ao movimento de revolta, e uma sequência de mortes misteriosas compõe o desfecho dessa trama.

---

[14] Os *cuamatos* são um povo africano de origem bantu que habita o sul da República de Angola, no baixo Cunene (WIKIPÉDIA, 2021)

2.4 INFAUSTO, TRISTÍSSIMO, INCRÍVEL ABRUPTO, INTERMINÁVEL 16 DE JUNHO DE 1911

Se faz necessário destacar aqui que o narrador observa que em Luanda, na trajetória do romance, a igreja aparece como mediadora no processo de dominação/colonização, para alguns participantes/conjurados:

> Não teria sido assim, claro, nada teria sido assim, se os conjurados não houvessem decidido excluir o vigário da conjura, sob a pressão de radicais que viam na Igreja a fonte de todos os males, e nos padres o próprio símbolo da dominação estrangeira (AGUALUSA, 2009, p. 172).

Segundo o narrador, de quase todos os outros conjurados, tinha o personagem Severino que tinha dúvidas quanto à sua capacidade, integridade ou clareza dos propósitos ideológicos. Sabia que nem todos queriam a independência pelos mesmos motivos que ele, e que alguns a queriam por razões inconfessáveis. Mas acreditava que depois do golpe seria possível separar o trigo do joio e que, por outro lado, a magnitude da situação engrandeceria as capacidades individuais. É possível observar que havia os personagens que oscilavam quanto a questão da independência.

Para além, o narrador observa sobre o início da revolta dentro de Luanda, articulado pelos partidários da libertação/ independência:

> A estratégia montada por Severino tinha a simplicidade de um jogo de crianças: pelas 11 horas e 30 minutos Narciso Galeano, Zeca Alves e Botelho de Vasconcellos deveriam reunir um grupo de 300 a 350 jovens caluandas e levá-los por diferentes caminhos até à Ponta da Mãe Isabel. Rocha Camuquembi e César Augusto estariam aí à sua espera, procedendo-se de imediato à distribuição do armamento e à formação das unidades que sob o comando dos dois homens e de um jovem sargento iriam tomar de assalto a Fortaleza de São Miguel e o quartel da polícia. Pela mesma hora, ou seja, cerca das duas da tarde, outro corpo de revolucionários, chefiado por Severino de Souza, Carmo Ferreira, Pedro Paixão Franco e Adolfo Vieira Dias, ocuparia de surpresa os Paços do Conselho, de onde proclamaria ao mundo atônito a novidade da emancipação de Angola. Contava-se com a adesão de todas as companhias indígenas e de numerosos chefes tribais, do Norte ao Sul do país (AGUALUSA, 2009, p. 177-178).

Além disso, convém realçar que o narrador disserta sobre o medo que assolava o povo que faziam parte da sociedade. Com isso, o grupo que organizava a revolta para tomar o poder em Luanda, havia convocado mais gente, no entanto, poucos apareceram no dia:

> Narciso Galeano só reconheceu o erro horário em que o fizera incorrer Arcénio de Carpo quando, no Cemitério do Alto das Cruzes, Zeca Alves lhe fez consultar, um por um, os 23 relógios de bolso recolhidos entre os 50 e tantos moços que desde as primeiras horas da manhã ali se haviam concentrado. Alves estava fora de si, não tanto devido ao atraso do outro, mas sobretudo por não haverem comparecido ao encontro mais de metade dos jovens com que inicialmente se contava (AGUALUSA, 2009, p. 178).

Além do mais, o narrador nos mostra o começo de uma traição e de eliminação de alguns integrantes da sociedade que havia se formado pela independência:

> Sempre rindo e sorrindo muito fê-lo beber uma taça de café, e depois outra ainda, enquanto discorria sobre frivolidades, numa torrente de palavras que ao jornalista parecia indelicado interromper. (...) Confuso e excitado, Paixão Franco falou-lhe dos cartões e, sentindo-se vítima de uma qualquer brincadeira desonesta, pediu licença para ir procurar na sua residência as provas do que afirmava. Saiu para a claridade da rua com a intolerável impressão de que a terra tremia. Ao entrar em casa já tinha a língua completamente azul e pouco depois deixou de ver e começou a delirar. Estava morto quando deu entrada no hospital (AGUALUSA, 2009, p. 183).

O narrador nos diz que os personagens César Augusto e Rocha Camuquembi haviam sido mortos no reencontro com uma companhia do exército e civis armados. Dizia-se que o comandante das operações fora o personagem Silva Facadas. Diante disso, o narrador nos situa que os personagens que estavam organizando a revolta são traídos. Havia um traidor e esse traidor fazia parte da sociedade.

Podemos observar em *A Conjura* (2009), um clima bastante propenso ao debate de ideias políticas e à busca de um novo dia, uma esperança de um povo colonizado, escravizado que estava cansado, onde finalmente reinaria a igualdade, o Direito e a Liberdade, como afirma o poema de Lourenço do Carmo Ferreira usado como epígrafe do primeiro capítulo do romance.

Em síntese, no desfecho da obra *A conjura* (2009), o narrador menciona que o personagem Caninguili, que cria a sociedade e fraternidade, o qual articula com os demais personagens que formam a resistência, é o próprio traidor de seus amigos, acaba entregando todos os esquemas das autoridades que representam o império colonialista, acarretando a morte de vários personagens que foram resistência e que buscavam a independência de seu país Angola. Então podemos observar que o narrador em *A conjura* (2009) é um narrador que mais observa e pouco participa da narrativa.

Cabe salientar que os antagonistas, de *A conjura* (2009) são, os europeus: portugueses, ingleses, franceses, belgas e holandeses, cada país interessado apenas

em se apropriar dos recursos naturais, humanos e financeiros do continente africano. Daí o desejo de um grupo de nativos em obter em armas, articular revoltas, unir diversas raças e tentar promover a independência de Angola, como aconteceram nas revoltas e angustias do romance *A conjura* (2009), narrado por Agualusa.

3. *LEALDADE (*1997*):* UM PAÍS QUE MORREU PARA O BRASIL NASCER

O romance *Lealdade* (1997) em que esta análise está focada, divide-se em três partes. A primeira parte intitula-se: *Onde se relatam com a voz pouco fiel da memória fatos ocorridos nos idos de 1783 a 1810* (SOUZA, 1997, p.13). Esta parte tematiza a infância e a juventude do personagem que é o protagonista que mantém, neste período, uma relação de não-identificação com a província do Grão-Pará, classificando, por exemplo, alguns costumes locais como bárbaros.

Na segunda parte do livro, é explicitado o desejo de re (visitar) os fatos históricos da região. É intitulado *No qual é retirado do injusto esquecimento o que ocorreu entre os anos de 1810 e 1812.* Nessa parte narram-se as batalhas nas quais, Fernando lutou, junto aos soldados portugueses, em Caiena, contra os franceses que ali habitavam. Destacamos ainda que nesse contato com os franceses, o personagem Fernando teve acesso a obras de autores idealizadores da Revolução Francesa, que acabaram por influenciar seus pensamentos. Fernando começa a se identificar com as causas do Grão-Pará e a desejar sua independência. Pode-se afirmar que a sua identificação como paraense se amplia.

A última parte do livro intitula-se *O trágico ano de 1823*. Essa parte revela grandes surpresas e mostra a decepção do protagonista ao tomar conhecimento de que a independência do “país” com que ele se identificara não seria mais possível, pois ocorre traições, mudança de poder político, um verdadeiro conflito.

O narrador Fernando Simões de *Lealdade* (1997) é um jovem rico e imaturo que passou a infância sob os cuidados exclusivos de sua mãe em Belém, pois seu pai durante anos trabalhou com pesquisas botânicas no exterior. Fernando muda-se para Lisboa para estudar e formar-se como militar e, inicialmente, pensava em servir à pátria portuguesa, mas seus amigos o fizeram refletir se aquela era mesmo a sua pátria, assim, o que podemos perceber ao longo da narrativa são as mudanças pessoais em que Fernando entra em conflitos de identidade: seria ele grão-paraense, português ou brasileiro?

Se faz necessário pontuar que o personagem protagonista, Fernando Simões, vive uma crise identitária no decorrer da narrativa. No meio dessa crise, ele começa a se questionar, daí então, resolve lutar e entender sua identidade, esse questionamento é interessante, pois notamos a construção do personagem de acordo com o meio em que ele se encontra, sua formação discursiva e ideológica é mostrada

pelo ambiente em que ele transita durante as fases de sua vida consoante a narrativa. O desejo de ser um integrante da sociedade e de lutar por melhorias de todos acaba fortalecendo os pensamentos heroicos de Fernando. É oportuno que a sua formação como engenheiro militar contribui para a construção do enredo e do personagem sobre seus ideais e seus efeitos heroicos de um militar que arrisca sua vida nas guerras e conflitos para proteger o povo que ele se identificava e, consequentemente, isso traria uma situação política melhor para a sociedade grão-paraense. Vejamos o que nos diz Stuart Hall (2006) sobre a crise de identidade:

> A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "'crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2006, p. 07).

O que Hall (2006) nos diz acima é que estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Observemos:

> Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento, descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo. Como observa o crítico cultural "a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando julgo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza" (MERCER, 1990, p. 43). (Hall, 2006, p. 09).

Ademais, nota-se que Fernando fica dividido entre centro e periferia, essa divisão contribui para o processo de construção da identidade do personagem. Como um militar formado em Portugal (país que o personagem considera como centro), Fernando estudara para servir as filosofias do rei. Em razão de ser tão jovem e não ter tido acesso a outras possibilidades, ele apenas via a possibilidade de ser leal ao Reino português. Aqui podemos refletir sobre o personagem Fernando, no qual começa a se questionar o seu lugar de fala, vejamos o que nos diz Hugo Achugar (2006):

> Estabelecer essas referências particulares aspira, desde o início, a que se entenda o lugar a partir de onde falo. Um lugar que não é concreto e que, às vezes, chamo de periferia, outras vezes de Montevidéu, de Uruguai, de América Latina, de margem, de não-lugar, de fronteira: desviado, afastado do seu lugar, deslocado. Um lugar muito menos dramático do que outros deslocados ou excluídos, afinal, sou um letrado branco, classe média, marginalmente ocidental, mas que, no entanto, compartilha a experiência da ferida ou da humilhação ou do desprezo. Talvez o único pecado, aqui, seja o de ocupar um lugar de enunciação comum a muitos outros indivíduos ou grupos; ou pior, ocupá-lo ou apropriar-me dele, ainda que seja de modo involuntário ou inconsciente. Um lugar onde fui colocado, mas que também escolhi (ACHUGAR, 2006, p. 14).

Acima, Achugar (2006) nos situa que a qualificação do deslocado, ou do lugar de desprezo e do não-valor, é produzida por outros e não pelo sujeito da enunciação, mesmo que ele termine por assumi-la com ou sem orgulho, de forma submissa ou insubmissa.

Diante disso, Fernando tem algumas decepções com a Corte portuguesa, tendo já tido contato com pessoas cultas do Grão-Pará, como o cônego Batista Campos; Fernando Simões amplia sua perspectiva percebendo como aquela província periférica, distante da administração do Príncipe Regente, fora deixada de lado, apesar de suas riquezas e seu desenvolvimento. Diante desse confronto com Batista Campos e com essa formação ideológica, passa ter uma nova visão e, Fernando decide lutar por seu país.

O romance *Lealdade* (1997) é analisado a partir da trajetória/ perspectiva do narrador que é o protagonista Fernando Simões Correia. A jornada, o lugar de fala, a história, a memória e a literatura são alguns dos elementos que irão auxiliar-nos na determinação dos aspectos de identidade regional que levaram o povo da região a lutar por um Grão-Pará independente e a valorizar a cultura regional mesmo após todas as adversidades sofridas neste período de guerra civil[15], porém que o levaram a conquistar e a manter certas características de modernidade, tais como a mão-de-obra assalariada de gente livre, o investimento na indústria naval e as primeiras fábricas de beneficiamento de produtos extrativos, como o tabaco e a castanha-do-pará. *Lealdade* (1997) apresenta e valoriza a cultura regional e evidencia o conflito identitário e existencial do protagonista, além de mostrar o longo percurso de

[15] Guerra Civil é o conflito entre os membros de uma comunidade política, seja um Império, tribo, califado ou república. Também é definida como a guerra de um Estado contra um grupo de opositores (ou vice-versa) dentro do mesmo território. (BEZERRA, 2011-2020)

crescimento do personagem, mostrando assim, sendo um personagem redondo, um personagem complexo e cheio de conflitos.

3.1 A TRAJETÓRIA DO NARRADOR NO ROMANCE *LEALDADE* (1997): MEMÓRIA E HISTÓRIA

De acordo com Walter Benjamin (1994) na obra *Magia e técnica, arte e política* no capítulo *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov* pode-se refletir algumas considerações no que diz respeito aos tipos de narrador.

O romance em *Lealdade* (1997) é narrado em primeira pessoa, ou seja, o narrador é Fernando Simões, ele não só narra os fatos como participa dos acontecimentos narrados. Fernando Simões, até mesmo durante a adolescência, parecia ser mais velho, mas, era apenas físico, no resto, Fernando era ingênuo e infantil, foi criado como filho único, uma boa parte da infância sem o pai, era um filho cheio de vontades egoístas, além de petulante. Assim, o narrador reforça os laços entre literatura e história, pois a literatura e a história são representações que propiciam o conhecimento do mundo e permitem o entrecruzamento e o diálogo, como podemos observar nessa narrativa por meio do narrador personagem Fernando.

Dessa maneira, Bosi (2002) pontua que o grande narrador tem sempre suas raízes no povo, principalmente nas camadas artesanais. O narrador cria, segundo o seu desejo, representações do bem, representações do mal ou representações ambivalentes. Graças à exploração das técnicas do foco narrativo, o romancista poderá levar ao primeiro plano do texto ficcional toda uma fenomenologia de resistência do eu aos valores ou antivalores do seu meio. Dá-se assim uma subjetivação intensa do fenômeno ético da resistência, o que é a figura moderna do herói antigo. Esse tratamento livre e diferenciado permite que o leitor acompanhe os movimentos, não raro, contraditórios da consciência, quer das personagens, quer do narrador em primeira pessoa.

A narrativa no romance *Lealdade* (1997) começa na cidade de Cametá e o interessante que termina em Cametá, cidade no interior do Grão-Pará, o narrador discorre que em pleno rio Tocantins, via-se à frente do porto Mercês, em Cametá:

> Sentado na popa de uma canoa, olhava para minha única bagagem, meus últimos pertences: um saco de sarrapilha onde levava minha farda de coronel, minha pistola, uns cadernos onde assentava algumas impressões de foro íntimo, pólvora e algumas balas. Possivelmente a pólvora molhara, porque o saco ia no fundo da canoa que fazia água um pouco. Eu sabia que tinha de remar, de me apressar [...] (SOUZA, 1997, p. 15).

Somado a isso, Fernando começa o enredo fugindo, pois, logo o movimento dos grandes barcos iria começar e ele poderia ser capturado. Como estavam em conflitos, ele, se capturado, estaria morto, por estar portando um livro com ideologias contrárias à do regime governamental. Fernando denunciou a censura e perseguição daquela época, dado que não se podia ler ou ter acesso às leituras, sobretudo, ideológicas:

> Segundo o arbítrio do governador da Província do Pará, da mesma forma que num tempo não muito distante possuir um exemplar da Declaração dos Direitos do Homem significava receber a pena capital, sem apelação, teria o mesmo destino se fosse flagrado com os cadernos que levava comigo (SOUZA, 1997, p. 15).

Assim, Fernando empurrava seus pensamentos para longe, ao passado, ele observa que o mesmo regressava sem querer às duas cidades violadas, lugares e sina, onde tantas vidas tinham se chocado, como sempre acontece em todas as cidades vitimadas pela guerra. Eram vidas que jamais se harmonizariam, que se entrelaçavam num embate desesperado para apenas darem-lhes a sensação de que as vidas deles pertencessem apenas a eles mesmos, para poderem ser ou fazer algo que não fosse imposto ou obrigado.

É oportuno observar que o narrador aponta as etnias que habitavam Grão-Pará, além do desgosto que assolava o povo:

> Três cores de pele, raças distintas. E sob o disfarce do catolicismo dominante, superstições antigas, feitiçarias poderosas, mandigas e puçangas; e os sedutores falares, sons do fundo da floresta virgem e das savanas africanas, todos juntos a formar uma cacofonia misteriosa, e nas águas barrentas do cais, escuna, veleiros de três mastros e milhares de vilengas com suas velas latinas (SOUZA, 1997, p. 16).

Cabe salientar que havia uma tristeza não muito evidente naquela cidade. As pessoas pareciam alegres, falavam alto, cantavam aos berros, bebiam e dançavam na menor oportunidade. Porém, nem mesmos os corpos suados conseguiam esconder a melancolia. Uma alegria agônica estava na superfície, e somente a

sofisticação retórica do *nheengatu*[16] era capaz de oferecer alguma distinção naquele momento de tensão.

Além disso, o narrador detalha sobre como era e como se comportavam as pessoas de Grão-Pará, nas vielas e ruas em torno do forte, a cidade apresentava uma boa oferta do comércio sexual e neste ponto não era nada provinciana, ele diria que, como em toda América Portuguesa, os colonos eram mais ousados que as pessoas sonolentas da metrópole. Segundo o narrador, as pessoas iam-se fechando, caindo para dentro de si mesmas, refugiando-se por trás da muralha da alegria:

> Era como se ao Grão-Pará não lhe fosse permitido ter felicidade, porque a uma colônia cabia não mais exaurir, e a felicidade é acumulação; essas coisas todas eu discutia horas e horas com os amigos, no bar do Cabrito, no Lago da Trindade. E jamais esqueceria que acabávamos sempre deprimidos, meio tontos o vinho barato que nos fazia deitar as tripas fora, a lamentar nossa sorte, porque no Grão-Pará não havia lugar para a felicidade; apenas sobreviveríamos se aceitássemos a solidão, as mutilações, enfim, o mais cinza dos conformismos (SOUZA, 1997, p. 17).

Desse modo, o narrador descreve que Grão-Pará era uma terra sem estações, sem outono ou primavera, que ele aprendera a amar quando morava em Portugal e sentia falta do Grão-Pará. Nem mesmo inverno havia lá, só verão, verão. Muita ou pouca chuva, eis a diferença. As pessoas do povo dali usavam poucos trajes, o torso sempre nu, umas calças e pernas largas e curtas à moda do Caribe. Por isso, quando a úmida atmosfera as excitava, a carne encontrava poucas amarras. As mulheres seguiam os costumes ancestrais e exibiam seios, naturalmente.

O narrador mostra a angústia que o personagem Fernando carregava, pare ele, tudo era carregado de ódio, frustação e dentes rilhando, mas ficava um questionamento:

> Seria sempre assim? Era o que esperávamos mudar, ou pelo menos sonhávamos. E como tínhamos escapado do círculo de ferro que é o conformismo das províncias? E porque justamente nós, entre tantos filhos da mesma geração? Que tipo de inquietação nos havia contaminado como uma doença que nos distinguia, que nos marcava e nos situava à parte? (SOUZA, 1997, p. 19).

---

[16] A língua Nheengatu, frequentemente escrito Nhengatu, é uma língua indígena da família Tupi-Guarani, sendo então derivada do tronco tupi, e originado do antigo tupinambá amazônico, uma antiga ramificação dialetal tupi da Amazônia, que se estendeu por toda a região a partir do Maranhão (WIKIPÉDIA, 2022).

Diante disso, na visão de Fernando, ao abandonar o limiar da infância, a sua chegada à adolescência se fazia pelo senso da diferença, de saber que não pertencia a um mundo em que a desigualdade se processava não apenas por meio da riqueza, mas, muitas vezes, pela cor da pele, isso nos remete que o preconceito e o racismo sempre estiveram presentes na colonização.

Somado a isso, podemos notar que o romance é narrado por meio da memória, em diversos momentos o narrador e personagem Fernando usa os *flashbacks*, isto é, o narrador busca evidenciar alguns fatos que ocorreram no passado, esse movimento é possível por meio da memória.

Dessa forma, Ricouer (2003) pontua que o primeiro enigma em jogo se relaciona com a própria ideia de representação do passado como memória. Para ele, uma recordação surge ao espírito sob a forma de uma imagem que, espontaneamente, se dá como signo de qualquer coisa diferente, realmente ausente, mas que consideramos como tendo existido no passado. Encontram-se reunidos três traços de forma paradoxal: a presença, a ausência, e a anterioridade. Para o dizer de outra forma, a imagem recordação está presente no espírito como algo que já não está lá, mas esteve.

Assim, no que diz respeito a formação de Fernando como militar e como isso contribui significativamente para o desenrolar da narrativa, ele conta que tudo ocorreu por intermédio de seu pai:

> Meditava assim, pensando no caminho percorrido: eu não havia decidido nada, nenhuma escolha, era uma vítima das afeções do coração, nada mais. Se agora era um militar, isso se dava graças à vontade imperiosa do meu pai. Como revolucionário, tudo se devia a solidão, a minha indecisão entre a compaixão e um desejo contrariado. Até mesmo os meus estudos em Portugal tinham acontecidos assim (SOUZA, 1997, p. 31).

O pai de Fernando havia recebido uma carta do amigo Alexandre Ferreira, assegurando a Fernando uma vaga na carreira militar. O narrador conta que a ideia de ir para a metrópole era sonho de todos os jovens do Pará, decisão que exigia que a família tivesse posses e algum prestígio político na colônia, o pai de Fernando tinha as duas coisas, mais tarde Fernando foi estudar em Portugal.

Ainda em novembro de 1807, Fernando estava em Lisboa, terminando seus estudos de engenheiro militar, quando chega a notícia de que as tropas francesas e espanholas estavam invadindo o país. O narrador nos diz que a capital do reino entrou

em pânico, as igrejas ficaram apinhadas de fiéis, todas as passagens para as colônias ultramarinas se esgotaram e os negócios entraram em crise, podemos observar os conflitos políticos e ideológicos que atingiam muitos países. Fernando não era adepto a ideologias, mas seu benfeitor doutor Alexandre era bem relacionado na corte, e por meio dele que Fernando ficou sabendo que se vivia uma situação muito séria na corte e com riscos a todos.

É oportuno destacar a parte da aliança dos espanhóis com os franceses para tomar Lisboa, observemos:

> Ouves lá, paraense – era assim que o doutor Alexandre se dirigia a mim. - Os cães franceses se reuniram com os canalhas espanhóis no ano passado, na cidade de Fontainebleau, e assinaram um tratado contra Portugal. Querem varrer a nossa monarquia e dividir nosso território (SOUZA, 1997, p. 36).

O narrador conta que para invadir Lisboa havia os franceses, em número aproximado de trinta e quatro mil homens, compondo um exército chamado Gironda, sob o comando do general Junot, avançavam sem resistência pela Beira. Em poucos dias estariam em Lisboa. Por sua vez, os espanhóis, em número de quatorze mil, dividiam-se em duas colunas, uma que entra pelo Norte, sob o comando do general Taranco, e a outra, pelo Algarve, sob ordens do Marquês Del Socorro. É interessante pontuar que Fernando era ingênuo para política, nada sabia, sua vida era de estudos, da casa para o quartel, mas foi construindo uma formação ideológica gradualmente.

Além do que foi dito acima, dias depois de Fernando ir visitar o doutor Alexandre, ainda em Lisboa, quando as tropas francesas já estavam quase na capital, o príncipe regente nomeou um governo composto por Marquês de Abrantes, do tenente-general dos Reais Exércitos, Francisco da Cunha Menezes, e o tenente Castro. Fernando relata que era 26 de novembro de 1807, e que naquela mesma noite, após dar uma audiência de despedida, anunciou sua partida para dia 29, do Tejo, levando a rainha-mãe, toda real família, parte da corte e algumas tropas. O destino era o vice-Reino do Brasil.

Fernando era um perfeito súdito, um completo vassalo da monarquia portuguesa. Ele discorre que ficou estarrecido com a decisão do príncipe regente, pois escolheu o caminho da fuga, contrariando a velha tradição guerreira de Portugal, desde a expulso dos mulçumanos até a Aljubarrota. Outro fato interessante foi que o príncipe regente havia escolhido o Brasil, e não Grão-Pará, uma colônia muito mais progressista e que o receberia com o carinho filial que o vice-Reino do Brasil seria

incapaz de lhe dar. Na perspectiva de Fernando ao contrário dos brasileiros, os portugueses americanos do Grão-Pará demonstraram sempre o mais completo amor filial a Portugal:

> O que vossa graça deseja de mim? Perguntei.
> O marquês aproximou-se e, pondo a mão em meu ombro, e disse:
> - nada mais há a fazer aqui. O melhor é regressar ao Grão -Pará.
> - Mas... tentei protestar, porém ele calo-me com uma forte pressão em meu ombro.
> - Escuta, rapaz. Napoleão está mudando o mundo, queiramos nós ou não. Se disso vai resultar alguma coisa boa para as gentes, não posso afirmar. O certo é que já nada será como antes em Portugal (SOUZA, 1997, p. 44).

Os personagens Marquês e Alexandre discorriam para Fernando que estavam vivendo o fim de uma era, inclusive cita um provérbio local “maldição chinesa”, que segundo Marquês a “maldição chinesa, desejava que o inimigo vivesse em tempos interessantes” (SOUZA, 1997, p. 44). Segundo eles, estavam vivendo esse tempo “interessante”, pois para eles, a rainha estava louca, o príncipe regente tinha uma personalidade tão maleável que mais parecia matéria de olaria que metal para forjar uma política para o reino de Portugal, além dos conflitos ideológicos.

Naquele meio conturbado e de conflito em Lisboa, Fernando começa a se questionar sobre seus ideais de fidelidade à coroa portuguesa. O personagem marquês acaba promovendo Fernando e entregando seu diploma de engenheiro militar, sem solenidade da colação de grau devido aos conflitos políticos em que se encontrava Lisboa. Somado a isso, o marquês e Alexandre queriam mandar Fernando direto para Grão-Pará:

> Espera, ainda não é tudo. Esta nau não seguirá para a Guiné, vai desviar o seu rumo e aportará no Pará. Nela, estamos remetendo armas, tecidos e guarnições, além de cinquenta milicianos, homens muitos experientes em outras empresas coloniais. Tu deverás comandar esses homens, e te apresentarás ao governador, a quem entregarás estes documentos que agora te passo. Precisarás despir-te de teus fardamentos e usarás roupas comuns e agirás como um homem de comércio, rumo as Áfricas (SOUZA, 1997, p. 45).

Para marquês e Alexandre, o lugar de Fernando não era em Portugal, era em Belém, porém, Fernando relutava que seu país era Portugal. Mas nas perspectivas deles, as colônias da América eram grandes e ricas para continuarem colônias. Inclusive que os homens sensatos que simpatizavam com as ideias, já discutiam a independência, além dos ingleses, no fundo Fernando já se questionava. Em suma,

Fernando é mandado para o Grão-Pará persuadido sobre as influências de marquês e seu benfeitor Alexandre. A independência ganha força por meio da resistência. De acordo com Bosi (2002), resistência é um conceito originariamente ético, e não estético. Sendo assim, o seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste à outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia.

Vale destacar que o narrador nos mostra que geograficamente era mais perto chegar de barcos e navios por Grão-Pará do que no Rio de Janeiro, capital do Brasil:

> Chegamos a Belém no dia 28 de dezembro de 1807, quase três meses antes do príncipe regente desembarcar no Rio de Janeiro, o que se deu a 8 de março de 1808, embora tivéssemos partido bem depois, numa prova de que o Grão-Pará estava bem mais próximo da metrópole (SOUZA, 1997, p. 50).

Fernando Simões nos narra que durante muitos anos, jamais existiu nenhum meio de comunicação rápida e regular entre o Grão-Pará e o resto do Brasil. Raras eram as casas comerciais do Pará que mantinham correspondentes nos portos situados além de Pernambuco, e não era incomum notícias políticas do Rio de Janeiro e das Minas Gerais chegarem no Grão-Pará via Grã-Bretanha ou os Estados Unidos em tempo mais curto que se enviadas diretamente, pois as imensas distâncias se juntavam às dificuldades que a navegação veleira apresentava os alísios e as fortes correntes marinhas que se dirigiam para o sotavento do Cabo São Roque.

Na visão do personagem Fernando, os franceses teriam entrado em Portugal com ideias contrárias às tradições da cultura portuguesa. Segundo ele, os franceses eram contra a igreja, contra o cristianismo. Pregavam uma religião laica que, para Fernando, era uma heresia. Em cada cidade que entravam, iam nas igrejas e arrastavam para fora todas as imagens de santos, para destruírem a marretadas, ou, decapitá-las, fuzilavam os sacerdotes, batiam de coronha de fuzil, a maior profanação, chegavam a ser desumanos. Decapitaram todas as imagens e transformaram a igreja em bivaque, o exército francês era uma extraordinária máquina de guerra, perigosa.

Para Fernando, Napoleão Bonaparte queria acabar com o país e com a monarquia. Queria transformar uma Europa francesa e varrer a Inglaterra do mapa. Segundo o personagem Batista Campos, muitas pessoas do Grão-Pará e de Portugal não queriam mais ser colonizados por Portugal, até queriam ser liderados por Bonaparte. Mas, o que muitos admiravam em Bonaparte era que, segundo eles,

Bonaparte levaria ar fresco e luz nova para uma Europa doente e cansada do absolutismo.

De início, Fernando não concordava e não acreditava na independência do Grão-Pará, mas a dúvida plantada por Batista Campos já dava índice de reflexões. Além disso, o narrador discorre que em junho de 1808, o príncipe regente Dom João assinou o decreto declarando guerra à França e o governador do Grão-Pará entendeu ser hora de intensificar os preparativos para revidar a afronta recebida pelos portugueses, tomando Caiena das mãos dos franceses.

Em *Lealdade* (1997)*,* Márcio Souza observa que fica evidente a dúvida também de alguns personagens, inclusive de Fernando Simões, personagem principal, que só muda de ideia na metade da narrativa. Além disso, podemos observar que em *A conjura* (2009), Agualusa nos mostra que havia essa dúvida de muitos personagens que queriam a independência, ter progresso sem a interferência ditatorial do império português, como outros que eram totalmente fiéis às ideologias impostas pela coroa portuguesa, inclusive filhos de Angola.

3.2 AS MARCAS DA VIOLÊNCIA NA GUERRA CIVIL EM *LEALDADE* (1997): GRÃO-PARÁ X CAIENA

De acordo com Fernando, o narrador personagem, a cidade de Caiena era um lugar inexpressivo, sob a perspectiva de bordo da corveta, construções de madeira com tinta descascando e algumas casas melhores sobre uma colina. Era um lugar desgraçado, assolado pelas febres. Havia uma pequena fortificação de três baterias como defesa da faixa de terra escura, meio pantanosa, que era a margem esquerda do rio Mahuri. Na margem direita, mais duas baterias guardavam a plantação e o solar do comissário imperial. Uma fragata e dois bergantins, ostentado a bandeira tricolor dos inimigos (os franceses), postavam em posição de defesa, do outro lado, os soldados de Grão-Pará representado a coroa portuguesa observava o campo de batalha.

O narrador personagem nos diz que a cidade Caiena era defendida por mil dois mil homens, isso incluía Europeus de tropas, pardos livres e um bom número de negros escravos. Era a primeira guerra de Fernando:

> Quando nossas embarcações se aproximaram da linha de fogo, os franceses dispararam seus canhões. Era o meu batismo de fogo, e meu coração pulsou mais rápido e convulso, como se desejasse escapar-me pela boca, quando o ar foi tomado pelos estrondos e assobios dos petardos que nos atingiam (SOUZA, 1997, p.75).

Na perspectiva de Fernando, eram momentos como esses que a sua geração possuía e que nenhuma outra teria. Por muitos anos ficaria na memória, para recordar, ou partilhar com os menos afortunados que não participaram da guerra. Isso deixara os interlocutores atônitos, mas nunca o fato de estarem presentes na guerra, cheirar o acre odor de pólvora e a tossir em meio à fumaça negra dos incêndios, se repetirá.

Ressalvamos ainda que muitas estratégias foram tomadas por ambos os lados, tanto pelos franceses quanto pelos grão-paraenses os canhões de fogos e armas eram disparados por ambos. Fernando discorre que quase em simultâneo, abriram fogos com seus canhões, atingindo-os e fazendo algumas vítimas entre os marinheiros da tropa de Fernando. Os franceses estavam em melhor posição e os açoitavam com tiros cada vez mais certeiros, reduzindo a escombro fumegante suas tropas. Quando estavam sendo perseguidos, chegou novos apoios:

> Quando já estávamos começando a nos preocupar, o brigue Vingança veio em nosso socorro, atirando com grande precisão e intensidade, primeiro contra uma das fragatas, avariando-a seriamente e cessando coma nossa perseguição. Enquanto a outra fragata francesa mudava de tática, buscando refúgio no labirinto das LLes du Salut, o capitão James fez a corveta girar e, com todas as armas de bombordo apontadas para as duas embarcações inimigas, deu início a nossa reação (SOUZA, 1997, p. 75-76).

Assim, Fernando observa que uma saraivada de canhões praticamente explodiu a fragata avariada, que imediatamente afundou. Homens pulavam na água enquanto outros pereciam nas inúmeras explosões provocadas pelos incêndios nos paióis de munição. Somado a isso, uma segunda bateria de fogo, com o brigue, arrasou a outra fragata inimiga, destruindo suas únicas embarcações de guerra.

O narrador pontua que a refrega durou o dia inteiro, mas não conseguiram abrir uma passagem segura para fazer o desembarque. Quando chegou à noite, cessaram fogo e se afastaram da cidadela. Depois de um dia conturbado, era como se estivessem todos surdos, pelo fato do conflito de armas, fuzis e barulho, o silêncio incomodava, porém, todo ruído doía. A tropa de Fernando descansava fora do alcance das tropas francesas. Na cidade de Caiena, podia-se observar o progresso de vários

incêndios a alumiar a linha negra da margem e água verdosa que engolia os últimos restos das fragatas.

Dessa maneira, no dia seguinte à guerra começou sob chuva, o comandante James havia traçado uma nova tática e, ainda na madrugada, deu ordens para que os brigues e a corveta se posicionassem na enseada principal e disparassem canhões, assim que rompesse a aurora. O narrador nos diz que por volta das três da manhã, cerca de cento e cinquenta homens pisaram terra firme e começaram uma difícil e perigosa marcha pelo meio da selva, algumas vezes em terreno alagado, com o intuito de surpreender os franceses pela retaguarda. Em meio à guerra, tudo é incerto, não há como saber quem vai ganhar. Mas os perigos são constantes. Uma vez que a história não conta sobre esses efeitos da guerra, a literatura por sua vez materializa:

> As balas riscavam o espaço e levantavam cavacos ao atingir o madeirante da nossa embarcação. Um artilheiro caiu morto ao meu lado, a garganta atravessada por uma bala. Mais adiante, na proa, um dos nossos oficiais agonizava, o corpo estirado numa poça de sangue. Não é uma sensação exatamente heroica o que sentimos nessas circunstâncias de combate, especialmente quando vemos a face de apavorante da morte a nos olhar com insistência (SOUZA, 1997, p. 81).

No tocante, é pertinente exaltar essa parte da guerra em que o narrador pontua ser um dos momentos mais fortes do romance, sob a perspectiva de Fernando. Outrossim, Fernando observa que uma bala de canhão atingiu o segundo mastro de sua corveta, arrancando-o pela metade e fazendo voar estilhaços de madeira fumegante e resto de lona em chamas. Na citação abaixo podemos observar o desgaste e a tristeza da guerra:

> O cheiro de fritura era nauseante e o fogo ia rapidamente se espalhando, já que não havia como combatê-lo com eficiência, poisos franceses não davam trégua. De onde eu estava, podia ver as labaredas consumindo um dos artilheiros. Meu corpo estava coberto de cinza, e minha cabeça arranhada pelos estilhaços da explosão, pois meu tricórnio voara na pressa em escapar dos primeiros tiros (SOUZA, 1997, p. 81).

A situação da tropa de Fernando era adversa, os tiros da corveta aos poucos foram destruindo a velha fortaleza de Caiena, provavelmente construída no século anterior como proteção contra os selvagens. As balas deles abriam buracos na amurada, e uma parte das ameias mais altas estavam ruindo, em chamas, expondo a parte interna, onde se via um canhão arruinado e seus artilheiros mortos.

Essa era a imagem e as consequências da guerra materializada na literatura, assim observa o narrador. Aos poucos os soldados franceses foram ficando fracos, exaustos, sem capacidade de resistir. Finalmente a tropa de Grão-Pará avança sobre à terra de Caiena, pouco tempo depois a fortaleza pertencia aos soldados grão-paraenses, com vinte e cinco prisioneiros, e estenderam a bandeira de Portugal para invasão e dominação.

Segundo o narrador, Caiena rendeu-se no dia 12 de fevereiro de 1809, quando o comissário do imperador da França, comandante Victor Hugues, firmou termo de capitulação perante o tenente-coronel Manuel Marques, chefe da expedição. Segundo ele, não era a primeira batalha do comandante deles, o que mostrava a experiência de sucesso na guerra, havia lutado contra os espanhóis em 1801.

Aqui observamos que o povo de Caiena havia sido dominado pelos grãos-paraenses que representava a força de colonização de Portugal, o narrador personagem assevera que quando “ocuparam” totalmente a cidade, algumas pessoas enlouquecidas perambulavam pelas ruas, os corpos marcados por crostas de feridas, as bocas abertas sem emitir nenhum som, assim, observamos o efeito catastrófico da guerra, sobretudo, de colonização, era mais uma cidade refém do absolutismo. Observemos: “Mas o aguaceiro não cessava, e Caiena era agora um imenso pântano, onde nada estava livre do poder das águas, porque a chuva, não nós, era verdadeira vitoriosa, fazendo transbordar todos os sentimentos numa única correnteza de desgostos” (SOUZA, 1997, p. 84).

3.3 CAIENA, UM LUGAR PARA O NARRADOR PERSONAGEM DE REFLEXÃO

O narrador expõe que foi preciso que sua vida perdesse o rumo e o empurrasse até Caiena para refazer, na memória, fatos tão tristes e tão extraordinários, a melancolia de reviver uma tragédia que ficará para sempre em sua lembrança como uma ruína carbonizada. Ele comenta que o rumor surdo dos canhões distantes disparando línguas de fogo e fumaça sobre populações inocentes, os petardos explodindo nos casarios cinzentos. Era fumaça escura, chamas dos incêndios, corpos estraçalhados. O Grão-Pará se devorava ali, no suor curtindo dos soldados, nos

berros dos cozinheiros e bater os pratos de metal anunciando as refeições na ensombrecida rotina das patrulhas encharcadas pelas chuvas.

Fernando nos diz que estava irritado com aquela situação em que se encontrava, pois, estava sujo, as calças do uniforme totalmente enlameadas e suas botas gastas, além disso, havia uma informação que o governo não tinha muitos recursos para manter a ocupação, cortara as verbas e restringira as despesas, entre as quais seus soldos (dinheiro) que já andava com quase três meses de atraso. Ele discorre que estava muito irritado, mas não infeliz:

> Mas estava irritado, isto era um fato. A cidade não tinha maiores atrativos, nunca os teve, era um porto colonial desprovido de personalidade, como uma planta transplantada que nunca se adaptará, pobre monte de escombros abandonados aos caprichos do sol tropical. Desde que ali pusemos os nossos pés, minhas expectativas heróicas foram cruelmente reduzidas ao chato e inútil trabalho de manter uma cidade inimiga ocupada. E, de todas as tarefas da guerra, a menos heróica é a ocupação. Há três meses estávamos ali, e ainda nada nos era familiar ou amigável, só havia hostilidade e desconfiança, aspereza e sabotagem (SOUZA, 1997, p. 86).

Além disso, o narrador nos conta que em Caiena faltava comida, atendimento médico, faltava tudo. Com o distanciamento que a tudo consolava, Caiena poderia ter sido o seu fim. Mas Fernando não via isso, limitava-se a passar os dias, contrariado com tudo, irritado, berrando com os subalternos, com os colonos franceses, e com os pretos e os tapuias, especialmente com estes últimos.

Fernando Simões assevera como eram as pessoas de Caiena, era uma gente que falava alto, vestia-se de calças largas e camisas de algodão com listras grossas na horizontal, numa prova de que eram republicanos. As mulheres eram geralmente índias e negras, especialmente negras, obesas, os pescoços roliços repletos de cordões de ouro.

Com o passar do tempo em Caiena, o narrador expõe as suas aventuras durante sua estadia, uma delas e importante, é que em Caiena ele descobre livros que em Belém o conduziriam ao cadafalso, assim, Fernando nos diz que leu poucos livros e aprendeu numa sala de biblioteca, descobriu que vários patriotas haviam sido mandados ao cadafalso[17].

---

[17] Um cadafalso em arquitetura militar, é uma estrutura provisória de madeira, construída nas torres e muralhas dos castelos medievais, em momentos de assédio inimigo, sobre vigas de suporte, formando um balcão ou varandim saliente, coberto e protegido, que podia ser desmontado em tempo de paz. Podiam ser providos de aberturas no chão entre as vigas, através dos quais se podia

> O que foi que me contaminou em Caiena? A imagem que sempre regressa é a do estuário lamacento do rio e seus barcos soçobrados, o fumo das fogueiras e uma dor que era na verdade uma inquietação. Mas havia algo mais: um novo espirito. Sentava-me durante horas, todas as tardes, e lia. Durante muito tempo aqueles livros e desmontariam as minhas certezas ingênuas com o espanto de criptogramas decifrados. Entrara na cidade com arrogância do conquistador e a deixaria tomado por uma insanidade incurável. Perderia minha timidez e passaria a professar uma delicada paixão, um furor que no princípio muito divertiu o cônego Batista Campos, porque não se parecia nada comigo (SOUZA, 1997, p. 103).

É adequado destacar que Fernando havia lido Voltaire, Diderot, Rousseau, alguns planetários da Revolução de 1973. O sol da justiça, da liberdade, da igualdade e da fraternidade. As sendas do amanhecer sob a úmida esperança demudar o Grão-Pará, o verdadeiro Grão-Pará que não podia ser visto dos salões das mansões ou das sacristias. Assim, ele aprendeu que tudo o que diziam daquela filosofia da liberdade, todas as iniquidades, os horrores, as portas do inferno, era verdade. Podemos apontar que as leituras como libertação da mente, o conhecimento traz a indignação. O narrador pontua que a filosofia era um vazio, um nada, um vapor que se colava na pele dele, um vento gelado que penetrava suas narinas. Depois dessa leitura em que aflora seu conhecimento, chegara a reconhecer que os velhos inimigos eram, na verdade os que golpeavam as tiranias a garantir o triunfo, do direito, da justiça e planejadores da liberdade.

Além disso, Fernando assevera que foi como fazer uma lenta caminhada ao crepúsculo e repassar todas as afeiçoes, porque Caiena os contaminavam com a capacidade de espantá-los, e o novo espírito era como um espelho em que cada um se refletia, porém, a glória era de todos. O novo espírito os obrigava a encarar a frouxidão da sociedade dele, a decadência precoce e a monstruosidade das desigualdades. E os fazia desfilar as realidades do seu tempo, isto é, a Bastilha demolida pedra a pedra pelo povo enraivecido, o silêncio do rei Luís XVI e todos os atos daqueles que Mirabeau tão bem chamava de rebotalhos do desprezo público, os vampiros do Antigo Regime. Tantas semelhanças entre Caiena, Paris e Belém. Enfim, era possível olhar o pequeno mundo a partir de uma ampla perspectiva. Como podemos observar:

---

observar os atacantes que se encontravam na base da muralha defensiva, e lançar diversos materiais, como pedras ou setas. (WIKIPÉDIA, 2020)

> O bárbaro absolutismo português não admitia a nossa existência plena, negava-nos como homens, afirmava que devíamos no entregar sem reservas, dar nosso futuro, os nossos filhos ainda por nascer. Trabalha, trabalha colono, nos diziam, outro aproveitará e não esperes jamais. Caiena me inoculou a esperança, me fez beber na amarga fonte da descoberta e com isso esperar. Esperar e viver. Vislumbrar o primeiro dia... (SOUZA, 1997, p. 104).

O narrador nos diz que sua temporada em Caiena se encerrou abruptamente no dia 28 de outubro de 1810, ao receber ordens de escoltar os prisioneiros restantes até Belém. Fernando assinala que ao deixar a cidade, ele não poderia esquecer que a primeira ordem que havia recebido era de tomar e destruir Caiena, queimar a cidade, matar todos os habitantes, acabar com a presença francesa na América do Sul. Segundo ele, felizmente mais tarde, as autoridades mudaram de ideia e decidiram-se pela ocupação da cidade. Aqui podemos observar o preço do autoritarismo e ele passa a refletir sobre. Sobretudo que Grão-Pará não era muito diferente de Caiena.

3.4 A LUTA DE RESISTÊNCIA EM *LEALDADE* (1997): A INQUIETAÇÃO DE UM POVO

O narrador personagem nos mostra à personagem Simone, mulher que havia se encantado por ele ainda em Caiena e ambos viveram um romance até o final dessa narrativa, pois o mesmo a trouxe para morar com ele em Grão-Pará. Quando pontuamos que o narrador da voz à personagem Simone, pontuamos que ela usa a memória e a história para se embasar das maldades que a coroa portuguesa usou contra vários povos:

> Vai haver algum auto-de-fé? - ela perguntou com sarcasmo. A visão que tinha do mundo português era esquemática, limitada e sem fundamento. Para Simone nós éramos atrasados e bárbaros, a começar pelo fato de sermos católicos. Ela acreditava que o Santo Oficio era muito ativo por aqui e quase todos os dias assistíamos às procissões de condenados á morte na fogueira (SOUZA, 1997, p. 109).

A Personagem Simone pontua que os portugueses queimaram os hereges (quem tinha pensamentos contrários ao governo) nas fogueiras. Fernando lembra que os franceses mandaram milhares de pessoas para o cadafalso, porém Simone expõe que eram aristocratas, exploradores do povo, mas que foram mortos por motivos políticos.

Em relação aos inícios das manifestações de revoltas, indignações do povo grão-paraenses, o narrador personagem pontua que dá início em um tumulto nas ruas do centro da cidade, por um grupo de jovens exaltados, após arregimentar alguns negros e índios embriagados de retórica libertária e aguardente, desfilou pelas ruas do centro e foi se concentrar no Largo da Sé, para fazer a propaganda da independência do Grão-Pará, o dia era 5 de abril de 1817.

Segundo o narrador, a manifestação foi imediatamente dissolvida a golpes de sabres pelos soldados da guarda do palácio, alguns caixeiros foram presos, porém, a massa de negros e tapuias não se deu por satisfeita e foi se reunir em pequenos grupos nas imediações do largo, onde começou a batucar e a dançar. A igreja como centro de “mediação”, representado por um padre foi de encontro do grupo pedindo calma e fossem em paz, mas a massa não lhe dera ouvidos.

Assim, Federico Lorenz (2012) em seu artigo *Resistências* nos traz reflexões e questionamentos pertinentes no que diz respeito à literatura e a resistência. Segundo o estudioso, “Resistir”, desde a etimologia, remete às virtudes militares. Uma de suas acepções é “manter-se firme”. Essa definição pertinente e está presente no romance estudado, em *Lealdade* (1997) de Márcio Souza, nos mostra que um povo que resiste e mantém a indignação da colonização da coroa portuguesa.

Dessa forma, Lorenz (2012) pontua que a forma de resistência com a qual nos identificamos, então, remete à luta e ao esforço coletivo. Imagine um fio profundo construído no decorrer dos séculos e em diversos continentes, e se pergunte pelas formas de resistência reconhecendo a sua antiguidade, mas lutando contra as essencializações que são muitas vezes paralisantes. Posições e bastiões defendidos até a última gota do sangue, a vida entregue em nome dos que fogem; as relações com lutas emancipatórias são praticamente óbvias. No entanto, é importante assinalar que as representações da resistência não se esgotam nos enfrentamentos armados ou na guerra. Vale destacar a canção que o grupo cantava, vejamos:

> Portugueses e caiados
> Todos devem se acabar
> Porque só pretos e pardos
> O país hão de habitar.
> (SOUZA, 1997, p. 121)

No canto podemos perceber a inquietação e o ódio que o povo verdadeiro de Grão-Pará estava sentido pelos colonizadores, enquanto os colonizadores riam

(falsos na visão dos moradores de Grão-Pará). Isso acaba gerando uma indignação de um povo cansado e não querer mais tal modo de vida:

> Os negros e tapuias agora dançavam freneticamente, alguns arrancavam a roupa do corpo e ficavam nus, como se estivessem possuídos por espíritos malignos. Em dado momento, passaram a apedrejar as carruagens e os transeuntes brancos, ao mesmo tempo que se desentendiam entre si. O sargento Botelho mandou seus homens formarem uma linha e foi avançado contra os grupos que se concentravam no fundo do largo, ordenando que calassem as baionetas (SOUZA, 1997, p. 121).

Os populares, já completamente tomados pela fúria e pela frustração de séculos, mostraram que não estavam intimidados. Fernando nos diz que um deles, um jovem tapuia de corpo entroncado e rosto marcado por bexigas, apanhou uma lenha e num gesto certeiro atingiu o sargento Botelho na testa, fazendo-o desabar numa poça de sangue. Os soldados muito nervosos, vendo seu oficial no chão, dispararam fogo. O resultado foi de oito mortos e vinte feriados.

Cabe destacar que nesse mesmo tempo, há cerca de 1 mês houve uma revolta no Nordeste e elegeu-se o primeiro governo inteiramente brasileiro, que obteve o poder de três províncias. Fernando nos diz que militares pernambucanos insurgiram na fortaleza das Cinco Pontas, mataram o brigadeiro português Barbosa de Castro e o tenente-coronel Alexandre Tomás. O governador Caetano Pinto tratou de se refugiar na fortaleza do Brum, mas logo capturou sem oferecer resistência. Nos dias que se seguiram, foi constituído, um governo provisório e um concelho de Estado com a participação dos mais importantes intelectuais da cidade, vale destacar que o sistema de governo escolhido por eles foi o republicano. Fernando estava estarrecido, confuso e ainda em conflito com os ideais revolucionários: “Quer dizer que neste momento há uma república que fala português- eu disse, incrédulo. Mas não durará muito e será esmagada. O príncipe regente não vai tolerar...” (SOUZA, 1997, p.122).

É de suma importância assinalar que nesse momento em que se passava Grão-Pará, outras províncias estavam no mesmo conflito da luta por independência. Afirmava Batista Campos que depois dessa revolução que ocorreu no Brasil, nada mais seria o mesmo depois desses acontecimentos do Recife.

> E não apenas no Recife, mas também na Paraíba, que até já baixou decreto regulamentando a cunhagem da nova moeda. Segundo o meu amigo Cabugá, que que está velejando para os Estados Unidos, para onde segue como emissário oficial do movimento para pedir ajuda aos ingleses

> americanos, as capitanias do Rio Grande do Norte e Ceará estão prestes a aderir, formando o novo país (SOUZA, 1997, p. 122).

O narrador pontua que o entusiasmo e a esperança eram bons, porém, não durou muito. No mês seguinte souberam que o porto de Recife havia sido bloqueado. Isolados e sem recursos, os insurgentes abandonaram a cidade na madrugada do dia 19 de maio. A devassa decretada pelo príncipe foi violenta, notamos aqui que a história não conta esses detalhes nas escolas, tampouco nos livros. Foram muitos fuzilamentos e enforcamentos, um verdadeiro massacre. Num exemplo de rigidez absolutista, os executados tiveram as mãos cortadas, as cabeças decepadas, sendo esses restos expostos respectivamente em igrejas e cadeias para depois serem arrastados até o cemitério, atados as caudas dos cavalos, uma verdadeira barbárie e desumanidade.

Convém salientar que no meio desse conflito, um fato histórico que ocorreu no mês de junho de 1815, uma escuna inglesa que vinha da África aportou com vários casos de cólera. As autoridades sanitárias mantiveram o barco de quarentena, mas, por algum motivo misterioso, a doença apareceu entre os viventes da beira do Guamá. Em poucos dias dezenas de pessoas começaram a morrer, discorre o narrador:

> O governador deu ordens para que os militares isolassem as áreas contaminadas e organizassem patrulhas para circular em busca de novos focos, bem como para que evitassem saques as casas que começavam a ser abandonadas pelos que fugiam com medo da contaminação. Os poucos médicos da cidade foram convocados, mas a verdade é que não havia muito o que fazer (SOUZA, 1997, p. 139).

Em pouco tempo o córrego do Guamá ganhou uma coloração castanho-escuro e um cheiro pútrido de tantas evacuações. As pessoas morriam rapidamente e eram encontradas em todos os lugares, espalhadas pelos cômodos das casas, escondidas em locais absurdos como forno e poço, um verdadeiro momento de caos. As vítimas da epidemia estavam sendo sepultadas numa vala comum, aberta para além do alagadiço do Piri. Podemos observar que a diferença de classes estava inserida há muito tempo, inclusive depois da morte, o narrador pontua que os ricos e poderosos continuaram a usar as igrejas, e só os escravos e indigentes iam para o cemitério. Por fim, assim como veio, a epidemia de cólera sumiu um mês depois do surto começar, passou com rapidez, porém levou uma boa centena de vítimas, a maioria pobres. Aqui,

Fernando observa sobre a política de governo e o sumiço de pessoas que pensavam ou eram contrárias aos ideais ao governo:

> O homem se enforcou- disse o carcereiro. -Tirou as próprias calças e, depois de enrolar uma perna no próprio pescoço, passou a outra perna numa das barras de ferro da janela. Eu estava em estado de choque. O senhor conhecia ele? – quis saber o carcereiro. – era conhecido nosso, parecia ser um homem muito bom, sempre nos dava um agrado, uns vinténs. Nunca pensei que fosse um revolucionário, um maçom... Nem tinha cara dessas coisas ... (SOUZA, 1997, p. 152).

O narrador pontua sobre a vasta biblioteca e os arquivos do rapaz advogado que precisou recolher, encaixotar e deixar tudo no palácio do governo. É oportuno destacar que ele ficou curioso sobre a morte do rapaz, o que o leva a pedir ajuda de seu amigo Bernardo que conhecia um médico e pediu para analisar o corpo do rapaz. O médico, por sua vez, chegou à conclusão que o rapaz advogado não havia morrido por enforcamento, mas sim por dois profundos golpes que perfuraram os pulmões, o rapaz advogado era conhecido dele, havia sido assassinado brutalmente, isso o deixa furioso e reflexivo.

Aqui, o narrador discorre que quando esteve em exílio no interior, passara meses longe da capital, logo já havia mudado de aparência, inclusive que quando soldados do governo passava por ali caçando fugitivos, não o reconheceram, os soldados estavam atrás de revolucionários, provavelmente:

> (...) Por isso os militares me olhavam com desprezo.
> - É daqui mesmo? – quis saber o alferes.
> - Não, senhor- respondo. - sou de Lisboa.
> - De onde? – ele insistiu.
> - Do Bairro Alto.
> Ele não parecia satisfeito, estava indeciso, hesitava. Talvez não trouxesse ordens especificas para deter meros suspeitos.
> - O senhor tem visto movimentação?
> - Gente armada. Bandidos!
> - Não, por aqui não, senhor.
> - Olha que são perigosos. Assassinos...
> - Sim, senhor (SOUZA, 1997, p. 156).

Além disso, o narrador conta do início da revolução que começa em Portugal, notícias trazidas pelo seu amigo Felipe que voltava de Portugal. Narra que os militares se rebelaram no Porto e que queriam uma nova constituição para o reino, e assegurasse os direitos naturais do homem e do cidadão. Revolucionaram por liberdade e igualdade perante a lei, além de lutarem por uma soberania nacional e um

governo representativo. Os amigos dele já estavam tramando uma revolução. Eles queriam que Fernando procurassem os comandantes militares para conseguirem uma possível aliança e formar uma resistência, o grupo de amigos buscavam fortificar o movimento. Por fim, o mesmo convence o coronel Barata para aliar-se a eles no movimento.

Em 1º de janeiro de 1821, Fernando salienta sobre a divisão dos militares, um lado queria continuar aos domínios de Portugal: “Viva El-Rei! Viva a igreja católica! Vivam as cortes. O coronel Vilaça, imbuído do significado do momento, levantou seu próprio sabre e correspondeu aos nossos brados, dando vivas acaloradas.” (SOUZA, 1997, p.166). Ele assevera que a população estava eufórica pelo lado de fora, no palácio estavam os membros da Câmara Municipal, os governadores provisórios e os representantes da igreja. Segundo Fernando, foi a vez do coronel Barata fazer as pessoas ouvirem:

> Em nome do povo do Pará, proclamo a constituição portuguesa e convoco eleição para uma junta constitucional. Estava deposto o governo interino, sem que tivesse dado um tiro. Ao sairmos, fomos aplaudidos mais uma vez pela multidão. Passamos em revista as tropas, que fizeram as continências de estilo ao novo governo, e Belém foi tomada por uma imensa euforia (SOUZA, 1997, p. 166).

Vale destacar que o narrador nos diz que as pessoas comemoravam o novo sistema de governo, que mais tarde falhou. De um lado o povo tomava aguardente e comia frituras de miúdos. Os batuques tomavam de conta de quase todas as esquinas, onde grupos de negros e tapuias (indígenas) confraternizavam. Somado a isso, ele assevera que no dia 31 de março de 1821, foram enviados a Lisboa, Patroni e Bernardo na qualidade de comissários do Grão-Pará. Contudo, a decepção veio logo em seguida, pois os portugueses estavam apavorados com os avanços das colônias portuguesas na América, queriam a volta imediata do rei e dar início a uma recolonização. O grupo de amigos Batista Campos e Fernando, ficaram tristes, mas, para Batista Campos, só havia uma saída, a independência.

Para mais, no subtópico abaixo pontuaremos o desencadeamento das revoltas dos grãos-paraenses (movimentos a favor da independência) versos os portugueses (totalmente contra a independência). Festividades, eleições, golpes e traições são alguns dos acontecimentos que ocorrem na narrativa abaixo.

3.5 COLONIZADOR X COLONIZADO

O narrador expõe sobre um jornal que foi criado com o intuito de informar o povo e de fazer críticas ao sistema de governo, “a tipografia estava localizada no andar térreo de um prédio, na esquina da Travessa da Piedade com a Rua das flores” (SOUZA, 1997, p.170), uma ideia que o grupo trouxe de Lisboa para implantar em Grão-Pará. O personagem Batista Campos assume a responsabilidade do jornal, após prisão e deportação do personagem Felipe, que fazia parte do grupo de Fernando. O nome do jornal chamava-se *Paraense*, era um jornal de quatro páginas, inteiramente dedicado a política. O narrador pontua que um jornal em Belém era “coisa de se espantar”, além de um jornal político de oposição era uma aventura quixotesca, ele conta que o tempo de duração do jornal se deu enquanto a perplexidade das autoridades impediu que liquidassem a audácia.

Segundo Fernando, o governador daquele momento ordenou a um dos sócios para que retirasse o seu capital, buscando prejudicar, no entanto, o outro sócio era muito inteligente e procedeu à divisão dos tipos de uma forma tão hábil que o jornal continuou circulando sem problemas pela cidade. Não bastando isso, o governador persuadiu o tipógrafo com 10 (dez) contos ou a deportação, ele aceitou o dinheiro. Mas, ainda assim, o personagem Patroni que era um dos principais à frente do jornal, continuou produzindo, o que foi uma afronta ao governador, que ao ver o novo jornal, não ficou nada contente. Aqui, podemos observar a censura e a perseguição, caso alguém fosse contra aos ideais do governo: “Quero amanhã à noite, um grupo de vinte soldados, à paisana, armados de barra de ferro. Eu mesmo vou tratar do assunto” (SOUZA, 1997, p. 171).

O narrador nos diz que por sorte, um “lacaio” que devia favores escutou a conversa no palácio e contou a Batista Campos, um dos fundadores dos revolucionários. Ele conta que por volta da meia-noite, quando as ruas já estavam desertas e quase toda a cidade dormia, a expedição montada pelo próprio governador deixava o palácio em direção à tipografia. O brigadeiro José Maria ia à frente, desarmado, liderando seus homens. Ele relata que ao chegar próximo à topografia o governador e seus homens tiveram uma surpresa, pois a rua estava cheia, parecia alguma festividade nas redondezas, a expedição do governador andava com cautela.

Com isso, nada pode fazer, pois, só havia festividade ali, mas, não se contentando com isso, frustrado, ordenou que prendesse Patroni.

Pontuamos ainda que a situação foi ficando cada vez mais insustentável. No mês de setembro de 1822, chegou através do Maranhão a notícia de que o príncipe Pedro de Bragança, recusando-se a acatar ordens para regressar a Portugal, havia proclamado a Independência do Brasil. Iniciava ali, uma guerra civil. Com o Brasil independente, era chegada a hora de assegurar o mesmo destino para o Grão-Pará. Batista Campos conseguira uma cópia do manifesto em que o já então imperador Pedro I exportava os brasileiros a se unirem em torno da independência, e publica-o na íntegra no jornal *Paraense*. Lembrara-se que não foi sem emoção que havia lido e relido o exemplar do jornal. Se faz necessário destacar que as pressões mútuas eram nítidas, mas o governador do Grão-Pará se adiantou e começou a prender a oposição:

> Quase 20 dias depois da independência do Brasil, o governador José Maria, pressionado pelos partidários de Portugal e alguns militares, como o coronel Vilaça, ordenou uma série de prisões, mandando recolher os presos ao forte da barra, por ironia, eu estava entre os presos, que incluíam o cônego Batista Campos, Bernardo e mais outros partidários da causa da independência (SOUZA, 1997, p. 173).

Dessa maneira, Fernando afirma que antes de ser jogado no mesmo cárcere em que estivera o frei Zagalo, onde havia ficado com Batista Campos, foi humilhado, foi destituído do posto, arrancaram as insígnias, vingança final de Vilaça por uma briga de vinte anos atrás. Ele conta que ficaram ali durante duas semanas, a pão e água. Foram liberados sem explicação alguma, no final de outubro. O concelho de justiça criminal não havia encontrado provas que os incriminassem. Ele nos conta que dias após ser liberados, estavam no jornal, encerraram o trabalho e saíram para tomar e comer algo, quando foram surpreendidos por três homens que cercaram Fernando e Batista Campos, os homens estavam armados de porretes. Batista Campos foi atingido na cabeça e caiu, machucando-se. Fernando conseguiu agarrar um dos homens, do qual tomou o porrete. Porém, já haviam cumprido a missão que era ferir/ intimidar Batista Campos, maior influenciador ideológico da luta pela independência.

Conforme o narrador, em 1823, ocorreu as eleições para a câmara Municipal. Houve uma campanha difícil, limitada (perseguição) em todos os sentidos pelos portugueses. É pertinente relatar que o povo de Belém sabia o que queria, tanto é que nenhum português se elegeu, era uma manifestação clara de preferência do povo pela

Independência do Grão-Pará. Fernando acaba se elegendo vereador, Batista Campos fora consagrado nas urnas. No entanto, a vitória, a alegria e esperança duraram pouco. No começo de março, o coronel Vilaça liderou um golpe militar para preservar a situação. Mandou prender e deportar todos os membros da câmara, restaurando o antigo governo. Fernando e Batista Campos fogem da capital para o interior, onde se hospedam na casa de lavradores. Eles não esperavam o golpe tão rápido:

> Tenho informações seguras de que eles estão organizando um corpo de cavalaria e uma companhia de artilharia, tudo financiado com dinheiro dos comerciantes portugueses. Eles estão confiando muito nas tropas regulares – disse o cônego. É, há muito descontentamento... quase todos os oficias são da terra (SOUZA, 1997, p. 174).

Diante disso, ele assevera que a estratégia era de que sem a ajuda dos brasileiros, não chegariam a lugar nenhum. O Grão-Pará e Rio Negro era o maior território do Brasil, e esta era limitação deles. Não tinham como controlar o território e não tinham atividades econômicas capazes de nos sustentar como nação. O sonho da oposição era que continuasse colônia para sempre. Estavam num momento de muita tensão, o narrador dá voz ao personagem Batista Campos:

> Estamos na seguinte encruzilhada da história: ruim com os brasileiros, pior sem eles. Se continuarmos portugueses, sofreremos um retrocesso. A administração do ultramar nunca mais será como antes, nunca mais Portugal terá um Pombal, mandando o próprio irmão governar para cá nos governar. Os portugueses ficaram ressentidos e revanchistas, com as consequências da presença de Dom João VI no Brasil (SOUZA, 1997, p. 176).

Assim, de acordo com o narrador, eles seriam tratados da mesma forma como os holandeses, ou os ingleses, tratavam as colônias deles. Não havia muitas alternativas, ou melhor, nenhuma alternativa, o que precisavam era prestar atenção ao fato de que estariam aderindo a uma monarquia, não, a uma república, como seria melhor. Para o personagem Batista Campos, iriam se juntar a um país que tinha uma economia totalmente diferente do povo de Grão-Pará, em muitos aspectos, segundo ele, atrasada. As duas economias eram boas para os ricos e péssimas para os pobres, pontua Batista Campos, e seus efeitos eram:

> É, mas aqui exageram. A questão é que nossa economia tem uma maior participação de gente livre. Os escravos aqui são minoria, não pensam na produção de bens. Já na economia do Brasil, a escravatura é básica, sem escravo não funciona. Por isso, a nossa cultura, nosso modo de ser aqui no Grão-Pará, é mais avançada que a do Brasil. A maioria do povo nem entrou

> na cadeia produtiva, trabalha só para o próprio sustento. E nós sabemos que nem precisa se esforçar muito. No Brasil, meu caro, não há massa de gente sem ser escravo, e todo mundo trabalha para algum fazendeiro, ou empresário, o que seja... e tem mais, lá no Brasil o sistema é de grandes propriedades agrícolas, grandes senhores de terra, gente poderosa que manda mais que o rei em suas terras (SOUZA, 1997, p. 177).

O personagem Batista Campos discorre que no Brasil a indústria é pequena, diziam que não era a vocação do país. A agricultura de Grão-Pará era de pequenos proprietários, donos que iam cuidar da terra com os empregados. A indústria era razoável no Rio Negro. Pois, das colônias portuguesas na América, somente o Grão-Pará exportava produtos industrializados, especialmente artefatos da borracha. Para o personagem Batista Campos, era obrigação deles ocupar espaços políticos e resistir.

Somado a isso, Fernando disserta sobre quando chegou uma esquadra imperial do Brasil no porto de Grão-Pará, sob o comando de lorde Cochrane, o qual trazia a notícia que o imperador do Brasil apoiava o partido que havia se formado defendendo a independência, caso o governo regente não aceitasse, o porto de Grão-Pará ficaria bloqueado. Conforme ele, essa surpresa deixou os portugueses enfurecidos e trouxe uma leve esperança aos grão-paraenses, Fernando e Batista Campos que estavam há três meses no interior escondidos, foram a capital para uma assembleia, que deixou o povo mais uma vez divididos em aceitar o apoio do império do Brasil para dar início a independência ou continuar como colônia de Portugal:

> Viva El-rei! gritavam os portugueses.
> Viva o imperador! gritavam os outros.
> Viva o Grão-Pará livre! gritávamos nós (SOUZA, 1997, p. 184).

Para a oposição contra a independência e ao império do Brasil, ele nos conta que o regente Vilaça estava nervoso e pedia para que o povo não fosse cego, pois uma mudança no sistema governativo poderia comprometer a terra e as autoridades que a regiam. De fato, o regente Vilaça estava certo, não confiava no suposto representante do império do Brasil. Houve uma votação, a decisão e o império do Brasil ganharam. Assim, Fernando volta a ser militar e assumir o posto de coronel do exército agora imperial. Recebeu as armas do coronel Vilaça e regente e conduziu os prisioneiros ao forte da Barra (local da cadeia):

> Naquela tarde de 11 de agosto, reassumi o comando do forte da Barra. Mandei encarcerar o coronel Vilaça e seus oficiais em celas separadas, na

> parte inferior das masmorras. Era um lugar frio, que fedia mofo. Achei que era desconfortável o suficiente para abrigar os representantes do absolutismo (SOUZA, 1997, p. 186).

Conforme ele, toda revolução é como o desejo humano, não se submete com facilidade, expõe que como militar, sempre tivera a revolução como uma quebra de lógica política, um vácuo no qual as leis militares clássicas não funcionassem. O mesmo pontua que foi assim que, naquele mês de setembro de 1823, percebeu que estava vivendo um desses vácuos.

Ademais, nesse desfeche da narrativa, o narrador personagem nos diz sobre os momentos de conflitos finais do romance. Ele aponta que nos últimos dias parte do povo queria punição mais eficazes para os defensores do antigo regime. O narrador diz que muitos até gostariam que os defensores do antigo regime fossem parar na fogueira, pois foram muito cruéis com o povo, e sabiam que se continuassem colônia, jamais atingiriam postos que conseguiram. O tempo passa e o povo começa a ficar inquieto, pois mudou o governo, mas não havia mudado nada para as minorias:

> O que foi feito para melhorar as condições dos pobres?
> -Nada mudou, eu acho.
> - Nada. Os pobres podem ser obrigados a trabalhar para um fazendeiro. Podem ser recrutados para o exército. E, se forem escuros (negros), tudo pode lhes acontecer (SOUZA, 1997, p. 195).

3.6 O DESFECHO DA NARRATIVA

Nos momentos finais Fernando afirma que se passaram uns dias e por volta das dez horas daquela noite, foi acordado por um toque de corneta vindo de um quartel militar. As tropas haviam se rebelado, a multidão havia se alvoroçado, pessoas corriam, gritavam. Aos empurrões, vencendo o fluxo de pessoas que tentavam deixar o local.

> Ainda ia alta a madrugada, quando chegaram ao palácio as notícias sobre os distúrbios que estavam acontecendo na cidade. Grupos de soldados populares, alguns embriagados pelo álcool e outros pela euforia, estavam arrombando as casas comerciais de conhecidos portugueses, saqueando-as. Até mesmo os lares de alguns desses comerciantes haviam sido invadidos,

> com a soldadesca destruindo tudo, violando as mulheres e brutalizando os donos das casas (SOUZA, 1997, p. 199).

Cabe destacar como o narrador mostra os fenômenos da natureza agindo para acalmar os tumultos e desordem no Grão-Pará, pois incêndios irromperam nos prédios comerciais das proximidades do mercado e poderiam ter se alastrado por todo o centro, não fosse a forte chuva, por volta das quatro e meia da manhã. A chuvarada também tirou os saqueadores das ruas.

Se faz necessário elencar que o povo que buscava independência estava passando por dias e noites de muito conflito, ele diz que na noite anterior, grupo de populares e soldados, sedentos de vingança, atacaram as casas comerciais e as residências de partidários do antigo regime colonial. As patrulhas, embora não tivessem conseguido impedir os saques, evitaram o pior. O pior acontece e o mesmo nos fala que houve uma ocupação surpresa da oposição, centenas de escaleres tocaram à terra, e uma tropa formada por mais de mil marujos, gente recrutada nos barcos ancorados no porto, sob o comando de Greenfell (personagem), desceu e invadiu a cidade. Todos os soldados foram levados para o quartel do primeiro regimento e desarmados. Os civis foram presos e conduzidos a cadeia.

Convém salientar que em *Lealdade* (1997) há muitas referências históricas, isto é, podemos apontar alguns personagens fictícios com personalidades históricas a partir das pistas que o texto nos fornece. As figuras históricas citadas como, por exemplo, Napoleão Bonaparte, Padre Antonio Vieira, Batista Campos, Lorde Cochrane, Greenfell, Filipe Patroni, Jacques Louis David, padre Zagalo, o rei Dom João VI e o Príncipe Regente são ficcionalizado, mas remetem imediatamente o leitor ao mundo real, estabelecendo ambiguidade, por serem personagens históricos que participaram de acontecimentos conhecidos e que “renascem” no romance, de uma maneira às vezes diferente daquela que a historiografia registra.

O desfecho da narrativa se dá pelo narrador personagem Fernando Simões indo embora de Belém, pois não havia segurança para ele mais, nem para seus companheiros de fuga. Decidiram por assim deixar a capital. Com a ajuda de amigos que viviam em Ananindeua, ganharam canoa e mantimentos. Diante disso, partem para Cametá, onde os portugueses estavam tentando retomar ao poder, mas com outro soldado, Fernando volta a ser coronel e fica em Cametá.

Mesquita (2009) assevera que diante da narrativa e da trajetória do narrador personagem, ressalvamos que é comum que um autor opte pelo narrador em primeira pessoa, como no caso de *Lealdade* (1997) de Márcio Souza, para assim dar voz às “pessoas” comuns, fugindo, desta forma, da história tradicional, passando a narrar um fato pelo lado “de dentro”, com toda a subjetividade que é permitida a este narrador.

Candido (1972), expõe que geralmente, da leitura de um romance fica a impressão de uma série de fatos, organizados em enredo, e de personagens que vivem estes fatos. É uma impressão praticamente indissolúvel, ou seja, quando pensamos no enredo, pensamos simultaneamente nos personagens, quando pensamos nestas, pensamos simultaneamente na vida que vivem, nos problemas em que se enredam, na linha do seu destino traçada conforme uma certa duração temporal, referida a determinadas condições de ambiente.

Candido (1972) fala que a personagem é um ser fictício, expressão que soa como paradoxo. De fato, como pode uma ficção *ser?* Como pode existir o que não existe? No entanto, a criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verossimilhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial.

Em síntese, diante da análise do nosso objeto aqui em estudo, o romance *Lealdade* (1997) de Márcio Souza*,* podemos apontar que o narrador personagem Fernando Simões, é um personagem titubeante e complexo. Como nos diz Candido em *A personagem de ficção* (2009)*,* a personagem é complexa e múltipla. Ela rompe com as categorias de personagens tradicionais, como as personagens de costumes e planas.

As personagens de costumes são, portanto, apresentadas por meio de traços distintivos, fortemente escolhidos e marcados, por meio, de tudo aquilo que os distingue vistos de fora. Estes traços são fixados de uma vez para sempre, e cada vez que a personagem surge na ação, basta invocar um deles. Como se vê, é o processo fundamental da caricatura, e de fato ele teve o seu apogeu, e tem ainda a sua eficácia máxima, na caracterização de personagens cômicos, pitorescos, invariavelmente sentimentais ou acentuadamente trágicos. Personagens, em suma, dominados com exclusividade por uma característica invariável e desde logo revelada. As personagens de natureza são apresentadas, além dos traços superficiais, pelo seu

modo íntimo de ser, e isto impede que tenham a regularidade dos outros. Não são imediatamente identificáveis, e o autor precisa, a cada mudança do seu modo de ser, lançar mão de uma caracterização diferente, geralmente analítica, não pitoresca, discorre Candido.

Candido (2009) nos mostra que o romancista de costumes vê o homem pelo seu comportamento em sociedade, pelo tecido das suas relações e pela visão normal que temos do próximo. Já o romancista de natureza o vê à luz da sua existência profunda, que não se patenteia à observação corrente, nem se explica pelo mecanismo das relações.

As personagens planas eram chamadas temperamentos (humours) no século XVII, e são por vezes chamadas tipos, por vezes caricaturas. Na sua forma mais pura, são construídas em torno de uma única ideia ou qualidade, quando há mais de um fator neles, temos o começo de uma curva em direção à esfera.

4. O DIÁLOGO ENTRE OS NARRADORES DE *A CONJURA* (2009) E *LEALDADE* (1997)

No que se refere ao perfil/trajetória dos narradores, destacamos Walter Benjamin (1994) para embasar o perfil que constitui os narradores das obras, aqui, analisadas. De acordo com Benjamin (1994), a fonte primordial em que se estabelece os grandes narradores para a composição de suas fabulações são as experiências socializadas de pessoa para pessoa. E, em consonância com Benjamin (1994) “entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos narradores anônimos” (BENJAMIN, 1994, p. 198).

Em se tratando dos narradores anônimos, Benjamin (1994), elege dois tipos fundamentais e que conforme ele “interpretam múltiplas maneiras” (BENJAMIN, 1994, p.198). Sendo os narradores, o marinheiro viajante e o camponês sedentário. Em *A conjura* (2009) e *Lealdade* (1997), podemos afirmar que o perfil dos narradores transita entre o camponês sedentário e marinheiro viajante, prevalecendo mais o camponês sedentário. O narrador de *A conjura* (2009) conhece a cultura, os lugares e os desejos dos personagens, assim como o narrador personagem de *Lealdade* (1997).

Benjamin (1994) nos diz que quem viaja muito, tem sempre muitas histórias para contar e, mais ainda, experiências para dividir, mas não se pode negar também que quem nunca viajou é um grande depositário das narrativas e das tradições de onde permaneceu. Em consonância com Benjamin (1994), cada um desses tipos são os ancestrais de duas grandes famílias de narradores que ao longo da história da humanidade deram cores e *nuances* às suas próprias singularidades. Para Benjamin (1994):

> Se os camponeses e os marujos foram os primeiros mestres na arte de narrar, foram os artífices que a aperfeiçoaram. No sistema corporativo associava-se o saber das terras distantes, trazidos pelos migrantes com o saber do passado, recolhido pelo trabalhador sedentário (BENJAMIN, 1994, p. 199).

Leskov reuniu, de acordo com Benjamin (1994), as figuras do camponês e do marinheiro em sua obra, tornando-se, assim, um artífice da arte de narrar. Como nos diz, “Leskov está à vontade tanto na distância espacial como na distância temporal" (BENJAMIN,1994, p.199), isso quer dizer, por ter exercido durante algum tempo, cargos oficiais em sua terra natal, conhecia muito as condições que a mesma se

encontrava, mas por ter sido, logo após e durante longa carreira, funcionário de uma empresa inglesa, alcançou a possibilidade de viajar por toda Rússia, tendo a oportunidade de lançar outro ponto de vista sobre a região em que vivia "essas viagens enriqueceram tanto a sua experiência do mundo como seus conhecimentos sobre as condições russas" (BENJAMIN, 1994, p. 199).

Somado a isso, em *A Conjura* (2009), o escritor angolano Agualusa relata, em seis capítulos, momentos do cotidiano que se referem à História de Angola, com a duração de trinta e um anos e é através de tais espaços, o salão do barbeiro (espaço principal usado nas discussões de ideias), as ruas de *Ingombotas*, a prisão, que dividem o romance que Agualusa aponta a trajetória de um povo cansado do regime ditatorial do império português. Os homens de *A Conjura* (2009) tinham visões e formações ideológicas diferentes, uns queriam continuar dependente da coroa portuguesa, outros eram contra o colonialismo e queriam independência de Portugal.

A épica da resistência se constrói, também, na noção de um enfrentamento do forte contra o fraco e da justiça contra a injustiça. O pequeno e derrotado é por antonomásia alguém com a justiça do seu lado, por oposição, o vencedor e o poderoso estão conotados de características malignas, de acordo com Lorenz (2012), vejamos:

> Os vizinhos do bairro, alguns deles seguramente resistentes, expressavam que havia um coletivo que, ainda sob condições de força e proscrição, desconhecia e enfrentava a autoridade da ditadura sem que importasse o apoio dos poderosos que esta exibia. Expressava, na verdade, uma adesão (por mais nebulosa que possa se imaginar) a uma concepção do mundo (cultural, político, social, econômico) em comparação com outros, traduzida em projetos antagônico (LORENZ, 2012, p.13).

Lorenz (2012) aponta que se são vitoriosos, as resistências, elas aparecem nos relatos nacionalistas fundacionais, constituindo o que pretende construir uma identidade (as lutas contra as ocupações, pela independência, as mais recentes lutas de libertação nacional). Mas outras vezes, a resistência culmina na derrota, e sem dúvida esse é um componente central nas formas imaginadas por nós hoje como conceito, objeto e problema.

Diante dessa temática, Lorenz (2012), nos fala que muitos dos militares argentinos que participaram da repressão ilegal se consideram vencedores na guerra, mas derrotados na batalha ideológica. É interessante pensar no paradoxo que o cinismo desses assassinos projeta. No início do terceiro milênio, Lorenz (2012) diz que podemos ver que poderes de diferentes signos e identidades, mas no geral,

reacionários e regressivos, venceram lutas nas quais a resistência (deles e de quem os enfrentou) foi colocada à prova. Tais poderes serviram como disciplinadores eficientes para pessoas como as recentemente condenadas na Argentina por delitos contra a humanidade.

Em se tratando do romance *Lealdade* (1997) de Márcio Souza, vale pontuar que se passa na época antes do período histórico conhecido como Cabanagem, que ocorreu entre os anos de 1835 e 1840, foi um movimento no qual lavradores, camponeses, negros escravos, pequenos comerciantes e servos indígenas, aproveitando-se de um momento de crise interna entre os governantes da província, assumiram o governo da região. Sob a influência de ideias revolucionárias organizaram-se, tanto na capital como no interior, para permanecer no poder e processarem mudanças gerais na sociedade. Com um complexo conjunto de acontecimentos, os cabanos conseguiram resistir às forças legais até o ano de 1840, ano em que os últimos focos de resistência foram derrotados. É oportuno destacar que o espaço principal usado no romance era uma casa de um dos personagens simpatizantes pela causa da independência.

Todorov (2000) fala que os regimes totalitários[18] do século XX revelaram a existência de um perigo anteriormente insuspeito, a supressão da memória. E não é que a ignorância não pertence a nenhum momento, assim como a destruição sistemática de documentos e monumentos: sabe-se, por usar um exemplo longe de nós no tempo e no espaço, que o imperador asteca Itzcoatl, no início do século XV, ordenara a destruição de todas as estelas e de todos os livros serem capazes de recompor a tradição à sua maneira. Um século depois, os conquistadores espanhóis, no que lhe concerne, se dedicaram a retirar e queimar todos os vestígios que testemunharam a grandeza antiga do expirado. No entanto, não sendo totalitários, tais regimes foram apenas hostis aos sedimentos oficiais da memória, permitindo que a

[18] Os regimes totalitários foram regimes políticos que existiram na primeira metade do século XX e baseavam-se no totalitarismo, um sistema político fundamentado no controle absoluto de um partido ou de um líder sobre toda nação. Dentro do sistema totalitarista, o líder ou o partido político detém amplos poderes sobre a vida pública e privada e, assim, representam o Estado. Os regimes totalitários baseavam-se em um forte militarismo**,** que servia muito para intimidar e calar as vozes dissidentes. Junto do poder de intimidação, o totalitarismo apoiava-se em uma intensa propaganda ideológica com o objetivo de doutrinar a população e ressaltar as supostas benfeitorias realizadas pelo regime. Outra marca importante, muito em associação com o militarismo, era o terror. Dentro dos regimes totalitários, o terror era utilizado para perseguir os opositores. (SILVA, 2021)

memória e sua sobrevivência sob outras formas, por exemplo, histórias orais ou poesia.

A conjura (2009) e *Lealdade* (1997) são dois romances que podem ser apontadas como narrativas amplas de manifestações social e histórica de uma época, sendo testemunho de experiências humanas, de hábitos, costumes, atitudes, sentimentos, inquietações, expectativas, frustações e resistência frente aos conflitos existentes. O contexto social de cada uma das obras em estudo está condicionado a uma realidade histórica, refletida por meio da trajetória de cada personagem.

Em relação aos romances estudados, *A conjura* (2009) de Agualusa e *Lealdade* (1997) de Márcio Souza, nos mostra que ambos países e cidades onde se passa a narrativa tiveram governos de regimes fortemente autoritários, totalitários, e caracterizados por extensa repressão política, ausência de democracia, culto de personalidade generalizado, controle absoluto da economia, censura, vigilância em massa e uso recorrente de terrorismo de Estado, como é observado em alguns momentos nos romances estudados.

Em *Lealdade* (1997), vemos que tanto o personagem Fernando, quanto Batista Campos foram destituídos de seus cargos e presos. Fernando ficou na cadeia por três dias, depois foi levado para uma espécie de masmorra. Fernando relata ainda que foi jogado no porão, e lá ficou até mesmo, sem água. Ele conseguiu escapar por um alçapão com mais dois civis, e foram levados direto para o rio Guamá. Consideremos:

> Quando amanheceu, os presos foram transferidos para o brigue Palhaço. Não houve conferência dos detidos, nenhuma preocupação, simplesmente deixaram uma embarcação por outra. O brigue Palhaço era comandado pelo tenente Joaquim Lúcio de Araújo, um homem frio, que se considerava um militar exemplar, cumpridor de ordens (SOUZA, 1997, p. 203).

O narrador de *A conjura* (2009) mostra um trecho que dialoga com *Lealdade* (1997) de Márcio Souza, é uma revolta dos moradores e filhos da terra que reclamam de nunca terem oportunidades, e as oportunidades que aparecem sempre são dadas aos estrangeiros, ou seja, aos portugueses:

> Lembrae que os empregos é tudo só para os portugueses, para nós nada! Vede os nossos campos arrazados, a nossa riqueza aniquilada, as nossas irmãs prostituídas, os nossos concelhos do interior despovoados; a fome e a peste perseguindo-nos sempre por cauza d'uma administração pecima. A cor preta e parda é considerada como uma palha movida pelo vento, Não somos chamados para nada por que entende o governo que nós somos escravos. [...] a ideia de independência está por toda a parte na província, todos já se

> congratulão, só resta pôr-se em prática a obra (AGUALUSA, 2009, p. 137-138).

Notamos novamente que o narrador de *Lealdade* (1997) dá voz para um grupo denunciar o regime absolutista imposto para a sociedade de Grão-Pará. Fernando nos diz que a manifestação não havia sido planejada e começara numa simples reunião de jovens caixeiros de comércio numa tasca da Ladeira dos Ferreiros. Se faz necessário destacar que eram rapazes nascidos no Pará, mas que trabalhavam para comerciantes portugueses e não viam perspectiva de no futuro ascenderem a uma boa posição, porque os melhores postos eram sempre destinados aos jovens portugueses, parentes dos proprietários (nepotismo), que chegavam da metrópole para fazer a vida na colônia. O ambiente de reunião dos jovens caixeiros era nas tascas[19], na qual bebiam e acabavam por se exaltar. Ponderemos:

> A vida era dura para eles, porque começavam a trabalhar de madrugada, carregando estiva ou lavando o estabelecimento, logo a seguir atendendo os fregueses. Quando o comercio fechava, as seis da tarde, ainda eram obrigados a arrumar as mercadorias que estavam fora do lugar, para só então se servir da sopa rala de peixe e usufruir de uma enxerga onde dormiam entre carnes salgadas, grãos e outras mercadorias. Como pagamento recebiam alguns tostões que mal lhes permitiam vestir-se decentemente (SOUZA, 1997, p. 120).

Somado a isso, Fernando, o narrador personagem de *Lealdade* (1997) expõe que para humilhar os presos, o tenente mandava colocá-los num dos porões do barco, um cubículo de carga com trinta palmos de comprimento por vinte de largura. Para Fernando, ali caberiam uns dez homens, porém cerca de duzentos presos eram obrigados a ficar ali. Ele nos diz que o dia prometia ser um dos mais quentes, e os homens presos começaram a entrar em desespero. O calor, a falta de ar, os corpos prensados uns contra os outros, provocava terror e pânico:

> - Pelo amor de Deus – gritavam. – Aqui vamos morrer.
> Mas os carcereiros não ligaram.
> Com menos de duas horas, os presos gemiam e gritavam desesperadamente. Sentiam dores de cabeça, opressão e amortecimento dos membros inferiores. A sede os torturava (SOUZA, 1997, p. 204).

[19] Taberna; bodega; baiuca; restaurante ordinário (DICIONÁRIO INFORMAL, 2020).

A narração dessa parte nos remete ao *Navio Negreiro*[20], pois observamos o quão desumano foi esse fato ocorrido, como expõe o narrador, pois as gargalhadas dos marujos que observava os presos gritarem, que inclusive, apanharam água suja do rio, urinaram e defecaram numa grande tina, que fizeram descer até o porão. Os presos não se importaram, era água, e se atiraram a tina como alucinados, pisando e esmagando os mais enfraquecidos. Quando a água acabou, os homens foram tomados pela loucura. Tentavam subir para a coberta, esmagando os que estavam embaixo, vociferaram contra os portugueses, prometiam vingança. Aos poucos todos os presos morreram, por excesso de calor, outros pisados, outros ensanguentados, um verdadeiro descaso e maldade.

> Araújo voltou ao convés e mandou abrir a escotilha. Uma nuvem de vapor azedo escapou do porão, e os marujos recuaram. Lá embaixo, a visão era de uma macabra composição de saída da mente de um louco: os cadáveres lívidos e horrivelmente retorcidos traziam os olhos esbugalhados para a escotilha, numa demonstração de que haviam perecido em pavorosa agonia. Um único preso, com a idade de vinte anos, sobreviveu (SOUZA, 1997, p.205).

O narrador de *A conjura* (2009) nos diz que o personagem César Augusto Ferreira, quando viu seus companheiros soldados sendo humilhados pelo personagem Sargento Mendes, que os chamava de selvagens, que só sabiam a língua da violência, fora crescendo uma outra visão de César Augusto Ferreira em relação aos conceitos dos portugueses. Assim sendo, ele então atira no sargento Mendes que humilhara os soldados, e deserta na mesma noite ao saber que o sargento não morreu. O sargento sobrevive e conta a todos que César Augusto Ferreira era um traidor da pátria.

Vale destacar que a iniciativa do personagem César Augusto Ferreira de afrontar o sargento Mendes, deu forças e impulsionou o movimento de resistência dos angolenses.

> E em seguida, seguro de o ter definitivamente do seu lado, o velho Ferreira contou-lhe da força do movimento, e de como – unidos a todos os corações angolenses! – haveriam de conquistar o direito à dignidade, à liberdade e à paz. E com tanto entusiasmo lhe disse isto, e ainda o quanto era indispensável a sua participação, que o acabou convencendo a adiar a partida de alguns meses; afinal a hora decisiva já não tardava, e poderia

[20] Navio negreiro era o nome pelo qual ficou conhecido o barco que transportavam os negros destinados ao trabalho escravo no continente americano entre os séculos XVI e XIX (BEZERRA, 2018).

> depois regressar à Chela levando consigo o melhor dos presentes para os filhos: um país a que livremente pudessem chamar seu! (AGUALUSA, 2009, p. 163).

As obras dialogam e ao situarmos a escrita das histórias no contexto de uma Literatura, os romances *A conjura* (2009) e *Lealdade* (1997), relacionam Literatura, História e Política, evocando vozes capazes de desvelar alguns dos sentidos criados pela história oficial na formação nacional angolana e grão-paraense. Agualusa e Souza impossibilitam o esquecimento dos conflitos vividos por grão-paraenses e luandenses, visto que a História Oficial tende a não registrar esse assunto ou, quando o faz, ocorre de maneira superficial, como podemos observar o longo dessa dissertação.

Assim sendo, estudar a memória é primordial para compreendermos esse estudo, pois está ligada ao processo da construção da identidade, seja individual ou coletiva. Para debatermos a questão da identidade, observamos o que nos diz Stuart Hall (2006) em seu estudo *A identidade cultural na pós-modernidade*, que traz discursos pertinentes para corroborar com o nosso estudo, no que diz respeito a identidade em construção, em processos de identificação, em identidade iluminista, a identidade sociológica e a identidade pós-moderna. Assim, Hall (2006) evidencia:

> A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "'crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (Hall, 2006, p. 07).

Como podemos observar acima, Hall (2006) afirma que o próprio conceito com o qual estamos lidando, "identidade", é demasiadamente complexo, pouco desenvolvido e pouquíssimo compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova. Ele ainda pontua que como ocorre com muitos outros fenômenos sociais, é impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros sobre as alegações e proposições teóricas que estão sendo apresentadas.

Desse modo, Hall (2006) destaca que um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está

fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, forneceram sólidas localizações como indivíduos sociais. Para ele, estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um sentido de si estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentralização do sujeito. Vejamos que (Hall, 2006, p. 09) chama nossa atenção:

> Esse duplo deslocamento-descentralização dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo. Como observa o crítico cultural Kobena Mercer (1990) "a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza".

Diante do exposto, podemos observar que Hall (2006) pontua que esses processos de mudança, tomados em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental e abrangente que somos compelidos a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada.

Assim, segundo Hall (2006) o sujeito iluminista, compreendido como indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado de razão, criou uma concepção muito “individualista” do sujeito. Contudo, diante da crescente mudança do mundo moderno e da compreensão que a autonomia deste sujeito não era exatamente como era concebida, pois, ele também é formado na relação com outras pessoas, desenvolve-se a concepção do sujeito sociológico. Esta concepção de sujeito sociológico caracteriza-se, para Hall (2006), como uma identidade em busca de uma estabilização entre o interior e o exterior, o mundo pessoal e o mundo público, internalizando sentimentos subjetivos em lugares objetivos (mundo social e cultural).

Podemos pontuar que estas concepções demonstram a busca por uma identidade fixa e permanente, mas atualmente elas encontram-se em colapso, em “crise”, ou em “deslocamento” como prefere afirmar Hall (2006). Assim, desta transformação surge o conceito de sujeito pós-moderno, pois diferentemente dos dois conceitos anteriores este sujeito não é caracterizado por uma identidade fixa ou permanente, consideremos:

> Argumenta-se, entretanto, que são exatamente essas coisas que agora estão "mudando". O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não

> resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático (HALL, 2006, p. 12).

Ademais, Hall (2006), coloca que essa “fragmentação” do sujeito e de sua identidade cultural afetou diretamente a identidade nacional construída na modernidade. De acordo com ele, essa identidade e cultura da nação moderna buscaram e caracterizam-se por um discurso homogêneo e universal, como cultura nacional. Contudo, o estudioso nos mostra suas ambiguidades e contradições, pois uma cultura nacional vive entre passado e futuro, ora se dirigindo ao passado e suas glórias, ora tentando avançar em direção à modernidade. O autor desconstrói esta concepção de cultura nacional unificada argumentando que as maiorias das nações foram unificadas após um processo de conquista violento que exerceu uma hegemonia cultural sobre os colonizados, e que uma nação é composta por diferentes classes sociais, grupos étnicos e de gênero, isto é, estará sempre em construção.

No que diz respeito à identidade do personagem Fernando, observa-se que ele busca construir sua identidade partindo do ambiente em que está e da forma como os fatos vão se desenrolando, uma identidade em construção, sociológica, mas também pós-moderna, conforme hall (2006). A formação da identidade do personagem Fernando acompanha o clima de indecisões políticas expostos na narrativa, visto que ainda não havia uma definição de território nacional nas colônias portuguesas. Assim, Fernando só conhecia Portugal como nação, por isso era leal a ela, quando ele descobre que sua terra natal, Belém, também poderia ser uma nação livre e independente, seus pensamentos também se modificaram.

Outra estudiosa que corrobora nessa temática é Teixeira (2004), ao afirmar que a personagem, compreendida à luz da sua identidade narrativa, não é uma identidade “separada” e distinta das “suas” experiências, mas participa na identidade dinâmica própria de uma história narrada. A identidade da personagem não se pode apartar da identidade da sua história.

Desta maneira, a estudiosa Mesquita (2009) afirma que a identidade do personagem está ligada também à identidade da sua história, o que justifica novamente as alterações referentes ao processo de formação de identidade pelo qual passa o protagonista ao longo da narrativa. A história sofre grandes alterações e

consequentemente o personagem acompanha tais mudanças de acordo com as experiências vivenciadas.

Em *Lealdade* (1997), quando Fernando retorna ao Grão-Pará é surpreendido pela alegria e simplicidade com que as pessoas se banhavam no rio, fato que a sua estada em Lisboa o fizera esquecer. O narrador personagem observa como a periferia também pode ter seus aspectos positivos. Um deles é a proximidade da natureza, de um certo paraíso original, pode-se dizer, “o banho coletivo da gente simples, homens, mulheres, crianças e idosos a nadar e mergulhar com genuína alegria, a gritar na variedade de dialetos que ali se falava. A inocência primeva da cena era impensável em Lisboa, e lá seria desaprovada por indecência” (SOUZA, 1997, p. 51).

Em *A conjura* (2009) temos a alegria que se passa também na zona periférica de Luanda. Contudo, *Ingombotas* não era um bairro triste, era um bairro alegre:

> Pelo contrário, era o bairro mais vivo da cidade. Sobretudo de noite, quando Luanda fechava os olhos e adormecia com a cabeça encostada às areias da baía. Era então que começava nas *Ingombotas* o palpitar das batucadas; e as mulheres de muitos nomes perfumavam os corpos e as quindumbas para se ofertarem aos homens; e vavó Naxa batizava o vinho e preparava a nzua embriagante; e o cego Jeremias recomeçava a baralhar as cartas, só nele confiavam os cavalheiros que nessa noite ali iam perder e ganhar fortunas (AGULUSA, 2009, p. 52).

Podemos destacar que a literatura é a manifestação da realidade, pois o narrador nos mostra que a traição estava presente até na alta sociedade, ou seja, no governo, mas todo escândalo, toda imperfeição era abafada, mas o povo comentava:

> Ao fim do primeiro ano de matrimônio já a desditosa alfacinha alimentava pelo marido um sentimento poderoso de medo e aversão. Mais aversão do que medo. O seu primeiro amante fora um dos melhores amigos de Dantas Barata. E depois desse houvera muitos outros. Precisava deles. Precisava de se sentir admirada, desejada; precisava deles para conseguir enfrentar o desprezo monstruoso do marido (AGUALUSA, 2009, p. 88).

É oportuno destacar que essas infidelidades no governo são apontadas nos romances em análises. Dessa forma, *A conjura* (2009) e *Lealdade* (1997) dialogam no quesito infidelidades, tanto dos maridos, quanto das esposas. Em *A conjura* (2009), tem-se a esposa do governador Dantas Barata:

> O comissário enfadava-se com a mulher. Queria-a consigo como um adorno necessário nos acontecimentos mundanos; no resto desinteressava-se dela. Ademais julgava-a inteiramente submetida, não pelo respeito, mas pelo

> temor. Nunca lhe ocorreu que Ana Maria pudesse ter amantes, parecia-lhe demasiado estúpida e demasiado fraca para se aventurar a tal (AGUALUSA, 2009, p.88).

Em *Lealdade* (1997), o narrador nos informa que o regime e o atual governo já estavam em decadência, traições tanto do governador quanto de sua esposa, com o passar do tempo a trágica história de amor do governador do Grão-Pará mostrava-se com clareza o poder absoluto dos dirigentes desta colônia. Fernando que regressava após quase uma década, embora o absolutismo ainda fosse vigente, enxergava-se ali o desgaste do regime absolutista[21]. Ponderemos: "A decência pedia que o governador mantivesse em segredo sua galanteria, mesmo que sua amada nunca havia gozado de influência ou valimento que a comparasse com a condessa de Salisbury ou a uma madame Pompadour" (SOUZA, 1997, p. 54).

Bakhtin (1973) diz que no romance, os encontros ocorrem frequentemente na estrada, o narrador de *A conjura* (2009) nos conta das pessoas que saiam da capital e fugiam pelas estradas em direção aos esconderijos nos interiores, também nos mostra os cruzamentos das guerras nas estradas antes de atacarem as resistências nos esconderijos, e em *Lealdade* (1997) podemos observar que o personagem Fernando estava sempre indo para a fazenda de seus pais, fazenda de amigos, fugindo pelos rios para os acampamentos de indígenas, isto é, o cronotopo[22] de estrada. Ela é o lugar preferido dos encontros casuais. Na estrada ("a grande estrada") cruzam-se num único ponto espacial e temporal os caminhos, espaço temporais das mais diferentes pessoas, representantes de todas as classes, situações, religiões, nacionalidades e idades.

Bakhtin (1973) observa que a estrada é particularmente proveitosa para a representação de um acontecimento regido pelo acaso (mas nem só para isso). A partir daqui se compreende o papel temático da estrada na história do romance. É possível observar no romance *Lealdade* (1997) de Márcio Souza que performatiza um cronotopo de estrada, pois, Fernando Simões cruza com as mais diversas pessoas,

---

[21] O absolutismo foi um sistema político que predominou na Europa do século XVI ao século XVIII. Associado à formação dos Estados Nacionais e ao crescimento da burguesia, esse regime defendia o poder absoluto dos monarcas sobre o Estado. Durante o absolutismo, a monarquia concentrava todo o poder do Estado, utilizando-a de acordo com seus interesses. Leis, impostos e tributos eram criados sem a participação da sociedade ou de qualquer outro órgão da soberania (DIAS, 2018).

[22] Para Bakhtin (2006, p. 13), o cronotopo é uma categoria conteudístico - formal, que mostra a interligação fundamental das relações espaciais e temporais representadas nos textos, principalmente literários.

representantes de todas as classes, situações, religiões, nacionalidades, idades, etc. O narrador de *A conjura* (2009) narra a passagem de alguns personagens na estrada, nas idas e vindas a Luanda, podemos afirmar que faz parte do cronotopo de estrada igualmente.

Somado a isso, Bosi (2002) aponta que a escrita trabalha não só com a memória das coisas realmente acontecidas, mas, com todo o reino do possível e do imaginável. O narrador inventa, segundo o seu desejo, isso tudo devido à exploração das técnicas do foco narrativo, pois o romancista ao se ater a esses valores poderá levar ao primeiro plano do texto ficcional toda uma fenomenologia de resistência do eu aos valores ou antivalores do seu meio.

Bosi (2002) em *Narrativa e resistência,* nos chama atenção para o subtópico *importância de resistência como forma imanente da escrita,* que expõe inicialmente que é preciso continuar por incentivar o leitor a aprofundar seu campo de visão, para que este possa detectar em determinadas obras, escritas independentemente de qualquer cultura política militante, uma tensão interna que as faz resistentes, enquanto escrita, e não só, enquanto tema. E discorre mais, que quem diz escrita fala em categorias formadoras do texto narrativo, como o ponto de vista e a estilização da linguagem. Bosi (2002) observa nesses dois processos uma interiorização do trabalho do narrador. A escrita resistente, segundo ele é aquela opção que escolherá os temas, situações, personagens e decorre de um *a priori* ético, um sentimento do bem e do mal, uma intuição do verdadeiro e do falso, que já se pôs em tensão com o estilo e a mentalidade dominantes.

O romance *A conjura* (2009) aqui analisado, narra a realidade (os amores/desamores, as intrigas cotidianas, os sonhos/desilusões, a cultura, os hábitos e as crenças religiosas) do povo de Luanda, a capital angolana, José Eduardo Agualusa denuncia, no romance, o racismo, a violência, a escravidão e a exploração que seus conterrâneos, principalmente os negros e os mulatos, eram vítimas em sua própria terra. Os vilões da trama são, obviamente, os europeus (portugueses, ingleses, franceses, belgas e holandeses), uma gente interessada apenas em se apropriar dos recursos naturais, humanos e financeiros da nação africana. Daí o desejo de um grupo de nativos em pegar em armas e promover a independência de Angola.

O romance *Lealdade* (1997) aqui analisado, de Márcio Souza, buscou pesquisar a trajetória do narrador personagem, Fernando Simões Correia, e a sua formação como um novo homem, com diferentes formas de pensar e agir e, principalmente, de colocar-se diante do “outro”, estabelecendo relações de identidade em vários momentos da narrativa. Observamos as recordações de um narrador personagem já maduro que demonstrara como a sua vida esteve diretamente ligada aos acontecimentos históricos e, assim como foi tentando se formar um território novo, livre e independente. Márcio Souza denuncia igualmente, no romance, o racismo, a violência, a escravidão e a exploração que seus conterrâneos, principalmente os negros e os mulatos, eram vítimas em sua própria terra. Diferente de Luanda, o grande vilão da narrativa é a coroa portuguesa, um império interessado apenas em se apropriar dos recursos naturais, humanos e financeiros da nação grão-paraense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, nas duas obras escolhidas para este estudo, reforçamos que a relevância da dissertação se configura na importância da análise comparativa literária, histórica e política na perspectiva dos narradores em Angola e Grão-Pará, como podemos ler no quarto capítulo. Desta maneira, a análise comparativa intenta questionar o processo de construção nacional angolano e grão-paraense durante a guerra de libertação e Independência, pontuando as questões de literatura, história, política, memória e resistência.

Podemos afirmar que a literatura tem um papel importante na conscientização da sociedade contra a dominação de poderosos que querem impor ideologias. A literatura funciona como uma espécie de história-outra, da história não contada, ou silenciada, para que determinados fatos ocorridos não caiam no esquecimento. Fatos que podemos observar nos dois romances aqui analisados, observamos povos que foram colonizados, escravizados, dominados e humilhados, mas que foram resistências em meio a períodos tenebrosos.

Fernando Simões, narrador personagem de *Lealdade* (1997), se mostra um personagem que titubeia ao longo da narrativa, mas que se solidariza com a causa de independência, não só por ele, mas por um povo. O Narrador de *A conjura* (2009), é um narrador que observa, mas que traz um personagem, Caninguili que dá a ideia de resistir e fomenta a reflexão de fraternidade para um povo que já estava quase sem esperanças, a revolta era o único caminho de se conseguir a independência. Mesmo com um fim trágico de traição do personagem Caninguili.

Destacamos que o foco principal foi comparar/evidenciar o processor literário, histórico, político e narrativo de construção nacional durante a guerra de libertação pela independência, as trajetórias expostas dos narradores nos romances *A Conjura* (2009) e *Lealdade* (1997) nas perspectivas dos narradores analisando suas trajetórias, como podemos observar no último capítulo.

Narradores que deram vozes a vários personagens para que cada um expusesse suas perspectivas. Ao lado da história, a criação literária também tem, de certa maneira, cumprido esse papel de tecer críticas em tempos tão difíceis, para que, mesmo que possamos nos desanimar frente às denúncias, não deixemos de sonhar, assim como pontuou Benjamin. Pensar as resistências historicamente, então, é ao mesmo tempo, estudar projetos e identidades na história e imaginar os nossos na

atualidade, assim como podemos observar nos romances *A conjura* (2009) e *Lealdade* (1997).

Sintetizando, os grupos que se reúnem nas praças e espaços públicos de diferentes cidades do mundo revelam um ponto (possível) de inflexão. Mas como recuperar o segundo momento da resistência? Em outras palavras, como avançar? Perguntas que somente podem acontecer com a ideia mais básica de um “para onde”. Foi possível constatar nos dois romances essa questão da resistência, conforme trouxemos ao longo dessa dissertação, tanto o narrador de *A conjura* (2009), quanto de *Lealdade* (1997) deixa claro.

Assim, se faz necessário elencar que é nesse sentido que se pode dizer que a narrativa descobre a vida verdadeira, e que esta abraça e transcende a realidade. A literatura, sendo a materialização da realidade em ficção, resiste à mentira. É nesse horizonte que o espaço da literatura, considerado, em geral como o lugar da fantasia, pode ser o lugar da verdade mais exigente.

Ressaltamos e afirmamos que nossos objetos de estudo *A conjura* (2009) de Agualusa e *Lealdade* (1997) de Souza, tem poucas dissertações e teses estudadas ainda, por isso o nosso trabalho se torna de grande importância, dando início ao focar no narrador e na narrativa de resistência. Além de contribuir para a construção da fortuna crítica do autor/obra, visto que, esboçamos uma análise minuciosa e reflexiva da trajetória do narrador e das formas de resistências abordadas na narrativa. Dessa maneira, podemos observar com esse estudo e as obras destacadas que trouxemos aqui, que o projeto literário de Agualusa e Souza é pertinente.

REFERÊNCIAS

ABDALA JR., Benjamin. **Necessidade e solidariedade nos estudos de literatura comparada**. Revista brasileira de Literatura Comparada, v. 3, nº 3, p. 87-95, 1996.

ACHUGAR, Hugo. Espaços incertos, efêmeros: reflexões de um planeta sem boca. In: ACCHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. (p.09-26).

ACHUGAR, Hugo. Sobre o "balbucio teórico latino-americano". In: ACCHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. (p.27-52).

ADORNO, T. **Notas de Literatura 1**. São Paulo: Duas Cidades, 2003.

AGUALUSA, José Eduardo. **A conjura**. 1 ed. São Paulo, 2009.

ARAÚJO, Gabriela da Paz. **Identidades e territorialidades em romances de José Eduardo Agualusa**. 2016. 104 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade - PPGLI) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

ARAÚJO, Vera Lúcia Romariz Correia de. **Palavra de deuses, memória de homens: diálogo de culturas na ficção de Adonias Filho.** Maceió: Edufal, 1999.

BARROS, Liliane Batista, PANTOJA, Tânia Maria Pereira Sarmento. A reconstrução da história em lealdade de márcio souza e em as duas sombras do rio de joão paulo borges coelho. **Abralic,** UFPA, Belém, 2014**.**

BARROS, L.B.; SANTOS, W.G. **O perfil do narrador nos romances A conjura de José Eduardo Agualusa e Lealdade de Márcio Souza.** Disponível em: https://vencontrodeposgraduacao-s9-narrativas.blogspot.com/2020/11/o-perfil-do-narrador-nos-romances.html. Acesso em 11de nov de 2020.

BENJAMIN, W. **O narrador. In: Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio P. Rouanet, 4.ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENJAMIN, Walter. **O narrador, considerações sobre a obra de Nicolai Leskov**. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica,arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 197-221. (Obras escolhidas; v.1). (Trad. Sérgio Paulo Rouanet).

BEZERRA, Ana Cristina Pinto. **A tessitura da memória em o vendedor de passados de José Eduardo Agualusa**. 2013. 205 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

BEZERRA, Juliana. **Navios Negreiros**. Disponível em https://www.todamateria.com.br/navios-negreiros/ acesso em: 10 de novembro de 2020.

BOSI, A. **Narrativa e resistência**. In: _____. Literatura e resistência. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 118-135.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.308-345: Cultura brasileira e culturas brasileiras.

CANDIDO, Antonio. **Direitos humanos e literatura**. In.: FESTER, A. C. Ribeiro e outros. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CANDIDO, Antonio**. Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. São Paulo: Nacional, 1985.

_____. **A literatura e a formação do homem**. Ciência e Cultura. 24 (9): 803-809, set, 72.

CANDIDO, Antonio. GOMES, Paulo Emílio Salles. PRADO, Décio de Almeida e ROSENFELD, Anatol. **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
CARLOS, Ana Maria, MESQUITA, Maria Cláudia de. A intertextualidade em Lealdade de Márcio Souza. **Abralic**, USP, São Paulo, 2008.
CARVALHAL, Tania Franco. **Literatura comparada**. São Paulo, Ática, 2006. Série Princípios.
CARVALHO, Daniel Gomes de. A Revolução Francesa dos historiadores: os trabalhos que formaram o nosso conhecimento sobre o tema (Artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/historiografia-da-revolucao-francesa/. Publicado em: 6 out. 2019.
DICIONÁRIO ONLINE PORTUGUÊS. **Cadafalso**. Disponível em: https://www.dicio.com.br/cadafalso/. Acesso em 25 de jun de 2021.
DICIONÁRIO ONLINE PORTUGUÊS. **Taberna**. Disponível em: https://www.dicio.com.br/taberna/. Acesso em 25 de jun de 2021.
DIAS, Fabiana. Absolutismo. Educa mais Brasil. Disponível em: https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/absolutismo. Acesso em 01 de out de 2020.
ELIOT, T.S. **Ensaios**. Tradução e notas de Ivan Junqueira. São Paulo. Art editora, 1989.
ESTEVES, A. R. **O romance histórico brasileiro contemporâneo**. Assis, FCL-UNESP, 2007.
FREUDENTHAL, Aida. Voz de Angola em Tempo de Ultimato**. Estud. Afro asiát.** vol.23 no.1 Rio de Janeiro Jan/June 2001.
GOOGLE ACADÊMICO. **Humbe**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Humbe. Acesso em 02 de jun de 2021.
HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2000. 102 p.
HAUSER, A. **História social da literatura e da arte**. 4. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
INFORMAL, Dicionário. **Tasca**. Disponível em: https://www.dicionarioinformal.com.br/tasca/ acesso em: 10 de novembro de 2020.
JACINTO, Ana Luiza P.L. **A formação de Angola e as resistências africanas**. VIII encontro estadual de história. ANPUH, BA, 2016.
JACOB, Sheila. **Reflexões sobre a revisitação do passado a partir de dois romances de José Eduardo Agualusa**. Revista Crioula nº 19 - 1º semestre/2017.
LE GOFF, Jacques. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão [et al.] Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990
LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **O foco narrativo (ou A polêmica em torno da ilusão).** São Paulo: ática, 1985. Série Princípios. (p. 25-70).
LETRA, Tiro de. **Entrevista Simultânea: Márcio Souza.** Disponível em: http://www.tirodeletra.com.br/biografia/MárciodeSouza.htm. Acesso em: 25 de mar de 2021.
LORENZ, Federico. **Resistências.** In: SARMENTO-PANTOJA, Augusto (et al). Memória e resistência: percursos, histórias e identidades. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2012.
LÖWY, Michael. **A contrapelo**. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). Lutas sociais, SP, N.25/26, p.20-28, 2º sem de 2010 e 1º sem de 2011.

LYRA, Pedro. **Literatura e ideologia**: ensaios de sociologia da arte. Petrópolis, Vozes, 1979.
MARTINS, Gilberto de Andrade; PINTO, Ricardo Lopes. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2001.
MEMMI, Albert. **O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
MESQUITA, Maria Cláudia de. **Literatura e história: uma leitura de Lealdade (1997), de Márcio Souza**. 2009. 103 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2009.
MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa. In: CHIAPPINI, Ligia e AGUAR, Flávio Wolf de. **Literatura e história na América Latina**. 2.ed. Trad. de Joyce Rodrigues Ferraz, Ivone Daré Rabello e Sandra Vasconcelos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 114-135.
NETO, Dário. A arte poética: diálogos entre Aristóteles, Horácio e Longino. **Revista Contemporantes.**2018. disponível em: http://revistacontemporartes.com.br/2018/07/12/a-arte-poetica-dialogos-entre-aristoteles-horacio-e-longino/ Acesso em 16 de junho de 2020.
NEVES, Daniel. Segunda guerra mundial. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiag/segunda-guerra-mundial.htm. Acesso em: 20 de out de 2020.
PORTUGUÊS, Dicionário online de**. Sobado.** Disponível em**: <**https://www.dicio.com.br/sobado/> Acesso em: 28 de agosto de 2020.
RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2010.
SACRAMENTO, C. **John Locke e a problemática da identidade pessoal: do impacto na Modernidade até à sua actualidade na Contemporaneidade**. Porto: Universidade do Porto, 2010. Disponível em: <http://metafisica.no.sapo.pt/>. Acesso em: 15 MAR. 2010.
SILVA, Daniel Neves. **Regimes totalitários**. *Brasil Escola*. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiag/regime-totalitario.htm. Acesso em 01 de julho de 2021.
SIQUEIRA, Armando Augusto. Angola e a resistência colonial: o caso do massacre dos dragões do conde de almoster, 1897**. *Dossiê: História e Cultura Africana e Afro-Brasileira*.** v. 9, n. 9. (2012).
SODRÉ, Nelson Werneck. **A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro.** 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasiliense, 1965.
SOUZA, Márcio. **Lealdade.** 2 ed. São Paulo: Marco Zero, 1997.
SCHNEIDER, S.; SCHMITT, J. C. **O uso do método comparativo nas Ciências Sociais**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.
TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria.** Barcelona: PaidósAsterisco*, 2000(a).
TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem. Indagações sobre o século XX**. Tradução de Joana Angélica D'Avila Melo. - São Paulo: Arx, 2002.
WIKIPÉDIA. **Barra do Cuanza**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Barra_do_Cuanza. Acesso em 25 de jun de 2021.
WIKIPÉDIA**. Cassoalala**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Esta%C3%A7%C3%A3o_Ferrovi%C3%A1ria_de_Cassoalala#:~:text=Cassoalala%20%C3%A9%20uma%20interface%20ferrovi%C3%A1ria

%20do%20Ramal%20do%20Dondo%2C%20em%20Angola. Acesso em 25 de jun de 2021.
WIKIPÉDIA. **Catete**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Catete_(%C3%8Dcolo_e_Bengo). Acesso em 25 de jun de 2021.
WIKIPÉDIA. **Cuamatos**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cuamatos. Acesso em 25 de jun de 2021.
WIKIPÉDIA. **Imgombota**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ingombota. Acesso em 25 de jun de 2021.